

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2020 à 31/12/2020	22
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
Notas Explicativas	49
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	147

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	149
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	153
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	154
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	155
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	157

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	158
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	268.352
Preferenciais	0
Total	268.352
Em Tesouraria	
Ordinárias	239
Preferenciais	0
Total	239

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	36.772.000	29.660.000	0
1.01	Ativo Circulante	9.312.000	7.491.000	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.905.000	2.863.000	0
1.01.03	Contas a Receber	398.000	424.000	0
1.01.03.01	Clientes	289.000	256.000	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	109.000	168.000	0
1.01.04	Estoques	3.452.000	3.358.000	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	366.000	516.000	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	191.000	330.000	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	78.000	171.000	0
1.01.08.03	Outros	113.000	159.000	0
1.01.08.03.01	Instrumento Financeiro Derivativos	0	45.000	0
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	113.000	114.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	27.460.000	22.169.000	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.730.000	3.158.000	0
1.02.01.04	Contas a Receber	625.000	157.000	0
1.02.01.04.01	Clientes	1.000	1.000	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	624.000	156.000	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	285.000	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	369.000	248.000	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.736.000	2.468.000	0
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	3.091.000	1.735.000	0
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	545.000	639.000	0
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.000	2.000	0
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	89.000	92.000	0
1.02.02	Investimentos	11.589.000	7.750.000	0
1.02.02.01	Participações Societárias	11.589.000	7.750.000	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.589.000	7.750.000	0
1.02.03	Imobilizado	9.101.000	9.352.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.819.000	5.774.000	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.282.000	3.578.000	0
1.02.04	Intangível	2.040.000	1.909.000	0
1.02.04.01	Intangíveis	2.040.000	1.909.000	0
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.437.000	1.296.000	0
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	603.000	613.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	36.772.000	29.660.000	0
2.01	Passivo Circulante	8.617.000	9.218.000	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	493.000	392.000	0
2.01.02	Fornecedores	4.876.000	5.022.000	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	288.000	203.000	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.257.000	2.016.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.703.000	1.585.000	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	212.000	234.000	0
2.01.05.02	Outros	1.491.000	1.351.000	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	516.000	156.000	0
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	15.000	10.000	0
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	55.000	127.000	0
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	16.000	60.000	0
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	319.000	465.000	0
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	570.000	533.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	14.460.000	9.502.000	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.322.000	3.356.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	6.673.000	5.182.000	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	168.000	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	168.000	0	0
2.02.02.02	Outros	6.505.000	5.182.000	0
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	241.000	376.000	0
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	256.000	33.000	0
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	620.000	385.000	0
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	5.388.000	4.388.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	213.000	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.000	0	0
2.02.04	Provisões	1.233.000	940.000	0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	19.000	24.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.03	Patrimônio Líquido	13.695.000	10.940.000	0
2.03.01	Capital Social Realizado	5.434.000	6.857.000	0
2.03.02	Reservas de Capital	479.000	447.000	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	472.000	440.000	0
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.000	7.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	6.090.000	3.529.000	0
2.03.04.01	Reserva Legal	665.000	556.000	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	230.000	230.000	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	67.000	58.000	0
2.03.04.10	Reserva de Expansão	4.444.000	2.916.000	0
2.03.04.12	Transação com não Controladores	834.000	-81.000	0
2.03.04.14	Liquidação de Instrumento Patrimonial	-150.000	-150.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.692.000	107.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.996.000	25.807.000	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.978.000	-19.062.000	0
3.03	Resultado Bruto	8.018.000	6.745.000	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.885.000	-5.445.000	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.495.000	-4.492.000	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-678.000	-741.000	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-861.000	-1.177.000	0
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-1.035.000	-947.000	0
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	174.000	-230.000	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.149.000	965.000	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.133.000	1.300.000	0
3.06	Resultado Financeiro	-381.000	-955.000	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.752.000	345.000	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-546.000	133.000	0
3.08.01	Corrente	-53.000	165.000	0
3.08.02	Diferido	-493.000	-32.000	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.206.000	478.000	0
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-27.000	312.000	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-27.000	312.000	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.179.000	790.000	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,13283	2,95804	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,12104	2,95391	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	2.179.000	790.000	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.569.000	155.000	0
4.02.02	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	1.554.000	151.000	0
4.02.04	Valor justo de recebíveis	1.000	-5.000	0
4.02.05	Hedge de fluxo de Caixa	15.000	5.000	0
4.02.06	IR sobre outros resultados abrangentes	3.000	6.000	0
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.000	-2.000	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.748.000	945.000	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	802.000	-1.237.000	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.049.000	1.238.000	0
6.01.01.01	Lucro líquido do período	2.179.000	790.000	0
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 21)	452.000	-23.000	0
6.01.01.03	(Ganho) perda na alienação do imobilizado e intangível	-262.000	30.000	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.159.000	1.063.000	0
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	835.000	938.000	0
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	-1.000	1.000	0
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	-1.149.000	-965.000	0
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	367.000	29.000	0
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	20.000	0	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	32.000	34.000	0
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2)	35.000	17.000	0
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 9.2)	10.000	0	0
6.01.01.14	Outras despesas/receitas operacionais	-1.815.000	39.000	0
6.01.01.15	Receita a apropriar	-55.000	-25.000	0
6.01.01.16	Ganho na baixa de passivo de arrendamento	-185.000	-92.000	0
6.01.01.18	Ganho na venda de subsidiárias	0	-598.000	0
6.01.01.19	Reavaliação do investimento - Bellamar (nota nº1.1)	-573.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-247.000	-2.475.000	0
6.01.02.01	Contas a receber	-83.000	5.000	0
6.01.02.02	Estoques	-103.000	246.000	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	429.000	-138.000	0
6.01.02.04	Outros ativos	22.000	98.000	0
6.01.02.05	Partes relacionadas	-849.000	-2.256.000	0
6.01.02.06	Depósitos judiciais	80.000	-27.000	0
6.01.02.07	Fornecedores	-142.000	-579.000	0
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	101.000	-41.000	0
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	-14.000	-53.000	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.10	Pagamento de demandas judiciais	-117.000	-109.000	0
6.01.02.11	Receita recebida a apropriar	13.000	117.000	0
6.01.02.12	Demais contas a pagar	83.000	49.000	0
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	-3.000	-93.000	0
6.01.02.15	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos	336.000	306.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	387.000	1.592.000	0
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 15.4)	-692.000	-909.000	0
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 16.3)	-98.000	-160.000	0
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	1.163.000	148.000	0
6.02.08	Caixa recebido na venda de subsidiária	0	2.513.000	0
6.02.10	Caixa Líquido de Incorporações	14.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	853.000	-427.000	0
6.03.01	Aumento de capital	9.000	32.000	0
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 18.2)	4.410.000	2.259.000	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 18.2)	-2.487.000	-1.615.000	0
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-156.000	-229.000	0
6.03.07	Aquisição de sociedades	0	-31.000	0
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento	-923.000	-843.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.042.000	-72.000	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.863.000	2.935.000	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.905.000	2.863.000	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.423.000	32.000	915.000	-517.000	0	-993.000
5.04.01	Aumentos de Capital	9.000	0	0	0	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-515.000	0	-515.000
5.04.08	Opções de Ações Outorgadas de subsidiárias	0	6.000	0	0	0	6.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	220.000	0	0	220.000
5.04.12	Valor justo permuta de ativos com subsidiária (nota nº1.1)	0	0	694.000	0	0	694.000
5.04.14	Redução de capital (nota nº1.1)	-1.432.000	0	0	0	0	-1.432.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	-2.000	0	-1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.163.000	1.585.000	3.748.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.179.000	0	2.179.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.000	1.585.000	1.569.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-16.000	1.570.000	1.554.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.000	-4.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	15.000	15.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.000	3.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.646.000	-1.646.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.537.000	-1.537.000	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal (nota nº25)	0	0	109.000	-109.000	0	0
5.07	Saldos Finais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.825.000	413.000	3.062.000	0	-66.000	10.234.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.825.000	413.000	3.062.000	0	-66.000	10.234.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	32.000	34.000	-108.000	-198.000	18.000	-222.000
5.04.01	Aumentos de Capital	32.000	0	0	0	0	32.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	29.000	0	0	0	29.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-156.000	0	-156.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-137.000	-37.000	0	-174.000
5.04.08	Opções de Ações Outorgadas de subsidiárias	0	5.000	0	0	0	5.000
5.04.09	Desconsolidação Via Varejo	0	0	0	-5.000	18.000	13.000
5.04.11	Ajuste de hiperinflação	0	0	29.000	0	0	29.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	790.000	155.000	945.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	790.000	0	790.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	155.000	155.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	151.000	151.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.000	-2.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	-5.000	-5.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	5.000	5.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	6.000	6.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	575.000	-592.000	0	-17.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	549.000	-549.000	0	0
5.06.05	Transações com não controladores	0	0	-13.000	-4.000	0	-17.000
5.06.07	Apropriação do Lucro Líquido para Reserva Legal	0	0	39.000	-39.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	31.618.000	28.272.000	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.765.000	28.006.000	0
7.01.02	Outras Receitas	1.851.000	265.000	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	2.000	1.000	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-25.432.000	-22.385.000	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.027.000	-19.263.000	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.405.000	-3.122.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.186.000	5.887.000	0
7.04	Retenções	-1.159.000	-1.063.000	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.159.000	-1.063.000	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.027.000	4.824.000	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.531.000	1.448.000	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.149.000	965.000	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.409.000	171.000	0
7.06.03	Outros	-27.000	312.000	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.558.000	6.272.000	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.558.000	6.272.000	0
7.08.01	Pessoal	3.429.000	3.173.000	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.848.000	1.969.000	0
7.08.01.02	Benefícios	672.000	617.000	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	204.000	187.000	0
7.08.01.04	Outros	705.000	400.000	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	776.000	1.176.000	0
7.08.02.01	Federais	-218.000	393.000	0
7.08.02.02	Estaduais	775.000	473.000	0
7.08.02.03	Municipais	219.000	310.000	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.174.000	1.133.000	0
7.08.03.01	Juros	1.136.000	1.123.000	0
7.08.03.02	Aluguéis	38.000	10.000	0

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.179.000	790.000	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	325.000	0
7.08.04.02	Dividendos	515.000	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.664.000	465.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	53.295.000	58.475.000	0
1.01	Ativo Circulante	17.641.000	19.968.000	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.711.000	7.954.000	0
1.01.03	Contas a Receber	1.051.000	1.108.000	0
1.01.03.01	Clientes	686.000	727.000	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	365.000	381.000	0
1.01.04	Estoques	6.536.000	8.631.000	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	983.000	1.692.000	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	360.000	583.000	0
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	109.000	223.000	0
1.01.08.03	Outros	251.000	360.000	0
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	73.000	0
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	251.000	287.000	0
1.02	Ativo Não Circulante	35.654.000	38.507.000	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.713.000	4.321.000	0
1.02.01.04	Contas a Receber	676.000	193.000	0
1.02.01.04.01	Clientes	5.000	1.000	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	671.000	192.000	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	337.000	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	154.000	104.000	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.883.000	3.687.000	0
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	3.100.000	2.702.000	0
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	563.000	795.000	0
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.000	13.000	0
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	208.000	177.000	0
1.02.02	Investimentos	4.889.000	3.660.000	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.250.000	609.000	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.639.000	3.051.000	0
1.02.03	Imobilizado	19.888.000	24.290.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.371.000	17.219.000	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.517.000	7.071.000	0
1.02.04	Intangível	6.164.000	6.236.000	0
1.02.04.01	Intangíveis	6.164.000	6.236.000	0
1.02.04.01.02	Intangíveis	5.561.000	5.400.000	0
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	603.000	836.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	53.295.000	58.475.000	0
2.01	Passivo Circulante	18.483.000	23.135.000	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	897.000	980.000	0
2.01.02	Fornecedores	11.424.000	14.887.000	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	585.000	531.000	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.309.000	3.488.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	3.268.000	3.249.000	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	194.000	215.000	0
2.01.05.02	Outros	3.074.000	3.034.000	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	556.000	168.000	0
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	77.000	164.000	0
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	100.000	231.000	0
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	297.000	365.000	0
2.01.05.02.11	Aquisição de Sociedades	636.000	466.000	0
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	461.000	703.000	0
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	947.000	937.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	18.005.000	21.792.000	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.842.000	10.706.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	8.725.000	8.560.000	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	168.000	0	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	168.000	0	0
2.02.02.02	Outros	8.557.000	8.560.000	0
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	248.000	376.000	0
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	291.000	68.000	0
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	591.000	386.000	0
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	7.427.000	7.730.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.034.000	1.195.000	0
2.02.04	Provisões	1.385.000	1.305.000	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.385.000	1.305.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	19.000	26.000	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	16.807.000	13.548.000	0
2.03.01	Capital Social Realizado	5.434.000	6.857.000	0
2.03.02	Reservas de Capital	479.000	447.000	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	472.000	440.000	0
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.000	7.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	6.090.000	3.529.000	0
2.03.04.01	Reserva Legal	665.000	556.000	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	230.000	230.000	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	67.000	58.000	0
2.03.04.10	Reserva para Expansão	4.444.000	2.916.000	0
2.03.04.12	Transações com não Contraladores	834.000	-81.000	0
2.03.04.14	Liquidação de Instrumento Patrimonial	-150.000	-150.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.692.000	107.000	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.112.000	2.608.000	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.253.000	28.838.000	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-37.504.000	-21.225.000	0
3.03	Resultado Bruto	13.749.000	7.613.000	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.120.000	-7.110.000	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.755.000	-5.166.000	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.588.000	-532.000	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.875.000	-1.414.000	0
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-1.804.000	-1.028.000	0
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-71.000	-386.000	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	98.000	2.000	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.629.000	503.000	0
3.06	Resultado Financeiro	-728.000	-871.000	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.901.000	-368.000	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-662.000	95.000	0
3.08.01	Corrente	-371.000	249.000	0
3.08.02	Diferido	-291.000	-154.000	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.239.000	-273.000	0
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.087.000	1.109.000	0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.087.000	1.109.000	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.326.000	836.000	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.179.000	790.000	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	147.000	46.000	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,13283	2,95804	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,12104	2,95391	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.326.000	836.000	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.162.000	218.000	0
4.02.02	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	2.145.000	214.000	0
4.02.04	Valor justo de recebíveis	1.000	-15.000	0
4.02.05	Hedge de fluxo de Caixa	17.000	5.000	0
4.02.06	IR sobre outros resultados abrangentes	3.000	16.000	0
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.000	-2.000	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.488.000	1.054.000	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.748.000	945.000	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	740.000	109.000	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.742.000	1.135.000	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.167.000	3.845.000	0
6.01.01.01	Lucro líquido do período	2.326.000	836.000	0
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 21)	69.000	240.000	0
6.01.01.03	(Ganho) perda na alienação do imobilizado e intangível	317.000	88.000	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.564.000	1.559.000	0
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	1.796.000	1.668.000	0
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	-1.000	1.000	0
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial (Nota 12)	-99.000	-18.000	0
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	443.000	194.000	0
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	45.000	0	0
6.01.01.10	Pagamentos baseado em ações	32.000	38.000	0
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2)	86.000	263.000	0
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 9.2)	24.000	16.000	0
6.01.01.14	Outras despesas/receitas operacionais	-1.815.000	18.000	0
6.01.01.15	Receita a apropriar	-349.000	-344.000	0
6.01.01.16	Ganho na baixa de passivo de arrendamento	-698.000	-116.000	0
6.01.01.18	Ganho na venda de subsidiárias	0	-598.000	0
6.01.01.19	Reavaliação do investimento - Bellamar (nota nº1.1)	-573.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	575.000	-2.710.000	0
6.01.02.01	Contas a receber	-257.000	-14.000	0
6.01.02.02	Estoques	-1.142.000	-181.000	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	392.000	-354.000	0
6.01.02.04	Outros Ativos	-27.000	-173.000	0
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-22.000	-81.000	0
6.01.02.06	Depósitos judiciais	87.000	-6.000	0
6.01.02.07	Fornecedores	726.000	-1.215.000	0
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	234.000	-131.000	0
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	549.000	-15.000	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.10	Pagamento de demandas judiciais	-161.000	-453.000	0
6.01.02.11	Receita recebida a apropriar	252.000	173.000	0
6.01.02.12	Demais contas a pagar	-1.000	-52.000	0
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	-70.000	-231.000	0
6.01.02.15	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	15.000	23.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.291.000	-3.266.000	0
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-31.000	0	0
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 15.4)	-2.289.000	-2.462.000	0
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 16.3)	-201.000	-320.000	0
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	1.773.000	511.000	0
6.02.07	Caixa líquido de aquisições de empresas	0	-3.309.000	0
6.02.08	Caixa na desconsolidação da Via Varejo e Sendas	-3.529.000	2.326.000	0
6.02.09	Aquisição de propriedade para investimento (Nota 14)	-14.000	-12.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-281.000	1.894.000	0
6.03.01	Aumento de capital	9.000	32.000	0
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 18.2)	7.262.000	13.604.000	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-5.538.000	-9.952.000	0
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-339.000	-268.000	0
6.03.06	Recursos obtidos de acionistas não controladores	3.000	0	0
6.03.07	Aquisição de sociedades	0	-31.000	0
6.03.08	Transação com não controladores	2.000	7.000	0
6.03.09	Pagamentos passivo de arrendamento	-1.680.000	-1.498.000	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	587.000	111.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	757.000	-126.000	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.954.000	8.080.000	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.711.000	7.954.000	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000	2.608.000	13.548.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000	2.608.000	13.548.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.423.000	32.000	915.000	-517.000	0	-993.000	-236.000	-1.229.000
5.04.01	Aumentos de Capital	9.000	0	0	0	0	9.000	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000	0	26.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-515.000	0	-515.000	0	-515.000
5.04.08	Opções de Ações Outorgadas de subsidiárias	0	6.000	0	0	0	6.000	0	6.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	220.000	0	0	220.000	5.000	225.000
5.04.12	Valor justo permuta de ativos com subsidiária (nota nº1.1)	0	0	694.000	0	0	694.000	0	694.000
5.04.13	Valorização PUT subsidiária Disco (nota nº19.3)	0	0	0	0	0	0	-102.000	-102.000
5.04.14	Redução de capital	-1.432.000	0	0	0	0	-1.432.000	0	-1.432.000
5.04.15	Dividendos declarados aos não controladores (nota nº25.4)	0	0	0	0	0	0	-143.000	-143.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	-2.000	0	-1.000	4.000	3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.163.000	1.585.000	3.748.000	740.000	4.488.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.179.000	0	2.179.000	147.000	2.326.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.000	1.585.000	1.569.000	593.000	2.162.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-16.000	1.570.000	1.554.000	591.000	2.145.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.000	-4.000	0	-4.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	15.000	15.000	2.000	17.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.000	3.000	0	3.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.646.000	-1.646.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.537.000	-1.537.000	0	0	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal	0	0	109.000	-109.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000	3.112.000	16.807.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.825.000	413.000	3.062.000	0	-66.000	10.234.000	2.925.000	13.159.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.825.000	413.000	3.062.000	0	-66.000	10.234.000	2.925.000	13.159.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	32.000	34.000	-108.000	-198.000	18.000	-222.000	-768.000	-990.000
5.04.01	Aumentos de Capital	32.000	0	0	0	0	32.000	0	32.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	29.000	0	0	0	29.000	0	29.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-156.000	0	-156.000	-38.000	-194.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-137.000	-37.000	0	-174.000	0	-174.000
5.04.08	Opções de Ações Outorgadas Reconhecidas - subsidiárias	0	5.000	0	0	0	5.000	4.000	9.000
5.04.09	Desconsolidação Via Varejo	0	0	0	-5.000	18.000	13.000	-3.291.000	-3.278.000
5.04.10	Aquisição de sociedades	0	0	0	0	0	0	2.556.000	2.556.000
5.04.11	Ajuste de hiperinflação	0	0	29.000	0	0	29.000	1.000	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	790.000	155.000	945.000	109.000	1.054.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	790.000	0	790.000	46.000	836.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	155.000	155.000	63.000	218.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	151.000	151.000	63.000	214.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.000	-2.000	0	-2.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	-5.000	-5.000	-10.000	-15.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	5.000	5.000	0	5.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	6.000	6.000	10.000	16.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	575.000	-592.000	0	-17.000	342.000	325.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	549.000	-549.000	0	0	0	0
5.06.05	Transações com não controladores	0	0	-13.000	-4.000	0	-17.000	342.000	325.000
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal	0	0	39.000	-39.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000	2.608.000	13.548.000

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	57.506.000	31.427.000	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	55.732.000	31.165.000	0
7.01.02	Outras Receitas	1.791.000	261.000	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-17.000	1.000	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.472.000	-24.782.000	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.683.000	-21.306.000	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.789.000	-3.476.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.034.000	6.645.000	0
7.04	Retenções	-2.037.000	-1.148.000	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.037.000	-1.148.000	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.997.000	5.497.000	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.766.000	1.496.000	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	98.000	2.000	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.581.000	385.000	0
7.06.03	Outros	1.087.000	1.109.000	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.763.000	6.993.000	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.763.000	6.993.000	0
7.08.01	Pessoal	5.683.000	3.405.000	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.829.000	2.175.000	0
7.08.01.02	Benefícios	866.000	639.000	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	215.000	189.000	0
7.08.01.04	Outros	773.000	402.000	0
7.08.01.04.01	Participações	773.000	402.000	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.061.000	1.488.000	0
7.08.02.01	Federais	356.000	305.000	0
7.08.02.02	Estaduais	3.321.000	832.000	0
7.08.02.03	Municipais	384.000	351.000	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.693.000	1.264.000	0
7.08.03.01	Juros	1.653.000	1.245.000	0

Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	40.000	19.000	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.326.000	836.000	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	174.000	0
7.08.04.02	Dividendos	515.000	156.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.664.000	460.000	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	147.000	46.000	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



GPA – Resultado 4T20 e 2020

Em consequência do processo de *spin-off* da operação de *cash and carry*, as atividades do Assaí estão tratadas como atividades descontinuadas nas demonstrações financeiras do GPA em 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, os comentários a seguir consideram as operações do GPA Brasil (Multivarejo), seus negócios complementares e as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina), exceto onde indicado de outra forma. O resultado do 4T20 e de 2020 do Assaí está apresentado separadamente, no link <https://ri.assai.com.br/>.

Destaques

4T20

- ✓ Forte crescimento da receita bruta consolidada de 51,4% e 12,9% na visão proforma, totalizando R\$ 15,4 bilhões;
- ✓ Evolução do nível de vendas 'mesmas lojas'⁽¹⁾ para 11,5% no GPA Brasil (Multivarejo) e 7,8% no Grupo Éxito;
- ✓ Melhor margem EBITDA ajustada do GPA Brasil (Multivarejo) dos últimos anos, atingindo 9,0%, e sólida margem de 10,6% do Grupo Éxito. EBITDA ajustado consolidado ultrapassou R\$ 1,3 bilhão, com margem de 9,4%.

2020

- ✓ Receita bruta evoluiu 78,8% e 12,7% na visão proforma, ultrapassando R\$ 55,7 bilhões;
- ✓ Crescimento do EBITDA ajustado tanto no GPA Brasil (Multivarejo) como no Grupo Éxito, totalizando R\$ 3,9 bilhões para o GPA consolidado e margem de 7,8% (+0,7 p.p);
- ✓ As operações no Brasil e na Colômbia mantiveram a liderança do *e-commerce* alimentar: crescimento anual de vendas de 203% e 166%, respectivamente;
- ✓ Lucro dos acionistas controladores, base para pagamento de dividendos, alcançou R\$ 2,2 bilhões no ano;
- ✓ Baixo patamar de alavancagem: dívida líquida/EBITDA de -0,1x ao final de 2020.

⁽¹⁾ 'Mesmas lojas' ex postos e drogarias

Reorganização societária (cisão Assaí)

- Deferimento dos pedidos de listagens e admissão à negociação das **ações de emissão de Sendas (Assaí) no Novo Mercado da B3 e dos ADSs na New York Stock Exchange**;
- As **ações ordinárias de GPA** serão negociadas com direito ao recebimento de ações de Sendas até o dia 26 de fevereiro, e a partir de 01 de março as ações PCAR3 e ASAI3 passarão a ser negociadas separadamente;
- As **ADSs de GPA** detidas no dia 02 de março terão direito ao recebimento das ADS de Sendas.

Evolução da receita

Receita bruta de R\$ 15,4 bilhões no trimestre e de R\$ 55,7 bilhões no ano, reflexo do crescimento das operações do GPA Brasil (Multivarejo) e do Grupo Éxito

- **GPA Brasil (Multivarejo): Aceleração do desempenho das vendas 'mesmas lojas'** ex postos e drogarias para **11,5% no 4T20 e 12,4% no ano. Faturamento bruto totalizou R\$ 31 bilhões**, impulsionado pela maturação das lojas remodeladas nos últimos 2 anos - cerca de 240 lojas nos formatos Pão de Açúcar G7, Mercado Extra, Compre Bem e novo conceito do Extra Hiper - e evolução da operação de *e-commerce* alimentar;
- **Grupo Éxito: robusta performance 'mesmas lojas'** ex postos de 7,8% no trimestre e de 7,3% no ano, em moeda constante. A **receita bruta de R\$ 24,7 bilhões** teve como principais alavancas o consistente crescimento dos formatos Wow (+13,9%) e FreshMarket (+18,4%), e o avanço da omnicanalidade em todos os países onde opera.

Desempenho do Ecossistema Digital

Forte expansão da operação de e-commerce em todos os países de atuação, com receita total de R\$ 3,3 bilhões

- **GPA Brasil (Multivarejo): plataforma GPA ultrapassou R\$ 1,1 bilhão de receita no ano**, crescimento 3X superior a 2019, e aumento da penetração para 5% da venda de alimentos. A robusta base de dados de clientes através dos programas de Fidelidade e da coalização Stix, o recém lançado Marketplace GPA e a expansão das modalidades de entrega do *e-commerce* são importantes alavancas que suportarão a expansão da plataforma GPA.
- **Grupo Éxito: omnicanalidade na Colômbia apresentou crescimento de 2,7x e atingiu R\$ 2 bilhões de vendas no ano - sendo R\$ 1 bilhão em alimentos** - e aumento da penetração para 12% (vs 4% em 2019), alavancado pelo marketplace e expansão do clique & retire e do *home delivery* próprio. O forte programa de coalização (Puntos Colombia) segue em tendência de crescimento de clientes e parceiros, sendo que 75% do total de resgates dos pontos do programa são feitos no Grupo Éxito.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Rentabilidade****EBITDA ajustado de R\$ 3,9 bilhões e margem de 7,8% (+0,7 p.p.)**

- **GPA Brasil (Multivarejo):** EBITDA ajustado de R\$ 676 milhões, com expressiva evolução da margem no 4T20 para 9,0% (vs 6,3% no 4T19). Em 2020, o EBITDA apresentou um incremento de R\$ 364 milhões, totalizando R\$ 2,3 bilhões e margem de 8,0%, forte crescimento de 0,8 p.p.;
- **Grupo Éxito:** EBITDA ajustado de R\$ 679 milhões e margem de 10,6% no 4T20. Em 2020 o EBITDA ajustado totalizou R\$ 1,8 bilhão, incremento de R\$ 277 milhões e margem de 8,3%, alavancada pelo forte desempenho do varejo.

**Baixo patamar
de
Alavancagem**

- Relação dívida líquida/EBITDA de -0,1x ao final do ano e sólida posição financeira, com caixa de R\$ 8,7 bilhões.
- Manutenção do patamar de Capex para os próximos anos, sustentado pela geração de caixa operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mensagem da Administração

2020 se revelou como um ano de muitos desafios e uma nova realidade de vida impostos pela pandemia global. No entanto, avançamos de maneira importante em frentes estratégicas e determinantes para consolidar a atuação e o desempenho dos negócios do Grupo na América do Sul.

Encerramos o período com a aprovação do processo de spin-off da operação de cash & carry, que permitiu a criação de duas companhias – GPA e Assaí – totalmente independentes, potencializando os seus crescimentos em seus respectivos mercados de atuação.

Mantivemos a posição de maior grupo de varejo alimentar na América do Sul, com um portfólio diversificado de bandeiras e marcas líderes no Brasil, Colômbia, Argentina e Uruguai.

O período, no entanto, exigiu agilidade, resiliência e adaptabilidade, e nossa atuação multicanal, multiformato e multirregião favoreceu a rápida adequação ao cenário. Conseguimos antecipar iniciativas em tempo recorde, mantendo a operação em pleno funcionamento de maneira segura para clientes e colaboradores(as).

No GPA, o ajuste do portfólio de lojas físicas foi um dos eixos prioritários de trabalho no ano: registramos sucesso na nova dinâmica comercial no Extra Hiper, já com 23 lojas adaptadas, com rollout programado para o restante do portfólio em 2021.

Praticamente concluímos as conversões do Extra Super para Mercado Extra, com posicionamento mais competitivo para o mercado regional. E o Pão de Açúcar, que se mantém resiliente, seguirá com a expansão dos principais conceitos do modelo de lojas G7 e retomada de abertura das lojas orgânicas no segundo semestre desse ano. As lojas de Proximidade demonstraram grande aderência à nova realidade de consumo com a busca por lojas de bairro: a expansão do formato Minuto Pão de Açúcar está entre nossas prioridades para 2021.

Uma importante alavanca de fidelização e rentabilidade para o negócio, as Marcas Próprias alcançaram participação de 20% na categoria alimentar no Brasil no ano, com um incremento de novos produtos e revisão do sortimento, o que a levou à penetração altíssima de 80% entre os nossos clientes.

Foi um ano de transformação profunda no modo de viver e consumir, e o e-commerce alimentar registrou um importante papel e enorme impulso, suportado pela expansão das nossas soluções logísticas com depósitos exclusivos, lojas dedicadas às entregas do e-commerce e ao Clique e Retire, além do last mile.

Superamos R\$ 1,1 bilhão em vendas no canal, crescimento três vezes superior ao ano anterior, com ampliação da participação no negócio alimentar e aumento do share de mercado de e-commerce no Brasil. Nossa base de clientes omnicanais, que consome, em média, 2,7x mais que um cliente que compra apenas na loja física, duplicou no 4º trimestre do ano comparado ao mesmo período do ano anterior.

Demos um importante passo para a consolidação da plataforma digital do GPA com o lançamento do Marketplace no ano passado. Para 2021 pretendemos ampliar significativamente o sortimento tanto no 1P como no 3P, oferecendo uma cesta de compra cada vez mais completa nos canais eletrônicos. O Stix, maior programa de coalizão de recompensas do varejo brasileiro, em parceria com a Raia Drogasil, se revelou como mais uma ferramenta de fidelização dos(as) clientes, ao lado dos programas de fidelidade Pão de Açúcar Mais e Clube Extra, que chegaram a mais de 20,6 milhões de clientes cadastrados.

Os negócios do Grupo Êxito mantiveram estratégia focada no(a) cliente, destacando-se pela capacidade de adaptação e inovação frente às necessidades desencadeadas pela pandemia. O negócio consolidou receita bruta de R\$ 24,7 bilhões no ano, com crescimento dos formatos Wow e Carulla FreshMarket, e o avanço da omnicanalidade em todos os países onde atua.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



As iniciativas omnicanais também avançaram de maneira muito expressiva no ano registrando R\$ 2 bilhões em vendas, sendo R\$ 1 bilhão em alimentos, e 12,4% de participação do canal online na operação da Colômbia, referência na América Latina. Além disso, o programa de fidelidade Pontos Colômbia contabilizou 13,4 milhões de clientes e foi integrado ao ecossistema comercial da empresa, permitindo um maior desenvolvimento do marketplace.

Em um ano de tantos desafios, os temas socioambientais ganharam destaque. No Brasil, atualizamos a Política Socioambiental de Compras de Carne Bovina, e publicamos a Política Socioambiental de Compras de Produtos com Óleo de Palma e a Política Ambiental do Grupo, em continuidade às ações de combate ao desmatamento e mudanças climáticas. Avancamos com o compromisso de redução de emissão de carbono, incluído como meta de remuneração variável de todos(as) os(as) executivos(as) do Grupo em 2021.

De maneira pioneira no varejo brasileiro, estendemos os compromissos de Bem-Estar Animal para outras cadeias além de ovos, incluindo boas práticas para a produção de frangos de corte, suínos e bovinos. Na agenda de diversidade e inclusão, aprofundamos a nossa atuação com a publicação da Política de Diversidade e Direitos Humanos e formações para todos(as) os(as) colaboradores(as) e prestadores(as) de serviço, para promoção de direitos humanos e combate a todo e qualquer tipo de discriminação.

O Instituto GPA, responsável pelos investimentos sociais do Grupo, teve um papel fundamental na doação de alimentos beneficiando mais de 4 mil famílias durante a pandemia. Na Fundação Êxito, que tem como compromisso a erradicação da desnutrição infantil crônica, aproximadamente 255 mil cestas de alimentos foram entregues, beneficiando cerca de 112 mil crianças.

A consistência do trabalho alinhado a práticas sustentáveis foi reconhecida com a escolha do GPA para integrar a carteira 2021 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Também alcançamos nota B+ no CDP Climats (versus B- em 2019) e recebemos o Prêmio Excelência Empresarial do Fórum Out & Equal LGBTQI+ Brasil 2020, pela condução de ações de respeito e promoção de um ambiente de trabalho diverso e de equidade.

Por sua vez, o Grupo Êxito foi única empresa de varejo alimentar da América Latina reconhecida, pelo 2º ano consecutivo, no Anuário de Sustentabilidade 2021 da Standard and Poor's Global ESG Score.

Saímos de 2020 orgulhosos do caminho percorrido. Para 2021, manteremos a dinâmica de ajuste do portfólio às necessidades do mercado, focados na execução da nossa estratégia de atendimento a todos os perfis de clientes, com uma estratégia omnicanal e uma plataforma digital cada vez mais integrada. A excelência operacional, inovação constante e fortalecimento da proposta de valor de formatos selecionados são prioridade no Brasil, junto à manutenção de altos padrões de fatores de ESG (Environmental, Social and Governance).

No Grupo Êxito, a liderança no varejo alimentar na Colômbia e no Uruguai, além da presença digital e forte omnicanalidade, seguirão dando o tom de solidez e resiliência para a atuação em 2021. O ecossistema robusto também trará oportunidade de monetização e consequente melhoria da experiência do(a) cliente.

Iniciamos o ano com sinais mais positivos com relação à crise sanitária, mas certos de que teremos grandes desafios macroeconômicos para superar. Contudo seguimos otimistas para a manutenção do crescimento do negócio, em um processo contínuo de transformação acompanhando os avanços tecnológicos e tendências de consumo, atuando de maneira consciente e responsável com todos os nossos públicos.

Diretoria Executiva

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADO 4T20 e 2020

(R\$ milhões)	Consolidado ⁽¹⁾					
	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Receita Bruta	15.417	10.185	51,4%	55.732	31.165	78,8%
Receita Líquida	14.770	9.327	58,4%	51.253	28.838	77,7%
Lucro Bruto	4.559	2.324	96,2%	13.749	7.613	80,6%
Margem Bruta	30,9%	24,9%	6,0 p.p.	26,8%	26,4%	0,4 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.515)	(1.686)	49,2%	(9.343)	(5.698)	64,0%
% da Receita Líquida	17,0%	18,1%	-1,1 p.p.	18,2%	19,8%	-1,6 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	43	11	279,3%	98	2	3831,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	138	(165)	n.d.	(71)	(386)	-81,5%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾	2.132	688	210,0%	4.738	2.040	132,2%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾⁽³⁾	14,4%	7,4%	7,0 p.p.	9,2%	7,1%	2,1 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	240	(267)	n.d.	(728)	(871)	-16,5%
% da Receita Líquida	1,6%	-2,9%	4,5 p.p.	-1,4%	-3,0%	1,6 p.p.
Imposto de Renda	(632)	20	n.d.	(663)	95	n.d.
Lucro dos Acionistas Controladores - Consolidado	1.598	94	1604,3%	2.178	792	174,9%
Margem Líquida - Controladores - Consolidado	10,8%	1,0%	9,8 p.p.	4,3%	2,7%	1,6 p.p.
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	1.316	(86)	n.d.	1.092	(285)	n.d.
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	8,9%	-0,9%	9,8 p.p.	2,1%	-1,0%	3,1 p.p.

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil (Multivarejo), outros negócios (Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery), as operações do Grupo Exito (Colômbia, Uruguai e Argentina) e o resultado da Cdiscount (na linha de equivalência patrimonial). (2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização; (3) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Elementos excepcionais registrados no 4T20

No 4T20 houve o reconhecimento de elementos excepcionais que impactaram o lucro líquido do GPA Brasil e GPA Consolidado em R\$ 941 milhões, sendo:

- (i) **R\$ 834 milhões na receita líquida e no lucro bruto** referentes a créditos fiscais decorrentes do trânsito em julgado da ação de CBD relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins (R\$ 994 milhões) e baixa de créditos fiscais referentes à MP do Bem após decisão do STF (R\$ -160 milhões);
- (ii) **R\$ -17 milhões na linha de despesas com vendas** relacionadas à baixa de diversos créditos tributários;
- (iii) **R\$ 536 milhões no resultado financeiro, sendo R\$ 580 milhões** referentes à atualização monetária dos créditos fiscais relativos ao trânsito em julgado da ação de CBD relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins e uma despesa de R\$ 44 milhões relacionada à renegociação dos acordos de financiamento com os credores decorrente da cisão de Sendas, conforme fato relevante publicado em novembro;
- (iv) **R\$ -412 milhões no imposto de renda** composto por R\$ -338 milhões relacionados a 25% de alíquota de IR sobre os itens (i), (ii) e (iii) acima e R\$ -74 milhões relacionados à cisão do Assaí (tributação de ganhos diferidos na aquisição de Sendas).

A tabela a seguir demonstra esses efeitos em cada linha do resultado:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Elementos excepcionais	Consolidado			
(R\$ milhões)	4T20	4T19	2020	2019
Receita Bruta				
Receita Líquida	834		834	
Lucro Bruto	834		834	
Margem Bruta	4,2 p.p.		1,2 p.p.	
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(17)		(17)	
% da Receita Líquida	-0,9 p.p.		-0,3 p.p.	
Resultado da Equiv. Patrimonial				
Outras Despesas e Receitas Operacionais				
EBITDA Ajustado	818		818	
Margem EBITDA Ajustada	5,0 p.p.		1,4 p.p.	
Resultado Financeiro Líquido	536		536	
% da Receita Líquida	3,7 p.p.		1,1 p.p.	
Imposto de Renda	(412)		(412)	
Lucro dos Acionistas Controladores Consolidado	941		941	
Margem Líquida Controladores Consolidado	6,1 p.p.		1,8 p.p.	
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	941		941	
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	6,2 p.p.		1,8 p.p.	

Resultado 4T20 e 2020 excluindo elementos excepcionais

Excluindo elementos excepcionais	Consolidado ⁽¹⁾					
(R\$ milhões)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Receita Bruta	15.417	10.185	51,4%	55.732	31.165	78,8%
Receita Líquida	13.936	9.327	49,4%	50.419	28.838	74,8%
Lucro Bruto	3.725	2.324	60,3%	12.915	7.613	69,6%
Margem Bruta	26,7%	24,9%	1,8 p.p.	25,6%	26,4%	-0,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.498)	(1.686)	48,2%	(9.326)	(5.698)	63,7%
% da Receita Líquida	17,9%	18,1%	-0,2 p.p.	18,5%	19,8%	-1,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	43	11	279,3%	98	2	3831,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	138	(165)	n.d.	(71)	(386)	-81,5%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾	1.314	688	91,1%	3.920	2.040	92,1%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾⁽³⁾	9,4%	7,4%	2,0 p.p.	7,8%	7,1%	0,7 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(296)	(267)	10,8%	(1.264)	(871)	45,1%
% da Receita Líquida	-2,1%	-2,9%	0,8 p.p.	-2,5%	-3,0%	0,5 p.p.
Imposto de Renda	(220)	20	n.d.	(250)	95	n.d.
Lucro dos Acionistas Controladores Consolidado	656	94	600,3%	1.237	792	56,1%
Margem Líquida Controladores Consolidado	4,7%	1,0%	3,7 p.p.	2,5%	2,7%	-0,2 p.p.
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	374	(86)	n.d.	151	(285)	n.d.
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	2,7%	-0,9%	3,6 p.p.	0,3%	-1,0%	1,3 p.p.

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil (Multivarejo), outros negócios (Six fidelidade, Cheftime e James Delivery), as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina) e o resultado do Discount (na linha de equivalência patrimonial). (2)

Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização; (3) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



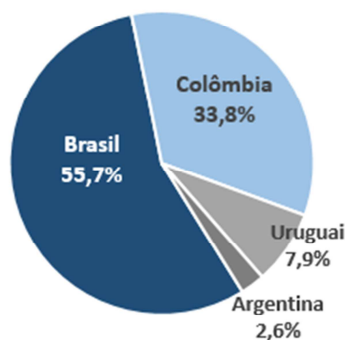
DESEMPENHO DE VENDAS CONSOLIDADO

Receita Bruta (R\$ milhões)	4T20/4T19 %				2020/2019 %			
	Vendas totais	% Total lojas	% Total lojas proforma ³	Mesmas lojas ^{3 4 5}	Vendas totais	% Total lojas	% Total lojas proforma ³	Mesmas lojas ^{3 4 5}
Consolidado	15.417	51,4%	12,9%	9,7%	55.732	78,8%	12,7%	10,0%
GPA	8.269	6,3%	6,3%	11,5%	31.063	8,0%	8,0%	12,4%
<i>GPA Brasil (Multivarejo)¹</i>	<i>8.255</i>	<i>6,6%</i>	<i>6,6%</i>	<i>11,5%</i>	<i>31.004</i>	<i>7,9%</i>	<i>7,9%</i>	<i>12,4%</i>
<i>Outros²</i>	<i>14</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>59</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>	<i>n.d.</i>
Grupo Êxito¹	7.148	196,9%	21,7%	7,8%	24.669	924,6%	19,3%	7,3%
<i>Colômbia</i>	<i>5.660</i>	<i>199,9%</i>	<i>26,7%</i>	<i>8,4%</i>	<i>18.813</i>	<i>897,0%</i>	<i>20,1%</i>	<i>5,2%</i>
<i>Uruguai</i>	<i>1.214</i>	<i>201,1%</i>	<i>20,0%</i>	<i>1,9%</i>	<i>4.424</i>	<i>996,9%</i>	<i>20,5%</i>	<i>9,1%</i>
<i>Argentina</i>	<i>274</i>	<i>133,4%</i>	<i>-30,5%</i>	<i>17,6%</i>	<i>1.432</i>	<i>1119,4%</i>	<i>6,3%</i>	<i>23,1%</i>

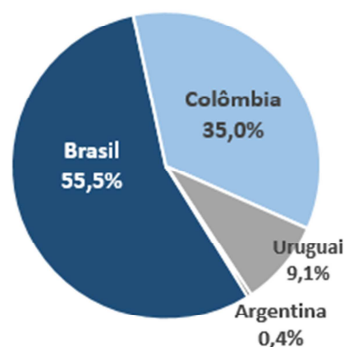
(1) Desempenho no conceito 'mesmas lojas' não considera a receita de postos de gasolina e drogarias (2) Outros: Inclui as operações de iniciativas mais recentes como James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade. (3) Variação pro forma inclui os resultados do Grupo Êxito no 4T19 e 2019 integralmente e não apenas o mês de dezembro, para efeitos de comparação. (4) Considera o crescimento em câmbio constante para as operações internacionais. (5) Para refletir o efeito calendário, no 4T20 foi adicionado 0,4 p.p. no GPA Brasil (Multivarejo) e reduzido 0,2 p.p. no Grupo Êxito, 0 p.p. na Colômbia, 0,6 p.p. no Uruguai e 1,8 p.p. na Argentina. No ano de 2020, foi adicionado 0 p.p. no GPA Brasil (Multivarejo) e reduzido 0,3 p.p. no Grupo Êxito, 0,2 p.p. na Colômbia, 0,4 p.p. no Uruguai e 1,1 p.p. na Argentina

O faturamento bruto do GPA Consolidado totalizou R\$ 15,4 bilhões no 4T20, forte crescimento de 51,4% e de 12,9% na visão proforma. Houve aceleração das vendas 'mesmas lojas' ex postos e drogarias para 9,7%. No ano, o faturamento bruto alcançou R\$ 55,7 bilhões, expansão de 78,8% e 12,7% na visão proforma, com 'mesmas lojas' ex postos e drogarias de 10,0%.

Contribuição de venda bruta por país - 2020



Contribuição do EBITDA Ajustado por país - 2020



Não inclui outros negócios (Cdiscout, Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO OPERACIONAL****GPA BRASIL - MULTIVAREJO:**

Receita Bruta (R\$ milhões)	4T20/4T19 %			2020/2019 %		
	Vendas totais	% Total lojas	Mesmas lojas ¹	Vendas totais	% Total lojas	Mesmas lojas ¹
GPA Brasil (Multivarejo)	8.255	6,6%	9,2%	31.004	7,9%	9,9%
Extra Hiper	3.522	3,5%	10,3%	13.316	6,4%	10,6%
Mercado Extra / Compre Bem	1.450	13,1%	13,9%	5.278	13,9%	15,9%
Pão de Açúcar	2.041	4,5%	5,8%	7.952	7,8%	8,2%
Proximidade	489	37,3%	33,5%	1.787	32,2%	29,8%
Postos e Drogarias	540	-16,1%	n.d.	2.011	-15,9%	n.d.
Outros Negócios ²	214	64,0%	n.d.	659	46,8%	n.d.
GPA Brasil (Multivarejo) ex postos e drogarias	7.716	8,3%	11,5%	28.992	10,1%	12,4%

(1) Para refletir o efeito calendário, foi adicionado 0,4 p.p. no 4T20 e 0 p.p. no ano de 2020. (2) Inclui vendas do Delivery e receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais.

As vendas das operações de varejo no Brasil apresentaram aceleração do desempenho em relação ao trimestre anterior, atingindo crescimento ‘mesmas lojas’ de 11,5% excluindo as operações de postos e drogarias. Houve continuidade do crescimento da categoria alimentar (11%) e evolução nas categorias de não alimentos (13%), com destaque para eletro. Foi observado no trimestre uma melhor tendência de volume e clientes em comparação ao 3T20.

As **Marcas Exclusivas** alcançaram o elevado patamar de 20% de participação na categoria alimentar, alavancadas pelas excelentes performances de categorias de produtos básicos de mercearia, carnes e bebidas, bem como lançamentos nas categorias de perfumaria, cuidados pessoais e de soluções prontas para comer (“ready to eat”).

Seguindo como uma alavanca de crescimento exponencial, as vendas online aumentaram 198% no trimestre e contribuíram para o **expressivo faturamento de R\$ 1,1 bilhão atingidos em 2020**.

No ano, o faturamento bruto totalizou R\$ 31 bilhões, impulsionado principalmente pela maturação dos nossos modelos de lojas que foram ajustadas/remodeladas nos últimos 2 anos e das iniciativas relacionadas à transformação digital, reforçando a adesão da nossa estratégia multiformato, multicanal e multirregião.

Destaques por bandeira:

- **Hiper:** aceleração das vendas mesmas lojas vs o 3T20 para 10,3%, o que reforça a atratividade do conceito *one-stop-shop*, com avanços significativos tanto na categoria de alimentos quanto não alimentos. Destaque para o crescimento de vendas ao redor de 20% apresentado pelas 23 lojas em que foram implementadas iniciativas para fortalecimento da proposta de valor do formato - cujo os pilares focam em i) preços mais competitivos em categorias de grande consumo, que trazem fluxo para as lojas, ii) fortalecimento do atendimento ao cliente nas áreas perecíveis, iii) revisão do portfólio de não alimentos com especialização na categoria de eletro e redução do sortimento nas demais categorias. Dado o sucesso dos resultados alcançados com esse modelo, será feito o *rollout* dessas iniciativas para todas as lojas do formato ao longo de 2021.
- **Pão de Açúcar:** desempenho de vendas ‘mesmas lojas’ acelerou vs o 3T20 para 5,8%, impulsionado pela forte performance ao redor de 9% das 46 lojas do modelo da última geração (G7), pelo crescimento expressivo de 187% do *e-commerce express*, com ampliação da área de cobertura, e pela adaptação das iniciativas comerciais em cada loja. Também houve maior investimento em promoções segmentadas de acordo com o perfil de diferentes clusters de clientes, otimizando os gastos em mídia e aumentando o retorno sobre investimento. Em 2021 será feito o rollout dos principais conceitos de sucesso do modelo G7

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



para as demais lojas da bandeira, com baixo investimento por loja. Além disso, a bandeira concluiu a análise de cidades potenciais para abertura de lojas e está finalizando o seu plano de expansão para os próximos 3 anos, com início das aberturas de lojas no 2º semestre de 2021.

- **Mercado Extra:** a bandeira apresentou progresso de vendas de 11,8% e segue com crescimento de duplo dígito mesmo com parte do portfólio operando há mais de 2 anos, o que demonstra a forte proposta de valor do formato. No trimestre, foram convertidas 33 lojas do Extra Super para Mercado Extra - restando somente 6 lojas para concluir o processo de conversão do Extra Super, o que deve ocorrer no 1T21.
- **Compre Bem:** excelente performance 'mesmas lojas' de 31,6% no trimestre, resultado da acelerada maturação e acertada localização das 28 lojas da bandeira. Assim como o Mercado Extra, destaca-se que a primeira onda de conversão ocorreu há dois anos e, mesmo com a forte base de comparação, as vendas seguem com crescimentos expressivos a cada trimestre. No ano, a bandeira atingiu R\$ 1 bilhão de faturamento, contribuindo para o incremento da receita dos formatos de supermercados.
- **Proximidade:** expressiva evolução 'mesmas lojas' de 33,5%, totalizando dez trimestres consecutivos de crescimento duplo dígito - sendo superior a 20% em todos os trimestres de 2020 - como resultado do sucesso das dinâmicas sazonais realizadas nos formatos de vizinhança Minuto Pão de Açúcar e Mini Extra. Além disso, o programa Aliados já atingiu mais de 1.000 parceiros (B2B), contribuindo para o desempenho do segmento de Proximidade. A retomada da expansão do formato por meio da bandeira Minuto Pão de Açúcar é uma das prioridades para 2021.

Excluindo elementos excepcionais	GPA Brasil (Multivarejo) ⁽¹⁾					
(R\$ milhões)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Receita Bruta	8.255	7.746	6,6%	31.004	28.723	7,9%
Receita Líquida	7.544	7.145	5,6%	28.336	26.654	6,3%
Lucro Bruto	2.046	1.716	19,3%	7.385	7.006	5,4%
Margem Bruta	27,1%	24,0%	3,1 p.p.	26,1%	26,3%	-0,2 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.428)	(1.333)	7,2%	(5.358)	(5.324)	0,6%
% da Receita Líquida	18,9%	18,7%	0,2 p.p.	18,9%	20,0%	-1,1 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	29	30	-3,8%	118	107	10,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	221	(33)	n.d.	240	(248)	n.d.
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾	676	447	51,3%	2.271	1.907	19,0%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾⁽³⁾	9,0%	6,3%	2,7 p.p.	8,0%	7,2%	0,8 p.p.

(1) GPA Brasil (Multivarejo) não inclui o resultado de outros negócios (Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery). (2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. (3). Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

O **lucro bruto** atingiu expressivo patamar de R\$ 2,0 bilhões (+19,3%) e margem de 27,1% no 4T20, que reflete principalmente (i) um melhor nível de quebra (~2,0 p.p. vs 4T19), (ii) a continuidade da estratégia adotada ao longo do ano em relação a ativações comerciais mais segmentadas por perfil de cliente e (iii) um menor impacto de reformas de lojas quando comparado ao 4T19. Em 2020 a margem bruta permaneceu praticamente estável frente ao ano anterior em 26,1%.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** totalizaram R\$ 1,4 bilhão, representando 18,9% da receita líquida (vs 18,7% no 4T19), como reflexo do aumento das despesas variáveis, atualização de contingências trabalhistas, desenvolvimento do projeto da plataforma de Marketplace GPA e remodelações de lojas. No ano, o SG&A totalizou R\$ 5,4 bilhões e forte diluição de 1,1 p.p. para 18,9% sobre a receita líquida, decorrente do contínuo controle de despesas da Companhia e a melhoria da produtividade operacional em lojas e CDs.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

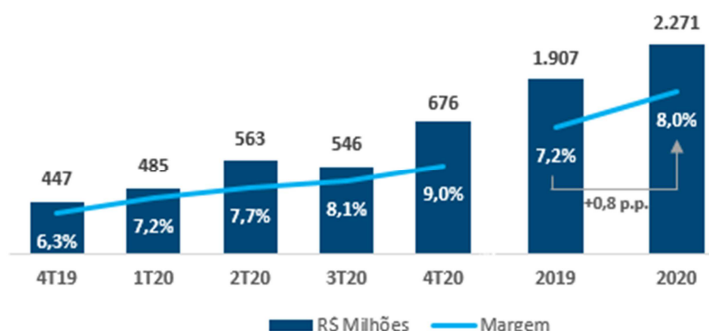


A **equivalência patrimonial** reflete o resultado da participação detida na FIC- Financeira Itaú CBD (*joint venture* com o banco Itaú). Totalizou R\$ 29 milhões no trimestre, em linha com o 4T19. No ano alcançou R\$ 118 milhões, importante aumento de 10%, como consequência da adequada política de crédito e cobrança, apesar dos desafios gerados pela pandemia ao longo do ano.

Com isso, o **EBITDA ajustado** excluindo os efeitos excepcionais totalizou R\$ 676 milhões, significativa evolução de 51,3% vs o 4T19. A **margem EBITDA alcançou o expressivo patamar de 9,0% (+2,7 p.p.) no trimestre, confirmando o forte crescimento ao longo do ano.**

Em 2020, o EBITDA apresentou um incremento de R\$ 364 milhões, totalizando R\$ 2,3 bilhões e margem de 8,0% (+0,8 p.p.), capturando principalmente os efeitos dos ajustes no portfólio de lojas e iniciativas digitais, além do contínuo controle de despesas.

Evolução da rentabilidade - EBITDA Ajustado



ECOSSISTEMA DIGITAL GPA Brasil

A **venda online de alimentos** seguiu o forte patamar de crescimento observado nos trimestres anteriores e apresentou evolução de 198% vs 4T19, representando 5% da venda alimentar do varejo e 12% na bandeira Pão de Açúcar. O GPA se consolida como o maior player de e-commerce alimentar (1P – base ebit Nielsen), encerrando o ano com 75% de share no autosserviço. No ano, o faturamento do e-commerce alimentar atingiu R\$ 1,1 bilhão, 3 vezes maior quando comparado ao ano de 2019 (que já apresentava forte base comparativa, com mais de 30% de avanço). Destaca-se que a rentabilidade da operação de e-commerce do GPA já é superior ao breakeven, com geração de caixa suficiente para financiar o crescimento da plataforma digital.

No trimestre, destaque para as iniciativas que visam fortalecer ainda mais a **plataforma GPA**, como o lançamento da operação do Marketplace GPA e a ampliação dos modelos de entrega:

- **Express e Clique & Retire (same day):** ampliação dos modelos para 289 lojas em dez/20 (vs 120 lojas em dez/19), sendo que os dois canais somados já representam 52% da venda online, o que reforça o foco da cia em oferecer uma experiência omnicanal cada vez mais completa para o cliente;
- **Entrega Tradicional (next day):** abertura de 4 novos mini-CDs para suportar o crescimento das vendas, que avançaram 128% no trimestre;
- **James Delivery (next hour):** expansão da solução last miler para 355 lojas em 32 cidades (vs 55 lojas em 18 cidades em dez/19), registrando aumento de 543% de GMV e 316% no número de pedidos.

Para os próximos anos, a **plataforma GPA** conta com importantes alavancas de crescimento e de melhoria nas jornadas de compra dos nossos clientes, através de: i) **crescimento do Marketplace GPA**, que permitirá a ampliação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



de forma exponencial de itens ofertados no 3P através de categorias complementares ao core business, ii) **fortalecimento de verticais no 1P** em categorias que já são fortalezas em nossas lojas físicas, como produtos de bebê, cerveja, vinho e produtos de limpeza, o que reforça a recorrência de compra da nossa cesta de produtos alimentares, iii) **expansão do raio de entrega** em suas diferentes modalidades Express, Next Day delivery e last miler, iv) **robusta base de dados de clientes** por meio dos programas de Fidelidade (Cliente Mais e Clube Extra) e da coalização de programas de fidelidade (Stix) e v) **parcerias externas** para atuação como seller em marketplace de terceiros.

A Companhia registra **números significativos nas diferentes vertentes de digitalização**, possuindo mais de 20,6 milhões de clientes cadastrados, o que resulta em uma maior recorrência e aumento exponencial do número de clientes omnicanais, que cresceu 99% no 4T20 comparado ao ano anterior. Em 2020, alcançamos a marca de aproximadamente 60% de clientes multicanais (do total de clientes online), com consumo em média 2,7X maior que o cliente de apenas um canal.

Além disso, o GPA já conta com mais de 100 startups atualmente inseridas no seu ecossistema, trabalhando no desenvolvimento de inovações desde o ponto de venda até o backoffice, bem como 25 squads multidisciplinares em transformação digital, o que traz maior agilidade nas entregas. Adicionalmente, passou a integrar tecnologia e inovação no ambiente off-line, com a opção de pagamento “Pix” implementada em todas as lojas no mês de lançamento e mais de 200 self-checkouts (vs 119 self-checkouts em dez/19).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**GRUPO ÉXITO:**

O GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social do Grupo Éxito em 27 de novembro de 2019. Portanto, em 2019 e no 4T19 estão considerados no GPA Consolidado apenas o resultado do mês de dezembro de 2019. Os valores abaixo para o 4T19 e ano de 2019 são pro forma, considerando o resultado integral dos respectivos períodos, apenas para efeito de comparação.

Receita Bruta (R\$ milhões)	4T20/4T19 %			2020/2019 %		
	Vendas totais	% Total lojas	Mesmas lojas ex calendário ^{1,2}	Vendas totais	% Total lojas	Mesmas lojas ex calendário ^{1,2}
Grupo Éxito	7.148	21,7%	7,6%	24.669	19,3%	6,9%
Colômbia	5.660	26,7%	8,4%	18.813	20,1%	5,2%
Éxito	3.999	30,3%	9,5%	12.832	20,2%	4,5%
Carulla	780	32,3%	10,0%	2.744	30,8%	13,3%
Surtimax e Super Inter	491	21,4%	5,1%	1.753	13,7%	3,6%
B2B e outros negócios ²	389	-3,9%	-7,4%	1.485	10,2%	-5,6%
Uruguai	1.214	20,0%	1,9%	4.424	20,5%	9,1%
Argentina	274	-30,5%	17,6%	1.432	6,3%	23,1%
Grupo Éxito ex postos	7.088	21,9%	7,8%	24.478	19,6%	7,3%

(1) Para refletir o efeito calendário, no 4T20 foi reduzido 0,2 p.p. no Grupo Éxito, 0 p.p. na Colômbia, 0,6 p.p. no Uruguai e 1,8 p.p. na Argentina. No ano de 2020, foi reduzido 0,3 p.p. no Grupo Éxito, 0,2 p.p. na Colômbia, 0,4 p.p. no Uruguai e 1,1 p.p. na Argentina. (2) Inclui os formatos Surtimayorista, VIVA, Aliados e Outros Negócios. (3) Mesmas lojas apresentadas em crescimento com câmbio constante

A **receita bruta** alcançou R\$ 7,1 bilhões no trimestre, crescimento proforma de 21,7% (+4,7% em moeda constante). Houve aceleração significativa do crescimento ‘mesmas lojas’ excluindo postos para 7,8% vs 2,3% no 3T20, como reflexo do sólido avanço da omnicanalidade em todos os países (+2,5x), robusto desempenho na operação de varejo da Colômbia (‘mesmas lojas’ de +8,4%) e contribuição dos formatos inovadores (*Wow* e *FreshMarket*). No ano, o faturamento atingiu R\$ 24,7 milhões, aumento pro forma de 19,3% e de 19,6% ex postos.

Seguem abaixo os principais destaques por país:

- **Colômbia:** crescimento ‘mesmas lojas’ de 8,4% no 4T20, resultado do sucesso das ativações comerciais do período (non-VAT day, Black Friday e Natal), expressivo avanço de duplo dígito na categoria não alimentar, continuidade do forte desempenho dos formatos inovadores (+17,0% do Éxito WOW e +15,1% do Carulla *FreshMarket*) e o forte aumento nas vendas omnicanal (+2,6x), que passam a ter penetração de aproximadamente 11,7% no 4T20.
- **Uruguai:** avanço ‘mesmas lojas’ de 1,9% no trimestre, apesar dos efeitos restritivos de circulação e de fechamento da fronteira, que afetou o habitual movimento turístico do período. Destaque para o importante progresso da venda omnicanal (+1,6x vs 2019) e da melhora das vendas na categoria de alimentos, impulsionada pelas lojas *FreshMarket* (que representam 42% de participação das vendas).
- **Argentina:** desempenho de vendas ‘mesmas lojas’ de 17,6% no 4T20. A performance do Libertad continuou afetada pelas restrições de mobilidade e limitação de horário de funcionamento das lojas. Além disso, a extensão do decreto que estabelece níveis máximos de preços gerou maior dificuldade de abastecimento, principalmente nas categorias não alimentares, além da redução dos níveis de consumo da população.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Grupo Éxito					
(R\$ milhões)	4T20	4T19 (Pro forma) ⁽³⁾	Δ	2020	2019 (Pro forma) ⁽³⁾	Δ
Receita Bruta	7.148	5.874	21,7%	24.669	20.683	19,3%
Receita Líquida	6.381	5.231	22,0%	22.034	18.388	19,8%
Lucro Bruto	1.673	1.419	17,8%	5.508	4.761	15,7%
Margem Bruta	26,2%	27,1%	-0,9 p.p.	25,0%	25,9%	-0,9 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.019)	(882)	15,5%	(3.821)	(3.290)	16,1%
% da Receita Líquida	16,0%	16,9%	-0,9 p.p.	17,3%	17,9%	-0,6 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	7	37,5%	27	(0)	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(81)	(174)	-53,4%	(307)	(218)	40,5%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾⁽²⁾	679	564	20,3%	1.822	1.545	17,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾⁽²⁾	10,6%	10,8%	-0,2 p.p.	8,3%	8,4%	-0,1 p.p.

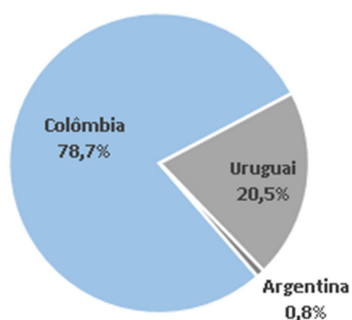
(1) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. (2). Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais. (3) Pro forma apenas para efeito de comparação.

O **lucro bruto** totalizou R\$ 1,7 bilhão no trimestre, evolução de 17,8% vs 4T19 pro forma e margem de 26,2% (vs 27,1%). A variação na margem bruta reflete uma menor contribuição dos negócios complementares do grupo em função da pandemia, especialmente com menor distribuição de royalties em Tuya, enquanto houve uma melhor performance da operação de varejo. No ano, o lucro bruto atingiu R\$ 5,5 bilhões, aumento de 15,7% e margem de 25,0%, refletindo o mesmo efeito anteriormente citado.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** atingiram R\$ 1,0 bilhão, com crescimento inferior à inflação em todos os países, o que proporcionou uma diluição de 0,9 p.p. para 16,0%. Em 2020, a relação das despesas como % da receita líquida foi de 17,3%, redução de 0,6 p.p., demonstrando o contínuo controle de despesas do Grupo Éxito.

A **equivalência patrimonial** totalizou R\$ 10 milhões no trimestre e R\$ 27 milhões no ano, refletindo o resultado de 50% da participação detida em “Puntos Colombia” e na financeira “Tuya” (ambas joint venture com Bancolombia).

Como resultado dos efeitos acima mencionados, o **EBITDA ajustado** totalizou R\$ 679 milhões no 4T20, avanço de 20,3% e margem de 10,6%. No ano, o montante alcançou R\$ 1,8 bilhão, forte incremento de R\$ 277 milhões e margem de 8,3%, refletindo um sólido desempenho da operação de varejo, apesar do impacto negativo da COVID-19 nos negócios complementares, que resultou em menor contribuição desses negócios.

Contribuição do EBITDA por país - 2020

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ECOSSISTEMA DIGITAL Grupo Éxito

O Grupo Éxito apresentou avanços expressivos de omnicanalidade em todos os países em que opera, com destaque para a operação online na Colômbia, que cresceu 2,7x em vendas em 2020 e aumentou a participação para 12,4% (vs 4,5% em 2019) - passando a ser referência na América Latina. Abaixo os principais resultados por país:

- **Colômbia:** as vendas omnicanal atingiram R\$ 2 bilhões no ano - sendo R\$ 1 bilhão em venda de alimentos - e alcançou 8,5 milhões de pedidos. A operação possui ativos e parcerias chaves, como: i) serviço de entrega em domicílio estendido não apenas às bandeiras do mid e premium Carulla e Éxito, mas também às bandeiras de baixo custo (Surtimax, Super Inter e Surtimayorista), ii) 430 lojas atuando na modalidade de Clique & Retire, iii) exclusividade na parceria de last miler com Rappi, iv) marketplace em crescimento (+1,8x em GMV vs 2019), que conta com marcas importantes como Decathlon, Miniso, Mac Center, dentre outras. Como resultado desses fatores, o país apresenta uma rentabilidade positiva nas operações omnicanais.
- **Uruguai:** em 2020, houve crescimento das operações omnicanais, que passaram a representar 3,3% das vendas, aumento de 1,1 p.p. vs o ano anterior. Destaque para o expressivo crescimento da operação de e-commerce (+2,3X vs 2019), avanço de 33,1% na modalidade de last mile/home delivery e ampliação da estratégia de Clique & Retire para 41 lojas.
- **Argentina:** a operação online registrou importante progresso ao longo do ano por meio de diferentes alavancas como i) ampliação da infraestrutura de entrega, que já possui 15 lojas na modalidade Clique & Retire e ii) parceria com Rappi e Pedidos Ya disponível em 21 lojas (de um total de 25 lojas), o que resultou em um aumento de 6X nas vendas da modalidade e 1 milhão de itens vendidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

(R\$ milhões)	Consolidado			GPA Brasil (Multivarejo) ⁽¹⁾			Grupo Êxito		
	4T20	4T19	Δ	4T20	4T19	Δ	4T20	4T19	Δ
Contingências tributárias	(318)	(45)	606,7%	(283)	(17)	1564,7%	(35)	(28)	25,0%
Reestruturações	(57)	(120)	-52,5%	(9)	(16)	-43,8%	(46)	(110)	-58,2%
Reorganização societária	513	-	n.d.	513	-	n.d.	-	-	n.d.
COVID	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Total	138	(165)	n.d.	221	(33)	n.d.	(81)	(138)	-41,3%
Efeitos não caixa	181	(56)	n.d.	264	(24)	n.d.	(49)	(32)	53,1%
Efeito caixa	(43)	(109)	-60,6%	(43)	(9)	377,8%	(32)	(106)	-69,8%

(1) GPA Brasil (Multivarejo) não inclui o resultado de outros (Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery). O resultado dessas operações está refletido no GPA Consolidado.

As “Outras Receitas e Despesas” totalizaram uma receita de R\$ 138 milhões no 4T20, sendo R\$ 181 milhões de receita com efeito não caixa e apenas R\$ 43 milhões de despesas com efeito caixa.

No **GPA Brasil (Multivarejo)**, as “Outras Receitas e Despesas” totalizaram uma receita de R\$ 221 milhões no 4T20, composta principalmente por:

i) **Contingências tributárias:** provisão de R\$ 283 milhões principalmente relacionadas à tributação de IPI nas transferências internas de mercadorias, de acordo com decisão do STF.

ii) **Reestruturações:** reestruturação do portfólio de lojas nas operações do Brasil, que totalizaram uma receita de R\$ 9 milhões, sendo R\$ 87 milhões advindo de ganho de capital das operações de *sale and leaseback* (2 lojas Extra Hiper e 2 lojas Pão de Açúcar), que foram parcialmente compensados por uma despesa de R\$ 76 milhões relacionadas a fechamento de lojas e *write off* de ativos;

iii) **Reorganização societária (cisão de Assaí):** impactos relacionadas ao projeto totalizaram uma receita de R\$ 513 milhões composta pela (i) reavaliação da participação remanescente na FIC pelo IFRS 10 (50% da participação detida pelo GPA foi transferida para o Assaí a preço justo) no valor de R\$ 573 milhões e (ii) custos relacionados ao projeto da cisão (despesas de R\$ 60 milhões);

No **Grupo Êxito**, as “Outras Receitas e Despesas” totalizaram uma despesa de R\$ 81 milhões, relacionadas basicamente a despesas de reestruturação de lojas e contingências tributárias.

No **ano**, a linha de “Outras receitas e despesas” totalizou uma despesa de R\$ 71 milhões, sendo R\$ 91 milhões de despesas com efeito caixa e R\$ 20 milhões de receita com efeitos não caixa, conforme demonstrado abaixo:

(R\$ milhões)	Consolidado			GPA Brasil (Multivarejo) ⁽¹⁾			Grupo Êxito		
	2020	2019	Δ	2020	2019	Δ	2020	2019	Δ
Contingências tributárias	(374)	(158)	136,7%	(321)	(130)	146,9%	(53)	(28)	89,3%
Reestruturações	(76)	(228)	-66,7%	131	(118)	n.d.	(203)	(110)	84,5%
Reorganização societária	513	-	n.d.	513	-	n.d.	-	-	n.d.
COVID	(134)	-	n.d.	(83)	-	n.d.	(51)	-	n.d.
Total	(71)	(386)	-81,6%	240	(248)	n.d.	(307)	(138)	122,5%
Efeitos não caixa	20	(254)	n.d.	186	(222)	n.d.	(76)	37	n.d.
Efeito caixa	(91)	(132)	-31,1%	54	(26)	n.d.	(231)	(175)	32,0%

(1) GPA Brasil (Multivarejo) não inclui o resultado de outros (Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery). O resultado dessas operações está refletido no GPA Consolidado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADO FINANCEIRO**

Excluindo elementos excepcionais	Consolidado					
(R\$ milhões)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Receitas financeiras	22	47	-53,5%	169	308	-45,1%
Despesas financeiras	(135)	(168)	-19,8%	(704)	(651)	8,1%
Custo da dívida	(91)	(87)	5,5%	(344)	(337)	1,9%
Custo de antecipação de recebíveis	(13)	(21)	-36,4%	(58)	(101)	-42,7%
Outras despesas financeiras	(21)	0	n.d.	(236)	(144)	63,7%
Variação cambial líquida	(10)	(61)	-84,3%	(66)	(68)	-3,2%
Resultado Financeiro Líquido	(113)	(121)	-6,7%	(535)	(343)	55,7%
% Receita Líquida	0,8%	1,3%	-0,5 p.p.	1,1%	1,2%	-0,1 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(183)	(146)	25,3%	(728)	(528)	38,1%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS 16	(296)	(267)	10,8%	(1.263)	(871)	45,0%
% Receita Líquida - Pós IFRS 16	2,1%	2,9%	-0,8 p.p.	2,5%	3,0%	-0,5 p.p.

A tabela acima não inclui a atualização do crédito de ICMS relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no valor de R\$ 580 milhões e R\$ 44 milhões relacionada à renegociação das dívidas decorrente da cisão de Sendas, conforme descrito no item "Elementos excepcionais".

O resultado financeiro líquido do GPA Consolidado totalizou uma despesa de R\$ 296 milhões no trimestre, representando 2,1% da receita líquida. Sem considerar os juros sobre o passivo de arrendamento, somou R\$ 113 milhões no trimestre, equivalente a 0,8% da receita líquida.

As principais variações no resultado financeiro no trimestre foram:

- **Receitas financeiras:** menor patamar vs o 4T19 reflete principalmente uma queda do CDI no período;
- **Despesas financeiras (incluindo custo de antecipação de recebíveis):** alcançou R\$ 135 milhões no 4T20 (vs R\$ 168 milhões no 4T19), composto por:
 - Maior **custo de dívida** em função do aumento da dívida bruta média no período, compensada por uma menor taxa de juros;
 - Menor **desconto de recebíveis** decorrente da queda do CDI no período e menor volume descontado.

No ano, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 1,3 bilhão, representando 2,5% da receita líquida. Sem considerar os juros sobre passivo de arrendamento, o montante alcançou R\$ 535 milhões, 1,1% da receita líquida, em linha com o ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DÍVIDA LÍQUIDA

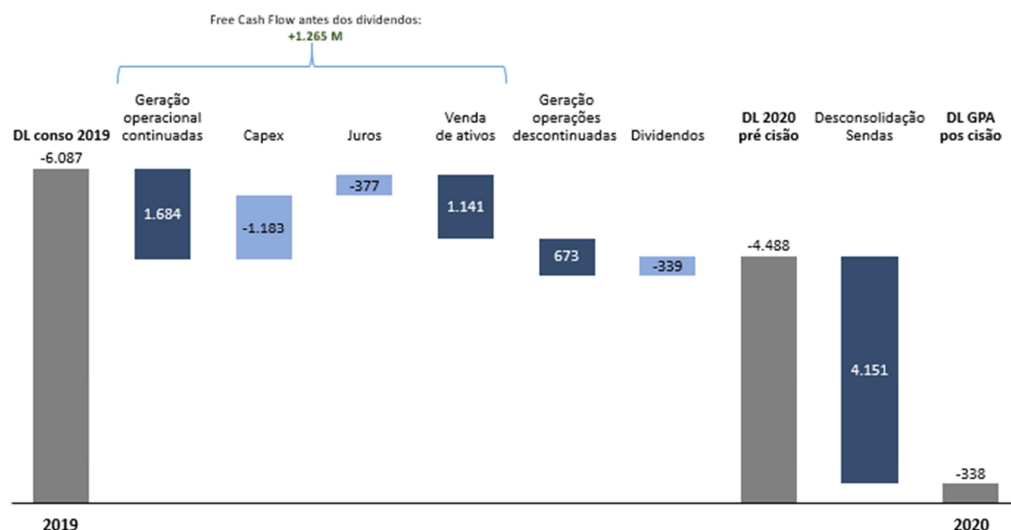
Para efeito de cálculo dos indicadores na tabela abaixo, a Companhia não considera os passivos de arrendamento relacionados ao IFRS 16.

Consolidado		
(R\$ milhões)	31.12.2020	31.12.2019
Dívida de Curto Prazo	(2.309)	(3.415)
Empréstimos e Financiamentos	(1.089)	(1.129)
Debêntures	(1.220)	(2.287)
Dívida de Longo Prazo	(6.831)	(10.693)
Empréstimos e Financiamentos	(3.453)	(1.117)
Debêntures	(3.378)	(9.576)
Total da Dívida Bruta	(9.140)	(14.108)
Caixa e Aplicações Financeiras	8.711	7.954
Dívida Líquida	(429)	(6.154)
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	2.625	4.006
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	91	66
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(338)	(6.087)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado⁽¹⁾	-0,1x	-1,5x

(1) EBITDA Ajustado pré-IFRS 16 sem elementos excepcionais, acumulado dos últimos 12 meses. Para 2019 foi utilizado o EBITDA ajustado considerando 12 meses de consolidação das operações do Grupo Éxito. Em 2019 os valores de dívida e EBITDA consideram o resultado do Assai.

A dívida líquida incluindo o saldo de recebíveis não antecipados alcançou R\$ -338 milhões no GPA consolidado em 31 de dezembro de 2020, enquanto o EBITDA ajustado⁽¹⁾ totalizou R\$ 2,6 bilhões. Dessa forma, a Companhia encerrou o ano com baixo patamar de alavancagem, com relação dívida líquida/EBITDA ajustado⁽¹⁾ de -0,1x, e sólida posição de caixa de R\$ 8,7 bilhões, adição de R\$ 757 milhões quando comparado ao ano anterior.

Evolução da dívida líquida - visão gerencial (R\$ milhões)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS

(R\$ milhões)	4T20	4T19	Δ	2020	2019	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	8	56	-85,1%	54	161	-66,3%
Reformas, Conversões e Manutenções	96	223	-57,1%	344	587	-41,3%
Infraestrutura e Outros	92	102	-10,2%	447	626	-28,5%
Total Investimentos GPA Brasil (Multivarejo)	196	381	-48,6%	846	1.373	-38,4%
Total Investimentos Grupo Êxito	96	80	19,6%	337	80	321,7%
Total Investimentos Consolidado - Bruto	291	461	-36,8%	1.183	1.453	-18,6%
Venda de Ativos	(289)	(22)	n.d.	(1.141)	(12)	n.d.
Total Investimentos Consolidado - Líquido	3	439	-99,4%	42	1.441	-97,1%

MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRA

Em 2020, nas operações do Brasil foram convertidas 41 lojas Extra Super em Mercado Extra e abertura de 4 lojas, sendo: 1 Mini Extra, 1 Minuto Pão de Açúcar e 2 postos de gasolina. Em continuidade ao ajuste de portfólio, houve fechamento de 9 Extra Hiper (sendo 3 lojas fechadas, 3 já convertidas para Assaí e outras 3 lojas em processo de conversão), 3 lojas Pão de Açúcar, 6 Extra Super, 3 Mini Extra e 20 drogarias.

No Grupo Êxito, foram 19 lojas inauguradas entre aberturas e conversões, sendo 17 lojas na Colômbia (2 Êxito WOW, 1 Carulla FreshMarket, 4 Surtimayorista, 3 Êxito Express e 7 lojas Super Inter) e 2 no Uruguai (1 Disco e 1 FreshMarket). Outras 25 lojas foram fechadas, sendo 24 na Colômbia (7 Êxito, 3 Carulla, 13 Surtimax, 1 Super Inter) e 1 no Uruguai (Devoto).

	31/12/2019					31/12/2020	
	Nº de lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de lojas	Área de vendas m² (mil)
GPA Brasil varejo	910	4	41	-35	-47	873	1.194
Pão de Açúcar	185	-	-	-3	-	182	234
Extra Hiper	112	-	-	-3	-6	103	638
Extra Supermercado	53	-	-	-6	-41	6	6
Mercado Extra	100	-	41	-	-	141	159
Compre Bem	28	-	-	-	-	28	33
Mini Extra	152	1	-	-3	-	150	37
Minuto Pão de Açúcar	85	1	-	-	-	86	20
Negócios especializados	195	2	-	-20	-	177	66
Postos de combustíveis	72	2	-	-	-	74	59
Drogarias	123	-	-	-20	-	103	8
Grupo Êxito	653	1	5	-25	-5	629	1.036
Colômbia	537	-	5	-24	-5	513	839
Uruguai	91	1	-	-1	-	91	92
Argentina	25	-	-	-	-	25	106
Consolidado	1.563	5	46	-60	-52	1.502	2.230

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO						
(R\$ milhões)	Consolidado		GPA Brasil (Multivarejo)		Grupo Êxito	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	17.641	19.968	9.531	13.265	8.015	6.665
Caixas e Equivalentes de Caixa	8.711	7.954	4.962	4.773	3.687	3.150
Contas a Receber	686	727	297	423	384	303
Cartões de Crédito	86	66	90	66	-	0
Tickets de vendas e duplicatas a receber	572	527	138	197	425	330
Provisão para Devedores Duvidosos	(43)	(92)	(1)	(6)	(42)	(27)
Provenientes de Acordos Comerciais	71	166	70	166	1	-
Estoques	6.536	8.631	3.542	6.206	2.993	2.425
Tributos a Recuperar	983	1.692	412	1.212	570	480
Ativos Disponíveis para Venda	109	223	78	171	30	52
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	616	741	240	480	350	256
Ativo Não Circulante	35.654	38.507	16.672	23.022	18.930	15.437
Realizável a Longo Prazo	4.713	4.321	4.480	4.138	256	189
Contas a Receber	5	1	1	1	4	-
Cartões de Crédito	5	1	1	1	4	-
Tributos a Recuperar	3.100	2.702	3.100	2.703	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	337	0	338	(0)	(0)
Partes Relacionadas	154	104	97	41	82	68
Depósitos para Recursos Judiciais	563	795	560	795	3	-
Despesas Antecipadas e Outros	891	382	723	261	168	121
Investimentos	1.250	609	770	291	480	318
Propriedades para Investimento	3.639	3.051	-	-	3.639	3.051
Imobilizado	19.888	24.290	9.376	15.660	10.504	8.626
Intangível	6.164	6.236	2.045	2.933	4.051	3.253
TOTAL DO ATIVO	53.295	58.474	26.203	36.287	26.944	22.102
PASSIVO						
	Consolidado		GPA Brasil (Multivarejo)		Grupo Êxito	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante	18.483	23.135	8.573	15.885	9.729	7.212
Fornecedores	11.424	14.887	4.956	9.676	6.449	5.208
Empréstimos e Financiamentos	1.089	1.201	37	904	1.052	298
Debêntures	1.220	2.287	1.220	2.287	-	-
Passivo de Arrendamento	947	937	570	641	377	296
Salário e Encargos Sociais	897	980	510	685	375	293
Impostos e Contribuições a Recolher	585	531	295	310	288	220
Dividendos Propostos	556	168	516	156	40	11
Financiamento Compra de Imóveis	100	231	55	180	45	51
Partes Relacionadas	194	214	55	152	77	58
Propaganda	35	25	34	25	-	-
Provisão para Reestruturação	17	6	11	6	7	0
Receitas a apropriar	297	365	18	238	200	101
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	-	0	-	-	-	0
Outros	1.122	1.301	296	625	820	676
Passivo Não Circulante	18.005	21.791	14.390	12.017	3.620	9.771
Empréstimos e Financiamentos	3.464	1.130	2.943	1.084	520	46
Debêntures	3.378	9.576	3.379	2.438	-	7.138
Passivo de Arrendamento	7.427	7.730	5.388	6.159	2.039	1.571
Partes Relacionadas	168	-	168	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.034	1.195	156	312	883	879
Impostos Parcelados	248	376	241	375	7	1
Provisão para Demandas Judiciais	1.386	1.305	1.247	1.197	139	108
Receitas a apropriar	19	26	19	26	-	-
Provisão para perda de investimento em associadas	591	386	591	386	-	1
Outros	291	68	257	41	32	27
Patrimônio Líquido	16.807	13.549	3.240	8.385	13.595	5.120
Atribuído aos Acionistas Controladores	13.695	10.940	3.240	8.385	10.480	2.517
Capital Social	5.434	6.857	4.672	6.857	(0)	-
Reservas de Capital	479	447	476	448	(0)	-
Reservas de Lucro	6.091	3.530	(8.664)	973	8.455	2.282
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	1.691	107	1.755	107	2.025	235
Participação de Acionistas não Controladores	3.112	2.608	-	0	3.116	2.603
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.295	58.474	26.203	36.287	26.945	22.102

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstração de Resultado do Exercício - 4º Trimestre 2020

	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil (Multivarejo)			Grupo Êxito		
	4T20	4T19	Δ	4T20	4T19	Δ	4T20	4T19	Δ
R\$ - Milhões									
Receita Bruta	15.417	10.185	51,4%	8.255	7.746	6,6%	7.148	2.408	196,9%
Receita Líquida	14.770	9.327	58,4%	8.378	7.145	17,3%	6.381	2.151	196,7%
Custo das Mercadorias Vendidas	(10.166)	(6.965)	46,0%	(5.469)	(5.396)	1,4%	(4.693)	(1.537)	205,3%
Depreciação (Logística)	(44)	(38)	16,9%	(29)	(34)	-13,0%	(15)	(4)	242,8%
Lucro Bruto	4.559	2.324	96,2%	2.880	1.716	67,9%	1.673	609	174,7%
Despesas com Vendas	(2.143)	(1.691)	26,7%	(1.289)	(1.159)	11,1%	(816)	(510)	60,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(372)	5	n.d.	(156)	(173)	-9,8%	(202)	187	n.d.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.515)	(1.686)	49,2%	(1.445)	(1.333)	8,4%	(1.019)	(323)	215,5%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	43	11	279,3%	29	30	-3,8%	10	(5)	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	138	(165)	n.d.	221	(33)	n.d.	(81)	(138)	-41,2%
Depreciação e Amortização	(484)	(311)	55,4%	(274)	(252)	9,1%	(207)	(59)	249,6%
EBIT - Lucro oper. antes do result. financeiro e impostos	1.742	174	904,0%	1.411	129	993,3%	375	84	347,3%
Receitas Financeiras	644	70	824,3%	599	18	3254,0%	45	52	-13,2%
Despesas Financeiras	(404)	(336)	19,9%	(273)	(228)	19,5%	(130)	(108)	20,3%
Resultado Financeiro Líquido	240	(267)	n.d.	326	(211)	n.d.	(85)	(56)	51,1%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	1.982	(93)	n.d.	1.737	(81)	n.d.	290	28	948,8%
Imposto de Renda	(632)	20	n.d.	(494)	47	n.d.	(143)	(28)	405,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	1.350	(74)	n.d.	1.243	(34)	n.d.	147	(1)	n.d.
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	282	180	56,4%	(17)	(10)	80,3%	(0)	(0)	49,6%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	1.632	107	1432,0%	1.226	(44)	n.d.	147	(1)	n.d.
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	1.316	(86)	n.d.	1.243	(34)	n.d.	108	(14)	n.d.
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. descontinuadas ⁽³⁾	282	180	56,5%	(17)	(10)	80,3%	(0)	(0)	49,6%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	1.598	94	1604,3%	1.226	(44)	n.d.	108	(14)	n.d.
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	35	13	171,0%	-	-	n.d.	39	13	204,8%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	(0)	0	n.d.	-	-	n.d.	(0)	(0)	49,6%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	35	13	164,1%	-	-	n.d.	39	13	204,8%
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	2.270	523	334,1%	1.714	414	313,9%	598	148	304,9%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	2.132	688	210,0%	1.494	447	234,2%	679	285	137,9%
Lucro por ação	5,95	0,35	1598,6%	4,57	(0,16)	n.d.	0,24	(0,03)	n.d.

	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil (Multivarejo)		Grupo Êxito	
	4T20	4T19	4T20	4T19	4T20	4T19
% da Receita Líquida						
Lucro Bruto	30,9%	24,9%	34,4%	24,0%	26,2%	28,3%
Despesas com Vendas	14,5%	18,1%	15,4%	16,2%	12,8%	23,7%
Despesas Gerais e Administrativas	2,5%	0,1%	1,9%	2,4%	3,2%	8,7%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	17,0%	18,1%	17,2%	18,7%	16,0%	15,0%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	0,3%	0,1%	0,3%	0,4%	0,2%	0,2%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	0,9%	1,8%	2,6%	0,5%	1,3%	6,4%
Depreciação e Amortização	3,3%	3,3%	3,3%	3,5%	3,3%	2,8%
EBIT	11,8%	1,9%	16,8%	1,8%	5,9%	3,9%
Resultado Financeiro Líquido	1,6%	2,9%	3,9%	2,9%	1,3%	2,6%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	13,4%	1,0%	20,7%	1,1%	4,6%	1,3%
Imposto de Renda	4,3%	0,2%	5,9%	0,7%	2,2%	1,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - op. em continuidade	9,1%	0,8%	14,8%	0,5%	2,3%	0,0%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	11,1%	1,1%	14,6%	0,6%	2,3%	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	8,9%	0,9%	14,8%	0,5%	1,7%	0,6%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	10,8%	1,0%	14,6%	0,6%	1,7%	0,7%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%	0,6%
EBITDA	15,4%	5,6%	20,5%	5,8%	9,4%	6,9%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	14,4%	7,4%	17,8%	6,3%	10,6%	13,3%

(1) Consolidado considera resultado de outros negócios complementares; (2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de Cdiscount no Consolidado; (3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores; (4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstração de Resultado do Exercício - 2020

	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil (Multivarejo)			Grupo Êxito		
	2020	2019	Δ	2020	2019	Δ	2020	2019	Δ
R\$ - Milhões									
Receita Bruta	55.732	31.165	78,8%	31.004	28.723	7,9%	24.669	2.408	924,6%
Receita Líquida	51.253	28.838	77,7%	29.170	26.654	9,4%	22.034	2.151	924,5%
Custo das Mercadorias Vendidas	(37.271)	(21.102)	76,6%	(20.825)	(19.530)	6,6%	(16.419)	(1.537)	968,1%
Depreciação (Logística)	(233)	(123)	89,9%	(126)	(118)	6,7%	(107)	(4)	2301,1%
Lucro Bruto	13.749	7.613	80,6%	8.219	7.006	17,3%	5.508	609	804,6%
Despesas com Vendas	(7.755)	(5.166)	50,1%	(4.679)	(4.613)	1,4%	(2.973)	(510)	483,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.587)	(532)	198,4%	(695)	(710)	-2,1%	(848)	187	n.d.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(9.343)	(5.698)	64,0%	(5.374)	(5.324)	1,0%	(3.821)	(323)	1083,5%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	98	2	3831,0%	118	107	10,0%	27	(5)	n.d.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(71)	(386)	-81,5%	240	(248)	n.d.	(307)	(138)	122,2%
Depreciação e Amortização	(1.804)	(1.028)	75,5%	(1.069)	(967)	10,5%	(729)	(59)	1128,3%
EBIT - Lucro oper. antes do result. financeiro e impostos	2.630	504	421,9%	2.134	574	271,7%	679	84	712,1%
Receitas Financeiras	909	353	157,7%	738	301	145,3%	170	52	228,5%
Despesas Financeiras	(1.637)	(1.224)	33,7%	(1.124)	(1.116)	0,7%	(510)	(108)	372,7%
Resultado Financeiro Líquido	(728)	(871)	-16,5%	(386)	(815)	-52,7%	(340)	(56)	505,4%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	1.902	(367)	n.d.	1.748	(241)	n.d.	339	27	1136,2%
Imposto de Renda	(663)	95	n.d.	(559)	121	n.d.	(110)	(28)	287,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	1.239	(273)	n.d.	1.189	(120)	n.d.	229	(1)	n.d.
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	1.086	1.110	-2,2%	84	312	-73,0%	(2)	(0)	797,9%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	2.325	838	177,5%	1.273	192	562,5%	227	(1)	n.d.
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	1.092	(285)	n.d.	1.189	(120)	n.d.	70	(14)	n.d.
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. descontinuadas ⁽³⁾	1.086	1.077	0,8%	84	312	-73,0%	(2)	(0)	797,9%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	2.178	792	174,9%	1.273	193	561,0%	69	(14)	n.d.
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	147	12	1095,5%	-	(0)	n.d.	158	13	1126,6%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	(0)	38	n.d.	-	-	n.d.	(0)	(0)	797,9%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	147	45	224,6%	-	(0)	n.d.	158	13	1126,6%
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	4.666	1.654	182,1%	3.329	1.659	100,6%	1.515	147	927,6%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	4.738	2.040	132,2%	3.088	1.907	61,9%	1.822	285	538,2%
Lucro por ação	8,12	2,95	174,9%	4,75	0,72	558,7%	0,15	(0,03)	n.d.

	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil (Multivarejo)		Grupo Êxito	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
% da Receita Líquida						
Lucro Bruto	26,8%	26,4%	28,2%	26,3%	25,0%	28,3%
Despesas com Vendas	15,1%	17,9%	16,0%	17,3%	13,5%	23,7%
Despesas Gerais e Administrativas	3,1%	1,8%	2,4%	2,7%	3,8%	8,7%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	18,2%	19,8%	18,4%	20,0%	17,3%	15,0%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	0,2%	0,0%	0,4%	0,4%	0,1%	0,2%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	0,1%	1,3%	0,8%	0,9%	1,4%	6,4%
Depreciação e Amortização	3,5%	3,6%	3,7%	3,6%	3,3%	2,8%
EBIT	5,1%	1,7%	7,3%	2,2%	3,1%	3,9%
Resultado Financeiro Líquido	1,4%	3,0%	1,3%	3,1%	1,5%	2,6%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	3,7%	1,3%	6,0%	0,9%	1,5%	1,3%
Imposto de Renda	1,3%	0,3%	1,9%	0,5%	0,5%	1,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - op. em continuidade	2,4%	0,9%	4,1%	0,5%	1,0%	0,0%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	4,5%	2,9%	4,4%	0,7%	1,0%	0,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	2,1%	1,0%	4,1%	0,4%	0,3%	0,6%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	4,3%	2,7%	4,4%	0,7%	0,3%	0,7%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	0,6%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,7%	0,6%
EBITDA	9,1%	5,7%	11,4%	6,2%	6,9%	6,9%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	9,2%	7,1%	10,6%	7,2%	8,3%	13,3%

(1) Consolidado considera resultado de outros negócios complementares; (2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de Cdiscount no Consolidado; (3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores; (4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa - Consolidado^(*)

(R\$ milhões)	FLUXO DE CAIXA	
	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.326	836
Imposto de renda diferido	69	240
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	317	88
Depreciação e amortização	2.564	1.559
Juros e variações monetárias	1.796	1.668
Ajuste a valor presente	(1)	1
Resultado de equivalência patrimonial	(99)	(18)
Provisão para demandas judiciais	443	194
Provisão para baixas e perdas	45	-
Remuneração baseada em ações	32	38
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	86	263
Provisão para obsolescência e quebras	24	16
Outras despesas operacionais	(1.815)	18
Receita a apropriar	(349)	(344)
Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento	(698)	(116)
Ganho de venda de subsidiária	-	(598)
Reavaliação do investimento - Bellamar	(573)	-
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(257)	(14)
Estoques	(1.142)	(181)
Impostos a recuperar	392	(354)
Dividendos recebidos	15	23
Outros ativos	(27)	(173)
Partes relacionadas	(22)	(81)
Depósitos judiciais	87	(6)
(Aumento) redução de passivos		
Fornecedores	726	(1.215)
Salários e encargos sociais	234	(131)
Impostos e contr. sociais a recolher	549	(15)
Demais contas a pagar	(1)	(52)
Demandas judiciais	(161)	(453)
Receita diferida	252	173
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70)	(231)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	4.742	1.135
Aumento de capital em controladas	(31)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.289)	(2.462)
Aumento no ativo intangível	(201)	(320)
Venda de bens do imobilizado	1.773	511
Caixa líquido de aquisições de empresas	-	(3.309)
Variação do Caixa na desconsolidação de Sendas / Caixa recebido da venda da Via Varejo	(3.529)	2.326
Aquisição de propriedade para investimento	(14)	(12)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(4.291)	(3.266)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	9	32
Captação e refinanciamentos	7.262	13.604
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.538)	(9.952)
Pagamento de dividendos	(339)	(268)
Recursos obtidos com oferta de ações e acionistas não controladores	3	-
Aquisição de sociedade	-	(31)
Transação com não controladores	2	7
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.680)	(1.498)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(281)	1.894
Variação Cambial s/ caixa e equivalentes	587	111
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	757	(126)
Disponibilidades no início do exercício	7.954	8.080
Disponibilidades no fim do exercício	8.711	7.954
Variação no caixa e equivalentes	757	(126)

(*) Considera 5 meses de Via Varejo e 1 mês de Grupo Éxito em 2019. Considera 12 meses de Assai em 2019 e 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SEGMENTAÇÃO DE VENDAS POR NEGÓCIO – BRASIL**

Segmentação de Vendas Brutas por Negócio										
(R\$ milhões)	4T20	%	4T19	%	Δ	2020	%	2019	%	Δ
GPA Brasil (Multivarejo)	8.255	99,8%	7.746	99,9%	6,6%	31.004	99,8%	28.723	99,9%	7,9%
Pão de Açúcar	2.041	24,7%	1.954	25,2%	4,5%	7.952	25,6%	7.378	25,7%	7,8%
Extra ^{III}	4.972	60,1%	4.684	60,4%	6,1%	18.594	59,9%	17.152	59,6%	8,4%
Proximidade ^{II}	489	5,9%	356	4,6%	37,3%	1.787	5,8%	1.352	4,7%	32,2%
Outros Negócios ^{BI}	754	9,1%	752	9,7%	0,2%	2.672	8,6%	2.840	9,9%	-5,9%
GPA ⁽⁴⁾	8.269	100,0%	7.755	100,0%	6,6%	31.063	100,0%	28.757	100,0%	8,0%

Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio										
(R\$ milhões)	4T20	%	4T19	%	Δ	2020	%	2019	%	Δ
GPA Brasil (Multivarejo)	8.378	99,9%	7.145	99,9%	17,3%	29.170	99,8%	26.654	99,9%	9,4%
Pão de Açúcar	1.851	22,1%	1.797	25,1%	3,0%	7.221	24,7%	6.786	25,4%	6,4%
Extra ^{III}	4.507	53,7%	4.269	59,7%	5,6%	16.856	57,7%	15.623	58,5%	7,9%
Proximidade ^{II}	459	5,5%	336	4,7%	36,3%	1.678	5,7%	1.273	4,8%	31,8%
Outros Negócios ^{BI}	1.561	18,6%	743	10,4%	110,1%	3.415	11,7%	2.971	11,1%	14,9%
GPA ⁽⁴⁾	8.389	100,0%	7.155	100,0%	17,3%	29.219	100,0%	26.687	100,0%	9,5%

⁽¹⁾ Inclui vendas do Extra Supermercado, Mercado Extra, Extra Hiper e Compre Bem. ⁽²⁾ Inclui vendas do Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar.

⁽³⁾ Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis, Drogarias, Delivery e receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais. ⁽⁴⁾ GPA inclui o resultado de James Delivery, Stix Fidelidade e Cheftime.

COMPOSIÇÃO DAS VENDAS (% sobre Vendas Líquidas) - GPA BRASIL (Multivarejo)

COMPOSIÇÃO DE VENDAS (% sobre Vendas Líquidas)	GPA Brasil (Multivarejo)			
	4T20	4T19	2020	2019
À Vista	44,1%	46,2%	43,0%	45,2%
Cartão de Crédito	45,0%	45,5%	47,2%	46,8%
Ticket Alimentação	10,9%	8,3%	9,8%	8,0%

Notas Explicativas



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020*



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Extra Hiper", "Extra Super", "Mercado Extra", "Minimercado Extra", "Assaí" e shoppings de vizinhança "Conviva". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Em 27 de novembro de 2019 a Companhia adquiriu do Casino o controle da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai tendo Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. As operações de Éxito e suas subsidiárias serão consideradas como um segmento operacional Grupo Éxito na nota nº31. Maiores detalhes da aquisição podem ser verificados na nota nº13 destas demonstrações financeiras.

Os investimentos da Companhia nas atividades varejistas nos segmentos de eletroeletrônicos e e-commerce relacionadas a Via Varejo S.A. estavam apresentados como operações descontinuadas e foram alienados no mês de junho de 2019 (vide nota nº12.4), e representavam as lojas sob as bandeiras "Ponto Frio" e "Casas Bahia", além das plataformas de "e-commerce" "Casasbahia.com", "Pontofrio.com" e "Barateiro.com".

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código "PCAR4", e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código "CBD".

A Companhia é controlada, através da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes"), tendo como controlador final o Casino Guichard Perrachon ("Casino"), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

1.1 Cisão parcial da Companhia.

Com o objetivo de liberar o pleno potencial dos negócios de Cash & Carry (Atacarejo) e varejo tradicional da Companhia, permitindo que operem de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento a cada um dos negócios, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia e Sendas Distribuidora S.A (Sendas), realizada em 31 de dezembro de 2020, a proposta de reorganização societária, anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresa, que compreende:

- i) Incorporação do acervo cindido por Sendas em favor da Companhia, cujo valor contábil líquido foi de R\$9.591 em 31 de dezembro de 2020, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito, correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito ("Participação Éxito") pelo valor contábil de R\$9.565 e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas ("Ativos Operacionais") com acervo líquido de R\$20. A transação não gerou impacto no consolidado, pois Éxito era controlada indireta da CBD.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ii) Permuta de ativos onde Sendas cedeu para a Companhia 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações e equivalente a 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito pelo valor contábil de R\$914 mediante a cessão para Sendas de: (i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. ("Bellamar"), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), que totalizam o valor de R\$195 (ii) e imóveis, que totalizaram R\$ 25. Adicionalmente, o efeito de R\$694 no patrimônio líquido da Companhia relacionado a transação de permuta foi registrado em resultados acumulados. Nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos do CPC 36 / IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas", em virtude da desconsolidação de Bellamar, foi reavaliada a parcela anteriormente detida ocasionado no reconhecimento da mais valia no montante de R\$573.
- iii) Cisão da totalidade do investimento detido pela Companhia em Sendas, cujo valor contábil líquido foi de R\$1.432 em 31 de dezembro de 2020, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iv) Os efeitos no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2020 da Companhia, como resultado da desconsolidação da subsidiária Sendas, estão sumariados no quadro abaixo:

	Sendas
	31.12.2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.532
Clientes	182
Outras Contas a Receber	34
Estoques	3.739
Tributos Correntes a Recuperar	768
Instrumentos financeiros derivativos	57
Outros ativos circulantes	36
Total do ativo circulante	8.348
Partes relacionadas	178
Impostos a recuperar	866
Depósitos judiciais	134
Instrumentos Financeiros	11
Investimentos	769
Imobilizado	7.477
Intangível	1.038
Total do ativo não circulante	10.473
Total do ativo	18.821
Fornecedores	5.057
Obrigações sociais e trabalhistas	371
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	528
Empréstimos e Financiamentos	2.119
Arrendamento Financeiro	172
Receitas Antecipadas	227
Financiamento por compra de ativos	34
Outros passivos circulantes	153
Total do passivo circulante	8.661
Empréstimos e Financiamentos	5.711
Arrendamento Financeiro	2.604
Passivos com Partes Relacionadas	41
Provisão para demandas judiciais	281
Receitas a apropriar	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82
Outros Passivos não circulantes	8
Total do passivo não circulante	8.728
Total do passivo	17.389
Total do patrimônio líquido	1.432
Total do passivo e patrimônio líquido	18.821

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de dezembro de 2020 a Sendas obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº480/2009. Em 10 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Sendas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido pedido de listagem dos American Depositary Securities ("ADSs") de emissão da Sendas na New York Stock Exchange ("NYSE"). Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA, após o encerramento do pregão em 26 de fevereiro de 2021, receberão ações de emissão de Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da GPA.

1.2 Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da Companhia

A Companhia vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavirus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar os riscos de transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança / proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, além de evolução importante dos nossos formatos de e-commerce. A Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas.

Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e divulgarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações financeiras, além de atualizar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

- A Companhia preparou planejamento estratégico para os próximos três anos e efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos, conforme metodologia e premissas descritas nas notas nº 7.2, 8.1, 15.1, 16.1 e 16.2,
- Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas;
- Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização;
- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas demonstrações financeiras. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;
- A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento; e
- Por fim, os custos necessários para adaptação das nossas lojas para atendimento ao público estão destacados na Nota nº 28 - Outras despesas operacionais, líquidas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em resumo, de acordo com as estimativas da administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devessem ser registrados nas demonstrações financeiras e tampouco há efeitos na continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia, que justificassem mudanças ou registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

1.3 Alegações de supostas irregularidades Via Varejo S.A. ("Via Varejo")

Em novembro de 2019 a administração da Via Varejo divulgou ao mercado denúncias anônimas que tratavam de supostas irregularidades quanto às demonstrações financeiras da Via Varejo, que a administração havia se atentado em setembro de 2019. Subsequentemente, em dezembro de 2019 a Via Varejo comunicou que a investigação preliminar havia constatado supostos indícios de irregularidades contábeis. Em 25 de março de 2020 a Via Varejo comunicou o resultado final da investigação, informando não ser necessário registrar qualquer efeito resultante das investigações nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.4 Listagem da Companhia no Novo Mercado

Em 30 de dezembro de 2019, foi aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária a admissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada uma ação preferencial. Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a admissão do GPA no segmento especial de listagem Novo Mercado. Em 2 de março foi concluído o processo de conversão das ações preferencias em ações ordinárias e o GPA passou a negociar no Novo Mercado.

1.5 Sales and Leaseback.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de venda de 6 propriedades (lojas do Pão de Açúcar) na modalidade de *Sale and Leaseback* para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R\$92, dos quais R\$91 foram recebidos. Em 2020 a Companhia concluiu a venda de 5 das 6. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 10 anos para essas 5 lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

Em 5 de março de 2020 a Companhia celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície". O Instrumento previa inicialmente a venda de 43 imóveis da Companhia em várias tranches pelo valor total de R\$ 1.246.

- Em 29 de maio de 2020 a Companhia concluiu a venda de 5 desses imóveis
- Em 29 de junho de 2020 a Companhia concluiu a venda de mais 7 imóveis
- Em 22 de julho a Companhia concluiu a venda de mais 16 imóveis
- Em 30 de julho de 2020 a Companhia concluiu a venda das 11 propriedades remanescentes, cuja transferência foi concluída em 28 de agosto de 2020.

Com isso, o GPA concluiu a venda de 39 imóveis por um valor total de R\$1.183, dos quais R\$1.181 já foram recebidos. Do total previsto inicialmente, 4 propriedades com valores não relevantes diante do volume total, não foram vendidas. As partes celebraram contratos de locação para cada um dos Imóveis, com prazo de 15 anos, renováveis por igual período.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou um contrato de venda de 4 propriedades na modalidade de Sale and Leaseback para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R\$255, dos quais R\$235 foram recebidos em 2020. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 15 anos para essas 4 lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

1.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19 (vide nota nº1.2). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas e controladas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021.

A Companhia concluiu o processo de venda da subsidiária Via Varejo S.A (vide nota nº 12.3), e manteve até 14 de junho de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 divulgadas considerando os efeitos de tal transação em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

A demonstração do resultado do exercício consolidada e a demonstração do valor adicionado consolidado e as notas explicativas relacionados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas devido a cisão da subsidiária Sendas (Assai) nota nº1.1, considerando os efeitos de tal transação em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pelo GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, alugueis a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente pratico por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas com vendas'.

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critério:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado
- deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o CPC32/ IAS12.

3.4 Conversão de subsidiárias e associadas localizadas em outros países

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de variação cambial de investimento no exterior como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais na conversão de moeda estrangeira são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado do exercício quando da baixa do investimento.

3.5 Hiperinflação

A partir de setembro de 2018 a Argentina assou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. Conforme CPC 42/ IAS 29 – “Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária baseadas na abordagem de custo corrente”, os ativos e passivos não monetários, patrimônio líquido e resultados operacionais da subsidiária indireta Libertad, sediada na Argentina, uma subsidiária direta do Êxito, cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo ajustados para que os valores sejam divulgados na unidade monetária de mensuração no final do exercício.

Esta unidade considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) na Argentina a partir de 1º de janeiro de 2017 e Índice de Preços no Varejo Doméstico da Argentina (“IPIM”) até 31 de dezembro de 2016.

3.6 Contabilização de participações societárias a custo decorrente de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2020

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2020, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Alterações no CPC 15 (R1)/ IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um <i>input</i> - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar <i>output</i> - saída de recursos.	Não teve impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.
Revisão CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de <i>hedge</i> ou do instrumento de <i>hedge</i> .	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1) / IAS 17. Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período.

4.3 ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência da interpretação.

4.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação..	01/01/2023

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material	Fornecer uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.	01/01/2021

Essas alterações não são esperados impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável – *impairment*: Notas nº 7.2, 8.1, 15.1, 16.1 e 16.2
- Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota nº9
- Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota nº10
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota nº19
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota nº 22
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota nº 21
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota nº 25
- Combinação de negócios: estimativas de valor justo de ativos e passivos adquiridos na combinação de negócios e *goodwill* resultante – Nota nº 13
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental – Nota nº 23.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e contas bancárias – Brasil		118	171	131	249
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	110	84	3.637	3.109
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	4.677	2.608	4.784	4.471
Aplicações financeiras - Exterior	(***)	-	-	159	125
		4.905	2.863	8.711	7.954

(*) Em 31 de dezembro de 2020, referem-se a (i) recursos do grupo Êxito, sendo R\$100 em pesos argentinos, R\$382 em pesos uruguaios e R\$3.028 em pesos colombianos (R\$73 em pesos argentinos, R\$254 em pesos uruguaios e R\$2.698 em pesos colombianos, em 31 de dezembro de 2019); (ii) recursos da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos no montante de R\$127 (R\$84 em 31 de dezembro de 2019).

(**) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, constituem, substancialmente, operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 96,93% (89,94% em 31 de dezembro de 2019) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

(***) Referem-se a recursos aplicados no exterior, em 31 de dezembro de 2020, na moeda local equivalentes a R\$12 na Argentina, R\$1 no Uruguai e R\$ 146 na Colômbia (R\$ 20 na Argentina, R\$ 4 no Uruguai e R\$ 101 na Colômbia, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Administradoras de cartões de crédito (nota nº7.1)	73	24	76	42
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota nº 11.2)	15	13	15	24
<i>Tickets</i> de vendas e duplicatas a receber	63	70	488	446
Cartão de crédito próprio	56	56	71	70
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº11.2)	14	21	13	12
Contas a receber de fornecedores	70	74	71	166
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº7.2)	(1)	(1)	(43)	(32)
	290	257	691	728
Circulante	289	256	686	727
Não circulante	1	1	5	1

7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

7.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No início do exercício	(1)	(1)	(32)	(5)
Perdas registradas no exercício	(35)	(17)	(86)	(263)
Baixas de contas a receber	35	17	78	282
Desconsolidação Sendas	-	-	4	(19)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	-	-	1
Aquisição de sociedade	-	-	-	(28)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	(7)	-
No fim do exercício	(1)	(1)	(43)	(32)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2020	734	574	80	67	8	5
31.12.2019	760	609	79	21	5	46

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contas a receber de seguradoras (*)	14	68	14	72
Contas a receber por venda de sociedades (nota nº 8.2)	78	83	78	83
Aluguéis a receber	49	42	208	113
Contas a receber – Via Varejo (**)	266	49	266	49
Venda de imóveis (***)	236	15	291	128
Outras	101	80	190	143
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 8.1)	(11)	(13)	(11)	(15)
	733	324	1.036	573
Circulante	109	168	365	381
Não circulante	624	156	671	192

(*) Em outubro de 2019 foram recebidos R\$203 da seguradora referente ao sinistro no Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017, após negociação e acordo sobre o valor final da indenização, ocorrida ao longo do terceiro trimestre de 2019.

(**) Com a venda do investimento na Via Varejo, o saldo que estava em partes relacionadas foi reclassificado para outras contas a receber. No montante de R\$266 está incluindo o valor de R\$231 correspondente ao direito do GPA de receber da Via Varejo o reembolso do benefício da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex, após o processo transitado em julgado, referente ao período de 2007 e 2010 (vide nota nº21.9).

(***) Valor composto principalmente por um contrato de compra e venda de um terreno em 29 de setembro de 2018 pelo montante de R\$200, cuja venda não foi reconhecida nos termos do IFRS 15 devido às características contratuais de pagamento de longo prazo e transferência de título legal em data futura a ser definida pelo comprador. Em 2020 a Companhia transferiu a escritura (título legal), a pedido do comprador, de acordo com o previsto em contrato, de todas as matrículas do terreno e reconheceu um ganho de R\$174 (vide nota nº27) na linha de resultado com imobilizado. A transação resultou no reconhecimento de valor a receber de R\$200, com vencimento em setembro de 2023, para o qual a Companhia obteve fiança bancária como garantia de recebimento.

8.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No início do exercício	(13)	(14)	(15)	(16)
Baixas de contas a receber	2	1	2	5
Desconsolidação Sendas	-	-	2	(4)
No fim do exercício	(11)	(13)	(11)	(15)

8.2 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lojas	2.395	2.240	2.453	4.698
Centrais de distribuição	1.098	1.149	1.134	1.583
Estoque - Grupo Êxito	-	-	2.879	2.254
Estoque de imóveis - Grupo Êxito	-	-	142	191
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº9.2)	(41)	(31)	(72)	(95)
	3.452	3.358	6.536	8.631

9.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$62 (R\$310 em 31 de dezembro de 2019).

9.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
No início do exercício	(31)	(31)	(95)	(65)
Adições	(45)	(7)	(40)	(51)
Aquisição de Sociedade	-	-	-	(22)
Baixas/reversões	35	7	16	35
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	(4)	-
Desconsolidação Sendas	-	-	51	8
No final do exercício	(41)	(31)	(72)	(95)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
ICMS (nota nº10.1)	1.428	1.420	1.435	2.621
PIS e COFINS (nota nº10.2)	1.671	462	1.710	854
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (nota nº10.3)	296	291	299	321
Imposto de renda e contribuição social (*)	21	61	462	472
Outros	41	17	47	49
Outros impostos – Grupo Éxito IVA	-	-	130	77
Total	3.457	2.251	4.083	4.394
Circulante	366	516	983	1.692
Não circulante	3.091	1.735	3.100	2.702

(*) Inclui os saldos de Éxito de R\$440 (R\$340 em 31 de dezembro de 2019).

10.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo.

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	260	261
De 1 a 2 anos	175	175
De 2 a 3 anos	167	173
De 3 a 4 anos	157	157
De 4 a 5 anos	153	153
Após 5 anos	516	516
	1.428	1.435

10.2 Crédito de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e iv) avaliação contábil sobre o tema.

Em 29 de outubro de 2020, A Companhia obteve o processo em julgado favorável na sua ação individual, resultando o registro de crédito tributário no montante de R\$ 1.609 (sendo R\$613 no resultado financeiro), líquido das provisões para parcelas, que eventualmente, consideradas não realizáveis. A compensação desse crédito tributário está sujeita a determinados processos administrativos junto ao Fisco Brasileiro e a Companhia estima realiza-lo em 5 (cinco) anos. Vide nota nº 22.9.

Em relação aos ativos de PIS e COFINS, a Companhia avaliou andamentos processuais recentes em determinadas causas e procedeu à baixa de ativos de PIS/COFINS no montante de R\$168, em 31 de dezembro de 2020, de valores sem expectativa de realização.

A realização do saldo de PIS e Cofins é apresentada a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	30	70
De 1 a 2 anos	297	297
De 2 a 3 anos	300	300
De 3 a 4 anos	310	310
De 4 a 5 anos	317	317
Após 5 anos	417	417
	1.671	1.710

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3 INSS

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização dos respectivos créditos. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$158, em 31 de dezembro de 2020.

11. Partes relacionadas**11.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento**

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações - Nota nº25		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Conselho de Administração (*)	67.716	38.207	-	-	4.056	2.366	71.772	40.573
Diretoria	36.868	33.373	11.175	12.943	10.906	15.596	58.949	61.912
Conselho Fiscal	331	-	-	-	-	-	331	-
	104.915	71.580	11.175	12.943	14.962	17.962	131.052	102.485

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

Notas Explicativas Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11.2 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

	Controladora									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	-	-	-	-	-	-	-	24	(91)	(57)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	-	1	(1)	(1)
Helicco (i)	-	-	-	-	-	-	-	-		(3)
<u>Controladas:</u>										
Éxito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	14	(1)
Novasoc Comercial	-	-	68	54	-	-	1	-	1	3
SCB Distribuição e Comércio	2	5	16	8	1	-	-	-	(1)	-
Stix Fidelidade	-	-	5	-	11	-	-	-	(104)	-
Cheftime	-	-	27	4	-	-	1	-	-	-
James Intermediação	-	-	80	4	4	-	10	-	120	8
GPA M&P	-	-	-	-	-	-	13	14	-	(1)
GPA Logística	-	-	101	68	2	2	70	61	1	1
<u>Associadas:</u>										
FIC (iii)	15	13	30	25	12	22	-	-	55	83
Bellamar	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
<u>Outras Partes Relacionadas:</u>										
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (Greenyellow) (iv)	-	-	-	-	-	-	117	132	(52)	(36)
Sendas Distribuidora	-	8	41	83	-	11	168	2	114	86
Grupo Casino	12	8	-	-	-	1	-	-	(11)	(6)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	29	34	369	248	30	36	380	234	45	76

Notas Explicativas Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado										
Saldos								Transações		
Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)		
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	-	-	-	5	-	-	-	24	(91)	(57)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	-	1	(3)	(1)
Helicco Participações (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Geant internacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
<u>Coligadas:</u>										
FIC (iii)	15	24	31	36	12	39	-	-	55	83
Puntos Colombia (v)	-	-	37	28	-	-	54	43	(114)	(13)
Tuya (vi)	-	-	31	26	-	-	1	-	24	21
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	-	119	134	(84)	(35)
Sendas Distribuidora	-	-	42	-	-	-	169	-	-	-
Grupo Casino (vii)	13	12	12	8	-	1	19	13	(30)	(4)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	28	36	154	104	12	40	362	215	(243)	(12)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes.

As principais operações da Companhia com partes relacionadas são:

- (i) *Casino: Cost Sharing Agreement*: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A., Helicco Participações Ltda., Foncière Euris e Casino, Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 10 de agosto de 2014, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades que envolvem a transferência de *know-how* à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento.

Insurance: Contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e Casino para intermediação na negociação de renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia.

Agency Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas.

Cost Reimbursement Agreement: celebrado entre a Companhia e Casino, Guichard-Perrachon S.A. em 25 de julho de 2016 para regular o reembolso pela Companhia de despesas de colaboradores franceses (expatriados) da Companhia relativas a contribuições sociais francesas e outros benefícios englobados no programa de expatriação pagos por Casino na França.

Agency Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

Purchase Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para a importação de produtos não alimentícios e alimentícios (exceto perecíveis e vinhos) para revenda em suas lojas, mediante solicitação de ordens de compra, em caráter não-exclusivo.

- (ii) *Éxito e controladas: Agreement on Establishment of Business Relations*: celebrado entre a Companhia, Sendas, Éxito e suas controladas em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores de seus países de origem para estabelecimento de novas relações comerciais.

Celebração de contratos de licença de uso de marca e de direitos autorais envolvidos na produção, publicidade, promoção, comercialização e distribuição de produtos do segmento têxtil e acessórios destinados ao público feminino (marcas Bronzini e Arkitect) pela Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. (Didetexto), controlada por Éxito, à Companhia.

Cost Reimbursement Agreement: celebrado entre a Companhia, Sendas e Éxito em 22 de outubro de 2019 para reembolso de uma parte à outra dos custos incorridos para transferência de colaboradores.

- (iii) *FIC*: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (iv) *Greenyellow*: celebração de (a) contratos com a Companhia para regular os termos da instalação de equipamentos e a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia para redução de energia. (b) contratos com a Companhia e Sendas para a compra de energia comercializada em mercado livre.
- (v) *Puntos Colombia*: Programa de Fidelidade a clientes do Éxito. Saldo relacionado a resgate de pontos e outros serviços.
- (vi) *Tuya*: Entidade financeira investida do Éxito. Saldo relacionado a participação em acordos de colaboração empresarial e reembolso de despesa, cupons de desconto e outros.
- (vii) *Grupo Casino*: Saldos a receber por despesas de expatriados com Casino International, Distribution Casino e Casino Services. Prestação de serviços na importação de mercadorias por outras companhias do grupo Casino.
- (viii) *Éxito Consultancy Agreement*: contrato celebrado em 29 de maio de 2020, conforme aditado, no qual a Companhia foi contratada pelo Éxito para prestação de serviços de consultoria para as áreas de especialização (Presidência, Estratégia e Planejamento, Financeiro, Recursos Humanos, Jurídico, Comunicação e Relações com Investidores), ajudando o Éxito na tomada de decisões e na análise de oportunidades.

12. Investimentos em controladas e associadas

12.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2020		31.12.2019	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
	Controladas					
CBD	Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") Vide nota nº1.1	Brasil	-	-	100,00	-
	CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("Compre Bem")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix") (*)	Brasil	66,67	-	100,00	-
	James Intermediação S.A. ("James Delivery")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Cheftime Comércio de Refeições S/A ("Cheftime")	Brasil	79,57	-	79,57	-
	GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	BCafeterias e Lanchonetes Ltda. ("BCafeterias")	Brasil	1,10	98,90	0,10	99,90
	Fronteira Serviços Imobiliários Ltda. ("Fronteira")	Brasil	0,10	99,90	0,10	99,90
	Place2B Serviços Imobiliários Ltda. ("Place2B")	Brasil	-	100,00	0,10	99,90
	Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")	Luxemburgo	100,00	-	100,00	-
	Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")	Holanda	-	100,00	-	100,00

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



			Participação nos investimentos - %			
			31.12.2020		31.12.2019	
Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Éxito	Almacenes Éxito S.A. ("Éxito")	Colômbia	96,57	-	-	96,57
	Éxito Industrias S.A.S.	Colômbia	-	94,59	-	94,59
	Fideicomiso Lote Girardot	Colômbia	-	96,57	-	96,57
	Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colômbia	-	49,25	-	49,25
	Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. (Móvil Éxito)	Colômbia	-	96,57	-	96,57
	Transacciones Energéticas S.A.S (antes Gemex O & W S.A.S.)	Colômbia	-	96,57	-	96,57
	Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. (MPI)	Colômbia	-	96,57	-	96,57
	Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. (LTSA)	Colômbia	-	96,57	-	96,57
	Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colômbia	-	96,57	-	96,57
	Patrimonio Autónomo Iwana	Colômbia	-	49,25	-	49,25
	Patrimonio Autónomo Viva Malls	Colômbia	-	49,25	-	49,25
	Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	Colômbia	-	25,12	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	Colômbia	-	25,12	-	25,12
	Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	Colômbia	-	25,12	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial	Colômbia	-	25,12	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Viva Laureles	Colômbia	-	39,40	-	39,40
	Patrimonio Autónomo Viva Palmas	Colômbia	-	25,12	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Colômbia	-	44,33	-	44,33
	Spice investment Mercosur	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Larenco S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Geant Inversiones S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Lanin S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	5 Hermanos Ltda.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Sumelar S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Raxwy Company S.A.(**)	Uruguai	-	-	-	96,57
	Supermercados Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Maostar S.A.	Uruguai	-	30,18	-	30,18
	Ameluz S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Fandale S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Odaler S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	La Cabaña S.R.L.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Ludi S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Semin S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Randicor S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Setara S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	-	59,14	-	59,14
	Mablicor S.A.	Uruguai	-	30,78	-	30,78
	Tipset S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Tedocan S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Vía Artika S. A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Grupo Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	-	60,35	-	60,35
	Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57
	Mercados Devoto S.A.	Uruguai	-	96,57	-	96,57

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



				Participação nos investimentos - %	
				31.12.2020	31.12.2019
Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação indireta	Participação indireta
	Libertad S.A.	Argentina	-	96,57	-
	Onper Investment 2015 S.L	Espanha	-	96,57	-
	Spice España de Valores Americanos S.L.	Espanha	-	96,57	-
	Marketplace Internacional Éxito S.L	Espanha	-	96,57	-
	Gelase S. A.	Bélgica	-	96,57	-

(*) Em 2020 foi alterada a participação da empresa Stix Fidelidade para 66,67%

(**) Em 31 de julho de 2020 foi liquidada a empresa Raxwy Company.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

		Participação nos investimentos - %				
Grupo	Sociedades	País	Companhia	31.12.2020	31.12.2019	
				Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Cnova N.V.	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cnova France SAS ("Cnova France")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount S.A. ("Cdiscount")	França	-	33,87	-	33,87
	Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte")	Costa do Marfim	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal")	Senegal	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun")	Camarões	-	33,98	-	33,98
	CLatam AS Uruguay ("CLatam")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama")	Panama	-	23,79	-	23,79
	Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora")	Equador	-	23,78	-	23,78
	Cnova Pay	França	-	33,98	-	33,98
	BeezUP SAS ("BezzUp")	França	-	33,98	-	33,98
	CARYA	França	-	33,87	-	33,87
	HALTAE	França	-	33,87	-	33,87
	C-Logistics	França	-	28,56	-	28,56
	NEOSYS	França	-	17,33	-	17,33
	Neotech Solutions	Marrocos	-	17,33	-	17,33
	NEOSYS Tunisie	Tunísia	-	17,33	-	17,33
	C Chez Vous	França	-	28,56	-	28,56
	Phoenix	França	-	16,99	-	16,99
	C-SHIELD (*)	França	-	33,87	-	-
	C-PAYMENT (*)	França	-	33,87	-	-
	MAAS (*)	França	-	33,87	-	-
FIC	Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	17,88	-	35,76
	FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	Brasil	-	17,88	-	35,76
	Bellamar Empreend. e Participações Ltda. ("Bellamar") (**)	Brasil	50,00	-	100,00	-
Exito	Puntos Colombia S.A.S ("Puntos")	Colômbia	-	48,29	-	48,29
	Compañía de Financiamento Tuya S.A. ("Tuya")	Colômbia	-	48,29	-	48,29
	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	0,18	-	0,18

(*) Em 2020 foi adquirida a participação de 33,87% nas empresas C-SHIELD, C-PAYMENT e MAAS.

(**) Em 2020 foi alterada a participação da Bellamar para 50%, vide nota 1.1.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.2 Informações contábeis das associadas**

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Éxito. Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC		Cnova N.V.		Tuya	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante	6.738	7.085	4.224	3.271	4.728	3.943
Ativo não circulante	52	51	4.055	2.587	200	100
Ativo total	6.790	7.136	8.279	5.858	4.928	4.043
Passivo circulante	5.611	6.185	6.766	5.819	1.612	1.426
Passivo não circulante	22	20	2.806	867	2.578	2.146
Patrimônio líquido	1.157	931	(1.293)	(828)	738	471
Total passivo e patrimônio líquido	6.790	7.136	8.279	5.858	4.928	4.043
Demonstração do resultado:						
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receitas	989	1.207	13.117	9.689	615	698
Resultados operacionais	555	441	207	(24)	71	87
Lucro líquido do exercício	329	263	(138)	(288)	37	(14)

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. O cálculo do investimento de Éxito em Tuya e Cnova N.V. incluem o ágio apurado na aquisição no valor de R\$71 e R\$11, respectivamente.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.3 Composição e movimentação dos investimentos**

	Controladora					
	Sendas	Éxito	Bellamar	Compre Bem	Outros	Total (*)
Saldos em 31.12.2019	7.095	-	299	277	(306)	7.365
Equivalência patrimonial	1.228	-	118	(16)	(181)	1.149
Dividendos e juros s/ capital próprio	(310)	-	(26)			(336)
Remuneração com base em ações	5	-	-		1	6
Aumento de capital	650	-	-	53	45	748
Aumento de capital com imobilizado	220	-	-	-	7	227
Ajuste a valor justo	-	-	573	-	-	573
Incorporação Sendas	(10.833)	10.479	(196)	-	-	(550)
Outras movimentações	(19)	-	-	-	-	(19)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	1.964	-	-	-	(158)	1.806
Saldos em 31.12.2020	-	10.479	768	314	(592)	10.969

	Controladora					
	Sendas	Via Varejo	Bellamar	Compre Bem	Outros	Total (*)
Saldos em 31.12.2018	4.091	-	207	75	(234)	4.139
Equivalência patrimonial	1.047	16	101	(49)	(150)	965
Baixa Investimento Via Varejo	(2)	(1.372)	-	-	(492)	(1.866)
Dividendos e juros s/ capital próprio	(297)	-	(9)	-	-	(306)
Remuneração com base em ações	1	4	-	-	-	5
Aumento de capital	2.003	-	-	194	52	2.249
Aumento de capital com imobilizado	67	-	-	57	(5)	119
Outras movimentações	(6)	-	-	-	37	31
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	191	-	-	-	(6)	185
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	1.352	-	-	492	1.844
Saldos em 31.12.2019	7.095	-	299	277	(306)	7.365

(*) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Cnova N.V., James e Stix, no montante de R\$620 em 31 de dezembro de 2020 (R\$385 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	FIC	BINV	Bellamar	Tuya	Puntos Colombia	Outros Total
Saldos em 31.12.2018	203	-	-	-	-	(279) (76)
Equivalência patrimonial – continuada	106	-	-	(7)	2	(99) 2
Equivalência patrimonial – descontinuada	12	4	-	-	-	- 16
Dividendos e Juros sobre capital próprio - continuada	(20)	-	-	-	-	- (20)
Dividendos e Juros sobre capital próprio - descontinuada	(3)	-	-	-	-	- (3)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	9	-	(8) 1
Aquisição de investimento	-	-	-	305	-	11 316
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	(9)	(4)	-	-	-	- (13)
Saldos em 31.12.2019	289	-	-	307	2	(375) 223
Equivalência patrimonial – continuada	118	-	-	18	9	(47) 98
Dividendos e Juros sobre capital próprio - continuada	(37)	-	-	-	-	- (37)
Dividendos e Juros sobre capital próprio - descontinuada	-	-	-	-	-	- -
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	79	1	(156) (76)
Aumento de capital	-	-	-	52	-	- 52
Desconsolidação	(370)	-	-	-	-	- (370)
Incorporação Sendas	-	-	196	-	-	- 196
Ajuste a valor justo	-	-	573	-	-	- 573
Saldos em 31.12.2020	-	-	769	456	12	(578) 659

12.4 Venda do investimento na Via Varejo

A Companhia concluiu o processo de venda iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398, líquido do imposto de renda de R\$199 (vide nota nº21) e dos custos relacionados, foi apresentado no resultado das operações descontinuadas (vide nota nº33).

A Companhia deixou de exercer o controle sobre a Via Varejo durante o mês de junho de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 permaneciam vigentes certos relacionamentos previamente existentes entre a Companhia e Via Varejo quando esta fazia parte do Grupo e era uma parte relacionada, principalmente i) Garantias corporativas concedidas pela Companhia para garantir obrigações em acordos operacionais de responsabilidade de Via Varejo, com vencimentos e prazos de performance a serem cumpridos por aquela companhia ao longo do tempo, no valor de até R\$2 bilhões, já tendo a Companhia tomado providências junto à Via Varejo para que tais garantias sejam formalmente extintas, sem prejuízo das discussões que vem mantendo com a Via Varejo sobre o tema; ii) Acordo operacional sobre a utilização de marcas do GPA pela Via Varejo, iii) participações societárias detidas, respectivamente, por GPA, Via Varejo e Itaú Unibanco na sociedade Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), e iv) Manutenção das obrigações de reembolso por parte da Companhia sobre as superveniências passivas e ativas decorrentes de fatos geradores e processos judiciais anteriores a aquisição da Globex em 2010, conforme divulgado na nota nº 21.6, por ocasião da fusão de Globex com Casas Bahia no mesmo ano. Referida obrigação de garantia subsistirá enquanto os processos objeto de tal garantia não se encerrarem.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem se beneficiar da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

13.1 Aquisição Almacenes Éxito ("Éxito") - Colômbia

Em 26 de junho de 2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração do GPA, uma recomendação do acionista controlador final da Companhia, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores.

As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo historicamente pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, envolveu uma oferta pública lançada pelo GPA, por meio de sua subsidiária Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15R / IFRS 3R.

A transação envolveu ainda a aquisição pelo Casino da totalidade das ações de controle de emissão do GPA até então detidas indiretamente pelo Éxito ao preço de R\$113 reais por ação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 23 de julho de 2019 foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração do GPA, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço recomendado originalmente pela diretoria executiva do GPA, aprovou que sua subsidiária operacional Sendas Distribuidora autorizasse a emissão de uma oferta pública ("OPA") com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R\$21,68 reais na data da aquisição).

Em continuidade a transação, em 12 de setembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral de acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta no GPA para o Casino nos termos anteriormente divulgados.

Visto que nesta transação a Companhia estava exposta a pesos Colombianos ("COP") durante o período da oferta, no dia 24 de julho de 2019, o comitê financeiro aprovou a realização de um *hedge* de fluxo de caixa, via NDFs (*Non Deliverable Forward*), para mitigar essa exposição (vide nota nº19).

Em 27 de novembro de 2019, a OPA foi encerrada e a Companhia passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Sendas de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019). Anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão do GPA detidas direta e indiretamente por Éxito pelo preço, líquido de dívida, de US\$1.161 milhões (equivalente a R\$4,9 bilhões com base na taxa de câmbio da data da transação).

Como consequência desta mudança de controle e com base no que estabelece a legislação societária da Colômbia, o capital social pertencente a um único acionista não pode ser superior 95%. A Companhia tem 18 meses, contados a partir da oferta pública, para regularização da sua participação direta no Éxito. Em 10 de fevereiro de 2021 a Companhia transferiu 5% da sua participação para a GPA 2 Empreendimentos e Participações ("GPA2") e passou a deter participação direta de 91,57% do capital social do Éxito. A Companhia possui participação de 100% da GPA 2.

Contexto da associação

Almacenes Éxito S.A. opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias.

A Companhia passou a consolidar os resultados de Éxito a partir de 1º de dezembro de 2019, quando obteve controle da companhia, consolidando somente um mês da demonstração do resultado. As vendas líquidas foram de R\$2.151 nesse período e o lucro líquido de R\$71. Caso o Éxito tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, na demonstração do resultado o efeito seria de R\$ 18.388 nas vendas líquidas e R\$ 178 no lucro líquidos das operações continuadas.

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição

O valor da contraprestação transferida em caixa está líquido dos dividendos do exercício de 2018 e o efeito do hedge de fluxo de caixa contratado para proteger a exposição à variação das taxas de câmbio, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2019
Desembolso de Caixa	9.268
Ajuste do hedge do fluxo de caixa	145
	9.413
Dividendos relacionados ao exercício de 2018	(42)
Valor da contraprestação total transferida	9.371

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Êxito, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanco após a alocação do preço de compra
Ativos:	
Caixa e equivalentes de caixa	6.062
Contas a receber e outras contas a receber	416
Estoques	2.765
Tributos a recuperar	477
Outros ativos circulantes	349
Imposto de renda e C.S. diferidos	1.353
Créditos com partes relacionadas	137
Outros ativos não circulantes	111
Investimentos	316
Propriedades para investimento	2.972
Imobilizado, líquido	8.496
Ativos intangíveis	3.009
	26.463
Passivos:	
Obrigações sociais e trabalhistas	283
Fornecedores	4.545
Obrigações fiscais	219
Empréstimos e financiamentos	2.546
Passivo de arrendamento	277
Outros passivos circulantes	998
Empréstimos e financiamentos - LP	2.060
Tributos diferidos	2.100
Provisões	103
Passivo de arrendamento - LP	1.540
Outras obrigações - LP	28
	14.699
Ativos Líquidos	11.764
(-) Valor atribuído aos não controladores	(2.558)
Ativos líquidos	9.206

- a) Marcas – A Companhia identificou as principais marcas da operação do Êxito estando representadas pelos formatos de lojas operados na Colômbia Surtimax, Super Inter, Surti Mayorista, Viva, Frescampo, Êxito e Carulla, na Argentina a marca Libertad e no Uruguai a marca Disco. Adicionalmente, foram avaliadas as marcas próprias Êxito, Bronzini Frescampo, Ekono, Arkitect e Carulla. As marcas possuem vida útil indefinida.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- b) Propriedades para Investimento e de lojas – O Grupo Êxito tem ativos imobiliários que são explorados em suas atividades de aluguel de galerias e na atividade de shopping centers. Tais ativos tem alta relevância comercial, estando localizados em áreas privilegiadas. Adicionalmente, foram avaliadas um grupo de lojas considerados significativos que são exploradas na operação do Êxito.
- c) Investimento Tuya – A Companhia avaliou o investimento em Tuya considerando a projeção dos lucros futuros;
- d) Arrendamentos – Os contratos de aluguéis foram recalculados considerando a taxa incremental na data da aquisição.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

Valor da contraprestação total transferida - 96,57%	9.371
Valor justo da empresa a 100%	9.706
Valor justo da participação dos não controladores (OPA)	335

Ágio identificado

A Companhia apurou ágio de expectativa de rentabilidade futura de R\$165 e foi assim determinado:

Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	11.764
(-) Valor atribuído aos não controladores	(2.223)
	9.541
Participação remanescente dos não controladores (OPA)	(335)
	9.206
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de Êxito	9.371
Ágio resultante na aquisição do controle de Êxito	165

O ágio está divulgado no balanço consolidado no subgrupo do ativo intangível e não é dedutível para fins fiscais, exceto na alienação do investimento.

O custo relacionado a aquisição foi de R\$ 198 e está reconhecido nas “outras despesas operacionais” (nota nº 28).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo das propriedades para investimento adquiridas numa combinação de negócios e determinado pelo valor justo, conforme IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa. A vida útil dos edifícios é apresentada na nota nº15.

As propriedades para investimento da Companhia e suas subsidiárias correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço.

O valor justo das propriedades para investimento é mensurado com base em avaliações realizadas por terceiros.

	Consolidado						
	Saldo em: 31.12.2019	Adições	Impairment	Depreciação	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2020
Terrenos	656	-	(11)	-	149	(32)	762
Edifícios	2.385	6	(11)	(63)	557	(15)	2.859
Imobilizado em andamento	10	8	-	-	2	(2)	18
Total	3.051	14	(22)	(63)	708	(49)	3.639

Consolidado							
Saldo em: 31.12.2018	Adições	Depreciação	Aquisição de sociedades	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2019	
Terrenos	6	2	-	643	11	(6)	656
Edifícios	10	10	(4)	2.319	45	5	2.385
Benfeitorias	4	-	-	-	-	(4)	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	10	-	-	10
Total	20	12	(4)	2.972	56	(5)	3.051

Consolidado					
Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	762	-	762	656	-
Edifícios	2.921	(62)	2.859	2.400	(15)
Imobilizado em andamento	18	-	18	10	-
Total	3.701	(62)	3.639	3.066	(15)
					3.051

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No exercício findo em 31 dezembro de 2020, o resultado gerado pela subsidiária Êxito pelo uso das propriedades de investimento foram os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de arrendamento	368	31
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que geram receitas	(78)	(4)
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que não geram receitas	(165)	(12)
Receita líquida gerada pelas propriedades de investimento	125	15

Em 31 de dezembro de 2020 o valor justo das propriedades de investimento em uso era composto apenas por saldos da subsidiária Êxito no montante de R\$3.926 (R\$3.047 em 31 de dezembro de 2019). Os principais dados utilizados na avaliação do valor justo, tais como taxa de desconto, taxa de vacância e taxa de capitalização terminal são estimadas por assessores ou pela administração com base a transações comparáveis e dados do setor. As taxas variam para cada empreendimento conforme a região geográfica, formato do empreendimento e são apresentadas a seguir:

	<u>Intervalo</u>	
Taxa de desconto	10,00%	15,25%
Taxa de vacância	1,00%	10,00%
Taxa de capitalização terminal	7,50%	8,50%

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Edifícios	Entre 40 e 50
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	Entre 24 e 40
Máquinas e equipamentos	Entre 10 e 20
Instalações	11
Móveis e utensílios	Entre 9 e 12
Outros	Entre 3 e 5

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2020 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

15.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 16.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas*

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 4,6% (4,8% em 2019) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 7,9% (8,4% em 2019) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$19 na controladora e R\$23 no consolidado. Veja considerações em relação aos efeitos da pandemia na nota 1.2.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

	Controladora								
	Saldo em: 31.12.2019	Adições	Remen- suração	Impairment	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências(*)	Incorpora- ção	Saldo em: 31.12.2020
Terrenos	904	-	-	-	-	(55)	(238)	(25)	586
Edifícios	1.026	2	-	(19)	(34)	(60)	(172)	-	743
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.091	86	-	-	(227)	(45)	(38)	-	1.867
Máquinas e equipamentos	975	70	-	-	(168)	(44)	92	-	925
Instalações	249	3	-	-	(35)	(4)	(10)	-	203
Móveis e utensílios	377	34	-	-	(62)	-	10	-	359
Imobilizado em andamento	119	398	-	-	-	-	(419)	10	108
Outros	33	11	-	-	(11)	-	(5)	-	28
Total	5.774	604	-	(19)	(537)	(208)	(780)	(15)	4.819

Arrendamento – direito de
uso:

Edifícios	3.578	783	775	-	(426)	(422)	(6)	-	4.282
Total	3.578	783	775	-	(426)	(422)	(6)	-	4.282

(*) Desse montante, R\$373 são transferências para mantido para venda, R\$181 para intangíveis e R\$227 de aumento de capital com imobilizado (vide nota nº13).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora					
	Saldo em: 31.12.2018	Adições	Remen- suração	Depreciação	Baixas	Transfe- rências (*)
Terrenos	991	-	-	-	(30)	(57)
Edifícios	1.179	4	-	(41)	(29)	(87)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.033	64	-	(204)	(68)	266
Máquinas e equipamentos	861	190	-	(166)	(11)	101
Instalações	275	16	-	(38)	(6)	2
Móveis e utensílios	357	66	-	(59)	(11)	24
Imobilizado em andamento	115	590	-	-	-	(586)
Outros	32	28	-	(13)	-	(14)
Total	5.843	958	-	(521)	(155)	(351)
Arrendamento – direito de uso:						
Edifícios	3.420	123	528	(388)	(105)	-
Equipamentos	1	-	-	(1)	-	-
	3.421	123	528	(389)	(105)	-
Total	9.264	1.081	528	(910)	(260)	(351)

(*) Referente aos ativos transferidos às subsidiárias Sendas Distribuidora e SCB como aumento de capital relacionado ao projeto de conversão de bandeiras.

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	586	-	586	904	-	904
Edifícios	1.294	(551)	743	1.659	(633)	1.026
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.774	(1.907)	1.867	3.859	(1.768)	2.091
Máquinas e equipamentos	2.555	(1.630)	925	2.445	(1.470)	975
Instalações	544	(341)	203	582	(333)	249
Móveis e utensílios	1.031	(672)	359	992	(615)	377
Imobilizado em andamento	108	-	108	119	-	119
Outros	149	(121)	28	143	(110)	33
	10.041	(5.222)	4.819	10.703	(4.929)	5.774
Arrendamento – direito de uso:						
Edifícios	7.419	(3.137)	4.282	6.461	(2.883)	3.578
Equipamentos	37	(37)	-	37	(37)	-
	7.456	(3.174)	4.282	6.498	(2.920)	3.578
Total	17.497	(8.396)	9.101	17.201	(7.849)	9.352

Notas Explicativas
Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado										
	Saldo em: 31.12.2019	Adições	Remen- suração	Impairment	Depreciação	Baixas	Incorporação	Trans- ferências (*)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Desconso- lidação Sendas	Saldo em: 31.12.2020
Terrenos	3.692	61	-	-	-	(87)	121	(308)	542	(481)	3.540
Edifícios	4.869	80	-	(23)	(156)	(145)	-	(308)	705	(608)	4.414
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.441	788	-	-	(429)	(119)	-	262	70	(2.601)	2.412
Máquinas e equipamentos	2.281	308	-	-	(437)	(69)	-	172	151	(637)	1.769
Instalações	580	61	-	-	(67)	(11)	-	(18)	8	(270)	283
Móveis e utensílios	1.007	120	-	-	(193)	(16)	-	62	66	(340)	706
Imobilizações em andamento	275	746	-	-	-	(7)	-	(750)	17	(68)	213
Outros	74	18	-	-	(28)	-	-	7	1	(38)	34
Total	17.219	2.182	-	(23)	(1.310)	(454)	121	(881)	1.560	(5.043)	13.371
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>											
Edifícios	7.023	2.001	1.403	-	(928)	(1.005)	-	(3)	402	(2.428)	6.465
Equipamentos	45	24	(7)	-	(15)	(1)	-	-	9	(6)	49
Terrenos	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	7.071	2.025	1.396	-	(943)	(1.006)	-	(3)	411	(2.434)	6.517
Total	24.290	4.207	1.396	(23)	(2.253)	(1.460)	121	(884)	1.971	(7.477)	19.888

(*) Desse montante, os principais efeitos são R\$722 de transferências para mantido para venda e R\$198 para intangíveis e (R\$49) de propriedades para investimento.

Notas Explicativas
Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo em: 31.12.2018	Adições	Aquisição de sociedades	Remen- suração	Depreciação	Baixas	Trans- ferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Desconso- lidação Via Varejo	Saldo em: 31.12.2019
Terrenos	1.366	75	2.277	-	-	(30)	(36)	40	-	3.692
Edifícios	1.773	237	2.934	-	(67)	(29)	(29)	51	(1)	4.869
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.843	634	334	-	(332)	(382)	407	-	(63)	4.441
Máquinas e equipamentos	1.308	445	672	-	(264)	(36)	180	10	(34)	2.281
Instalações	501	86	64	-	(59)	(16)	30	(2)	(24)	580
Móveis e utensílios	595	163	300	-	(100)	(21)	80	6	(16)	1.007
Imobilizações em andamento	176	789	154	-	-	(6)	(903)	3	62	275
Outros	59	32	6	-	(24)	(2)	7	-	(4)	74
Total	9.621	2.461	6.741	-	(846)	(522)	(264)	108	(80)	17.219
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Edifícios	4.422	792	1.727	832	(525)	(152)	52	32	(157)	7.023
Equipamentos	9	15	25	-	(5)	-	-	1	-	45
Terrenos	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
	4.431	807	1.755	832	(530)	(152)	52	33	(157)	7.071
Total	14.052	3.268	8.496	832	(1.376)	(674)	(212)	141	(237)	24.290

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	3.540	-	3.540	3.692	-	3.692
Edifícios	5.219	(805)	4.414	5.712	(843)	4.869
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.778	(2.366)	2.412	7.065	(2.624)	4.441
Máquinas e equipamentos	4.438	(2.669)	1.769	4.864	(2.583)	2.281
Instalações	725	(442)	283	1.065	(485)	580
Móveis e utensílios	1.966	(1.260)	706	2.196	(1.189)	1.007
Imobilizado em andamento	213	-	213	275	-	275
Outros	181	(147)	34	256	(182)	74
	21.060	(7.689)	13.371	25.125	(7.906)	17.219
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	10.069	(3.604)	6.465	10.655	(3.632)	7.023
Equipamentos	105	(56)	49	128	(83)	45
Terrenos	7	(4)	3	6	(3)	3
	10.181	(3.664)	6.517	10.789	(3.718)	7.071
Total	31.241	(11.353)	19.888	35.914	(11.624)	24.290

15.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 22.8.

15.3 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$15 (R\$26 em 31 de dezembro de 2019). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 150,67% (136,11% em 31 de dezembro de 2019) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

15.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Adições (i)	1.387	1.081	4.207	3.268
Arrendamento	(783)	(122)	(2.025)	(806)
Juros capitalizados	(3)	(7)	(15)	(26)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(534)	(769)	(2.001)	(2.116)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	625	726	2.123	2.142
Total	692	909	2.289	2.462

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

15.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$126 na controladora (R\$116 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$232 no consolidado (R\$120 em 31 de dezembro de 2019), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

16. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa de amortização é de 10,82%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora						Saldo 31.12.2020
	Saldo 31.12.2019	Adições	Remensura- ção	Amorti- zação	Baixas	Transfe- rências	
Ágio	501	-	-	-	-	1	502
Fundo de comércio (nota nº16.2)	46	-	-	-	-	1	47
Softwares e implantação	749	98	-	(137)	(1)	179	888
	1.296	98	-	(137)	(1)	181	1.437
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Direito de uso Paes Mendonça (*)	557	-	49	(39)	-	-	567
Softwares	56	-	-	(20)	-	-	36
	613	-	49	(59)	-	-	603
Total	1.909	98	49	(196)	(1)	181	2.040

	Controladora					
	Saldo 31.12.2018	Adições	Remensura -ção	Amorti- zação	Transfe- rências	Saldo 31.12.2019
Ágio	542	-	-	-	(41)	501
Fundo de comércio (nota nº16.2)	46	-	-	-	-	46
Softwares e implantação	563	161	-	(95)	120	749
	1.151	161	-	(95)	79	1.296
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça (*)	588	-	5	(36)	-	557
Softwares	77	-	-	(21)	-	56
	665	-	5	(57)	-	613
Total	1.816	161	5	(152)	79	1.909

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	1.360	(858)	502	1.359	(858)	501
Fundo de comércio (nota nº16.2)	47	-	47	47	(1)	46
Softwares e implantação	1.664	(776)	888	1.397	(648)	749
	3.071	(1.634)	1.437	2.803	(1.507)	1.296
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça (*)	653	(86)	567	604	(47)	557
Softwares	120	(84)	36	313	(257)	56
	773	(170)	603	917	(304)	613
Total	3.844	(1.804)	2.040	3.720	(1.811)	1.909

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos.

Notas Explicativas
Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo 31.12.2019	Adições	Aquisição de socieda- des	Amor- tização	Baixas	Remensura- ção	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Trans- ferências	Descon- solidação	Saldo 31.12.2020
Ágio	1.314	-	-	-	-	-	39	15	(618)	750
Marcas	3.062	-	-	(1)	-	-	713	-	(40)	3.734
Fundo de comércio (nota nº16.2)	136	6	-	-	-	-	-	-	(95)	47
Software	888	191	-	(179)	(2)	-	19	183	(70)	1.030
	5.400	197	-	(180)	(2)	-	771	198	(823)	5.561
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Direito de uso Paes Mendonça (*)	780	-	-	(47)	-	49	-	-	(215)	567
Softwares	56	1	-	(21)	-	-	-	-	-	36
	836	1	-	(68)	-	49	-	-	(215)	603
Total	6.236	198	-	(248)	(2)	49	771	198	(1.038)	6.164

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos.

Notas Explicativas Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Saldo 31.12.2018	Adições	Aquisição de socieda- des (*)	Amor- tização	Baixas	Remensura- ção	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Trans- ferências	Descon- solidação Via Varejo	Saldo 31.12.2019
Ágio	1.148	-	165	-	-	-	3	(1)	-	1.315
Marcas	39	-	2.949	-	-	-	66	8	-	3.062
Fundo de comércio (nota nº16.2)	111	24	-	-	-	-	-	-	-	135
Software	621	274	60	(110)	(7)	-	1	124	(75)	888
	1.919	298	3.174	(110)	(7)	-	70	131	(75)	5.400
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Direito de uso Paes Mendonça (**)	819	-	-	(45)	-	6	-	-	-	780
Softwares	80	-	-	(24)	(1)	-	-	-	1	56
	899	-	-	(69)	(1)	6	-	-	1	836
Total	2.818	298	3.174	(179)	(8)	6	70	131	(74)	6.236

(*) Vide nota nº13.1

(**) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	2.478	(1.728)	750	2.425	(1.111)	1.314
Marcas	3.736	(2)	3.734	3.062	-	3.062
Fundo de comércio (nota nº16.2)	47	-	47	135	1	136
Software	2.012	(982)	1.030	1.715	(827)	888
	8.273	(2.712)	5.561	7.337	(1.937)	5.400
Arrendamento – direito de uso:						
Direito de uso Paes Mendonça (**)	653	(86)	567	836	(56)	780
Software	120	(84)	36	321	(265)	56
	773	(170)	603	1.157	(321)	836
Total intangível	9.046	(2.882)	6.164	8.494	(2.258)	6.236

16.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e varejo internacional (Grupo Êxito)

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. No varejo a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 7,9% (8,4% em 2019), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,6% (4,8% em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Veja considerações em relação aos efeitos da pandemia do COVID-19 na nota nº 1.2.

Em relação ao Grupo Êxito a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 6,5% (e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3% Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável dos intangíveis de vida útil indefinida.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.

16.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Adições	98	161	198	298
Arrendamento	-	(1)	-	(1)
Financiamento de intangíveis – Adição	-	-	(1)	(23)
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	-	-	4	46
Total	98	160	201	320

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de produtos	4.914	5.064	10.907	14.371
Fornecedores de serviços	343	411	904	977
Acordos comerciais (nota nº17.2)	(381)	(453)	(387)	(461)
	4.876	5.022	11.424	14.887

17.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

17.2 Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

18.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº18.4)	CDI + 1,27%a.a.	4.598	3.978	4.598	11.863
		4.598	3.978	4.598	11.863
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4,07% a.a	-	4	-	27
Capital de giro	CDI + 2.37%a.a	2.689	509	2.689	1.008
Capital de giro	TR + 9,8% a.a.	13	15	13	99
Contratos de swap (nota nº 18.7)	CDI – 0,02% a.a.	(2)	(2)	(2)	(12)
Custo de captação		(13)	(9)	(13)	(22)
		2.687	517	2.687	1.100
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota nº18.5)					
Capital de giro	USD + 2,27% a.a.	271	845	271	846
Capital de giro	IBR 3M+3,8%	-	-	1.534	323
Capital de giro Argentina	Pré: 29,43%	-	-	26	-
Carta de Crédito		-	-	12	12
Contratos de swap (nota nº18.7)	CDI + 2,0% a.a	12	(15)	12	(15)
Contratos de swap (nota nº18.7)	IBR 3M+3,8%	-	-	1	(19)
Contratos de NDF - Derivativos		-	-	-	(1)
Custo de captação		-	-	(1)	(1)
		283	830	1.855	1.145
Total		7.568	5.325	9.140	14.108
Ativo circulante		-	45	-	73
Ativo não circulante		11	2	11	13
Passivo circulante		1.257	2.016	2.309	3.488
Passivo não circulante		6.322	3.356	6.842	10.706

18.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	5.325	14.108
Captações	4.410	7.262
Provisão de juros	271	755
Contratos de derivativos	(281)	(343)
Marcação a mercado	1	14
Ajuste a valor presente	44	115
Variação cambial e monetária	274	331
Custo de captação	11	53
Amortizações de juros	(225)	(774)
Amortizações de principal	(2.582)	(5.125)
Amortizações de derivativos	320	333
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	173
Desconsolidação Sendas	-	(7.762)
Em 31 de dezembro de 2020	7.568	9.140

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	4.561	5.286
Captações	2.259	13.604
Provisão de juros	312	678
Contratos de derivativos	9	(11)
Marcação a mercado	(1)	(47)
Variação cambial e monetária	8	(13)
Custo de captação	9	31
Amortizações de juros	(274)	(504)
Amortizações de principal	(1.352)	(9.551)
Amortizações de derivativos	11	103
Aquisição de sociedades	-	4.527
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	80
Desconsolidação Via Varejo	(217)	(75)
Em 31 de dezembro de 2019	5.325	14.108

18.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
De 1 a 2 anos	4.468	4.756
De 2 a 3 anos	1.350	1.426
De 3 a 4 anos	169	237
De 4 a 5 anos	169	230
Após 5 anos	167	195
Subtotal	6.323	6.844
Custo de captação	(12)	(13)
Total	6.311	6.831

Notas Explicativas Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
14ª emissão de Debêntures - CBD e Certificado de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.080	1.080.000	17/04/17	13/04/20	-	-	-	1.091	-	1.091
15ª emissão de Debêntures - CBD	Sem preferência	800	800.000	17/01/18	15/01/21	150,00% do CDI	564	451	821	451	821
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 1ª Série	Sem preferência	700	700.000	11/09/18	10/09/21	162,71% do CDI	1.015	711	712	711	712
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 2ª Série	Sem preferência	500	500.000	11/09/18	12/09/22	163,56% do CDI	1.042	521	508	521	508
17ª Emissão de Debêntures - CBD	Sem preferência	2.000	2.000.000	06/01/20	06/01/23	CDI + 1,45% a.a.	1.017	2.033	-	2.033	-
4ª Emissão de Notas Promissórias - CBD	Sem preferência	800	800	10/01/19	09/01/22	163,13% do CDI	1.113.594	891	849	891	849
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 1ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	03/07/20	CDI + 0,72% a.a.	-	-	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	05/07/21	CDI + 0,72% a.a.	-	-	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	04/07/22	CDI + 0,72% a.a.	-	-	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/19	04/07/23	CDI + 0,72% a.a.	-	-	-	-	258
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/19	04/07/24	CDI + 0,72% a.a.	-	-	-	-	206
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/19	04/07/25	CDI + 0,72% a.a.	-	-	-	-	206
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 1ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/20	-	-	-	-	-	1.001
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 2ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/21	CDI + 1,74% a.a.	-	-	-	-	2.044
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 3ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/22	CDI + 1,95% a.a.	-	-	-	-	2.046
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 4ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/23	CDI + 2,20% a.a.	-	-	-	-	2.047
Custo de captação								(9)	(3)	(9)	(82)
								4.598	3.978	4.598	11.863
Passivo circulante								1.220	1.130	1.220	2.287
Passivo não circulante								3.378	2.848	3.378	9.576

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização da 15ª e 16ª emissão de debêntures ocorre com um pagamento exclusivo no vencimento com a remuneração semestral, para a 17ª emissão o pagamento ocorrerá em duas parcelas nos anos de 2022 e 2023

Em 17 de janeiro de 2018, a CBD realizou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Os recursos capitados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante de R\$800 captado tem vencimento em 15 de janeiro de 2021, com juros de 104,75% do CDI pagos semestralmente.

Em 11 de setembro de 2018, a CBD realizou a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries. Os recursos capitados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante total captado foi de R\$1.200, sendo 10 de setembro de 2021 o vencimento da 1ª série e 12 de setembro de 2022 o da 2ª série, com juros de 106,00% do CDI para primeira série e de 107,40% para segunda série com pagamento semestral.

No primeiro trimestre de 2020 ocorreu a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única com valor nominal de R\$1.000 reais cada, com prazo de vencimento de 3 anos, no valor total de R\$2.000. Tais recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento.

18.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2020, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

18.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

18.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2020 foi de 2,76% (5,96% em 31 de dezembro de 2019).

18.8 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2020, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – ativo	369	248	154	104
Contas a receber e outras contas a receber	910	531	1.614	924
Outros ativos	-	-	48	51
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.095	2.863	8.711	7.954
Instrumentos Financeiros – <i>Hedge</i> de valor justo	11	47	11	86
Instrumentos Financeiros sobre arrendamento– <i>Hedge</i> de valor justo	-	-	1	-
Outros ativos	-	-	2	2
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	113	50	113	377
Outros ativos	-	-	28	19
Passivos financeiros:				
<u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo	(212)	(234)	(194)	(215)
Fornecedores	(4.876)	(5.022)	(11.424)	(14.887)
Financiamento por compra de ativo	(55)	(127)	(100)	(231)
Debêntures e notas promissória	(4.598)	(3.978)	(4.598)	(11.863)
Empréstimos e financiamentos	(2.676)	(503)	(4.247)	(1.348)
Arrendamento Financeiro	(5.958)	(4.921)	(8.372)	(8.667)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de <i>Hedge accounting</i>)	(284)	(861)	(284)	(944)
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo - Ponta Passiva	(21)	(30)	(22)	(39)
Instrumentos Financeiros sobre arrendamento- <i>Hedge</i> de valor justo- Ponta Passiva	-	-	(2)	-
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - <i>Hedge</i> de valor justo - Ponta Passiva	-	-	(25)	(8)
Opção de venda Grupo Disco (*)	-	-	(636)	(466)

(*) Vide nota nº 19.3.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota nº19.3.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

O Grupo Êxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	4.905	2.863	8.711	7.954
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	(10)	17	(37)	39
Empréstimos e financiamentos	(7.558)	(5.342)	(9.129)	(14.155)
Outros passivos de partes relacionadas (*)	(120)	(124)	(120)	(124)
Dívida líquida	<u>(2.783)</u>	<u>(2.586)</u>	<u>(575)</u>	<u>(6.286)</u>
Patrimônio líquido	<u>(13.695)</u>	<u>(10.940)</u>	<u>(16.807)</u>	<u>(13.548)</u>
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	20%	24%	3%	46%

(*) Representa o saldo a pagar a Greenyellow, referente à compra de equipamentos.

a. Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	119	3.036	181	3.336
Debêntures e nota promissória	1.259	3.551	-	4.810
Instrumentos financeiros derivativos	5	43	-	48
Passivo de arrendamento	1.130	3.732	7.000	11.862
Fornecedores	4.876	-	-	4.876
Total	7.389	10.362	7.181	24.932

b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.174	3.761	181	5.116
Debêntures e nota promissória	1.259	3.551	-	4.810
Instrumentos financeiros derivativos	(22)	43	-	21
Passivo de arrendamento	1.606	5.226	8.172	15.004
Fornecedores	11.424	-	-	11.424
Total	15.441	12.581	8.353	36.375

b. Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de referência dos contratos era R\$301 (R\$955 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* ou *forwards* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Swap com contabilização de hedge					
Objeto de hedge (dívida)		301	955	284	944
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	TR + 9,80% a.a.	21	127	13	99
US\$ + fixa	USD + 2,27 % a.a.	280	828	271	846
		301	955	284	945
Posição passiva (vendida)					
	CDI + 1,92% a.a.	(301)	(955)	(294)	(917)
Posição de hedge - ativo		-	-	11	57
Posição de hedge - passivo		-	-	(21)	(29)
Posição de hedge líquida		-	-	(10)	28

realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$10 (a receber de R\$28 em 31 de dezembro de 2019), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020 resultaram em um ganho de R\$282 (ganho de R\$24 em 31 de dezembro de 2019).

(v) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$5,28 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 2,85% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

(i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2020	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,02% a.a.	(11)	(1)	(1)	(1)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	CDI + 2,00% a.a.	(283)	(11)	(13)	(16)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,27% a.a.	(4.607)	(133)	(166)	(199)
Empréstimos bancários - CBD	CDI + 2,37% a.a.	(2.689)	(82)	(103)	(123)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(7.590)	(227)	(283)	(339)
Equivalentes de caixa (*)	96,93% do CDI	4.784	106	133	159
Exposição líquida:		(2.806)	(121)	(150)	(180)

(*) média ponderada

O teste de sensibilidade do Grupo Éxito considera o ambiente econômico em que a empresa opera. No cenário I são utilizadas as últimas taxas conhecidas, no cenário II é considerado um acréscimo de 10% e no cenário III um decréscimo de 10%.

Cenário I: Índice Bancário de Referência na Colômbia (IBR) disponível na data de fechamento de 1,693%.

Cenário II: acréscimo de 1,693% no IBR e para Libor a 90 dias um acréscimo de 0,01583%

Cenário III: decréscimo de 1,693% no IBR e para Libor a 90 dias um decréscimo de 0,01583%

Transações	Saldo em 31.12.2020	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos bancários e swap	1.599	(13)	(44)	18

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Nível
	31.12.2020	31.12.2020	
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	113	113	2
Swaps de taxa de juros entre moedas	(12)	(12)	2
Swaps de taxa de juros	(23)	(23)	2
Forward entre Moedas	(2)	(2)	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(284)	(284)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(8.845)	(8.241)	2
Opção de venda Grupo Disco (*)	(636)	(636)	3
Total	(9.689)	(9.085)	

(*) os acionistas minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A., subsidiária do Grupo Éxito, têm uma opção de venda exercível baseada em uma fórmula que utiliza informações como lucro líquido, EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e dívida líquida, além dos valores fixos determinados em contrato e a variação cambial aplicável para conversão à moeda funcional. Essa opção de venda foi apresentada em “Aquisição de participação minoritária” no passivo circulante.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

19.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas subsidiárias mantem contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bank of Nova Scotia, Banco de Bogotá, BBVA, Davivenda, Bancolombia, Santander, Banco Popular, Banco de Occidente e Corficolombiana.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2020	31.12.2019
<u>Dívida</u>				
USD - BRL	US\$ 160	2020	-	16
USD - BRL	US\$ 50	2023	(12)	-
Taxa de juros - BRL	R\$ 21	2026	2	2
Taxa de juros - BRL	R\$ 106	2027	-	10
Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil			(10)	28
<u>Dívida</u>				
USD - COP		2020	-	20
USD - COP	US\$ 2	2022	1	1
Taxa de juros - COP	COP 383.235	2021	(2)	(1)
Taxa de juros - COP	COP 132.917	2022	(1)	-
			(2)	20
<u>Fornecedores</u>				
EUR - COP	EUR 5	2021	(2)	-
USD - COP	USD 55	2021	(23)	-
			(25)	-
Derivativos - Grupo Éxito			(27)	20

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

20.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	237	354	244	355
Impostos parcelados – PERT (i)	151	162	151	162
ICMS	94	50	99	96
PIS e COFINS	5	4	9	7
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	-	13	-
Imposto de renda retido na fonte sobre terceiros	2	1	2	1
INSS	5	1	5	6
Outros	25	7	25	60
Impostos – Grupo Êxito	-	-	285	220
	529	579	833	907
Circulante	288	203	585	531
Não circulante	241	376	248	376

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota nº22.2). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

(ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	87
De 2 a 3 anos	73
De 3 a 4 anos	25
De 4 a 5 anos	12
Após 5 anos	51
	248

21. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

21.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
			Reapresentado	
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL (operações continuadas)	2.752	345	1.901	(368)
Despesa de IR e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(688)	(86)	(542)	105
Multas fiscais indedutíveis	(11)	(16)	(11)	(16)
Equivalência patrimonial	287	241	19	(2)
Juros sobre capital próprio (*)	(78)	(4)	(78)	(4)
Benefícios fiscais	12	6	12	6
Cisão Sendas	(74)	-	(74)	-
Outras diferenças permanentes	6	(8)	12	6
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(546)	133	(662)	95
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	(53)	165	(371)	249
Diferidos	(493)	(32)	(291)	(154)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(546)	133	(662)	95
Taxa efetiva	19,84%	-38,55%	34,82%	25,82%

(*) Efeito de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio.

A despesa de imposto de renda apurada na venda da Via Varejo em 2019 totalizou R\$199 (vide nota nº12.3) na controladora, apresentada no resultado das operações descontinuadas.

A taxa nominal é 34% para as subsidiárias sediadas no Brasil, 32% (33% -2019) para as sediadas na Colômbia, 25% para as sediadas no Uruguai e 30% para as sediadas na Argentina. A Companhia não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota é 25%.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	98	-	98	140	-	140
Provisão para demandas judiciais	313	-	313	212	-	212
Amortização fiscal de ágio	-	(266)	(266)	-	(123)	(123)
Ajuste a marcação a mercado	-	(6)	(6)	-	(4)	(4)
Inovação tecnológica realização futura	-	(5)	(5)	-	(7)	(7)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(188)	(188)	-	(142)	(142)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(508)	(508)	-	(101)	(101)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	335	-	335	252	-	252
Outras	14	-	14	58	-	58
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	760	(973)	(213)	662	(377)	285
Compensação	(760)	760	-	(377)	377	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	-	(213)	(213)	285	-	285

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	514	-	514	453	-	453
Provisão para demandas judiciais	376	-	376	321	-	321
Amortização fiscal de ágio	-	(496)	(496)	-	(604)	(604)
Ajuste a marcação a mercado	-	(6)	(6)	-	(7)	(7)
Inovação tecnológica realização futura	-	(5)	(5)	-	(7)	(7)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(1.681)	(1.681)	-	(1.359)	(1.359)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(402)	(402)	82	(322)	(240)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	389	-	389	356	-	356
Hedge de fluxo de caixa	11	-	11	-	(80)	(80)
Outras	29	-	29	117	-	117
Imposto presumido sobre o patrimônio - Êxito	237	-	237	192	-	192
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	1.556	(2.590)	(1.034)	1.521	(2.379)	(858)
Compensação	(1.556)	1.556	-	(1.184)	1.184	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	-	(1.034)	(1.034)	337	(1.195)	(858)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	164	143
De 1 a 2 anos	52	238
De 2 a 3 anos	52	211
De 3 a 4 anos	52	218
De 4 a 5 anos	52	225
Acima de 5 anos	388	521
	760	1.556

21.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
No início do exercício	285	266	(858)	(225)
Crédito (despesa) no exercício –				
Operações continuadas	(493)	(32)	(291)	(154)
Crédito (despesa) no exercício –				
Operações descontinuadas	44	-	214	(122)
IR sobre Operações descontinuadas	-	55	-	314
IR sobre outros resultados abrangentes -				
Operações continuadas	-	-	-	1
IR sobre outros resultados abrangentes -				
Operações descontinuadas	-	-	-	(20)
Aquisição de sociedades	-	-	-	(747)
Ajuste de conversão para moeda de				
apresentação	-	-	(188)	(18)
Ativos mantidos à venda e operações				
descontinuadas (vide nota nº33)	-	-	-	122
Desconsolidação Sendas	-	-	91	-
Cisão Sendas	(45)	-	-	-
Outros	(4)	(4)	(2)	(7)
No final do exercício	(213)	285	(1.034)	(856)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

22.1 Controladora

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	617	236	87	940
Adições	304	124	86	514
Pagamentos	(9)	(70)	(38)	(117)
Reversões	(59)	(39)	(49)	(147)
Atualização monetária	(4)	29	18	43
Saldo em 31 de dezembro de 2020	849	280	104	1.233

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	679	231	77	987
Adições	129	130	62	321
Pagamentos	(28)	(55)	(26)	(109)
Reversões	(152)	(98)	(42)	(292)
Atualização monetária	(11)	28	16	33
Saldo em 31 de dezembro de 2019	617	236	87	940

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	841	319	145	1.305
Adições	331	166	166	663
Pagamentos	(13)	(75)	(73)	(161)
Reversões	(67)	(83)	(70)	(220)
Atualização monetária	(3)	38	21	56
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	17	2	5	24
Desconsolidação Sendas (*)	(169)	(64)	(49)	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	937	303	145	1.385

* Com a Cisão da Sendas os saldos de provisões das demandas judiciais que totalizavam o montante de R\$292 foram desconsolidados, sendo R\$179 de contingências tributárias, R\$64 de contingências trabalhistas e R\$49 de contingências cíveis e outras.

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	828	291	116	1.235
Adições	149	449	162	760
Pagamentos	(41)	(328)	(84)	(453)
Reversões	(274)	(200)	(92)	(566)
Atualização monetária	(10)	66	23	79
Aquisição de Sociedade	76	13	14	103
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	2	-	-	2
Desconsolidação Via Varejo	111	28	6	145
Saldo em 31 de dezembro de 2019	841	319	145	1.305

22.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

PIS, COFINS e outros

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) crédito indevido (iv) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal; (v) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 para esses assuntos é R\$470 (R\$345 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal ("STF"), em 16 de outubro de 2014, foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$27 em 31 de dezembro de 2020 (R\$50 em 31 de dezembro de 2019), por considerar esta demanda como perda "provável". Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda. Em 9 de maio de 2019, o STF confirmou o entendimento proferido anteriormente e não acatou o pedido de modulação dos efeitos da decisão. No entanto, tal decisão não trouxe grandes impactos nas informações financeiras da Companhia, uma vez que o valor já era provisionado em sua totalidade.

Adicionalmente, existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2020, a Companhia mantém provisão de R\$292 (R\$268 em 31 de dezembro de 2019), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

Lei complementar nº110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$60 (R\$96 em 31 de dezembro de 2019).

Indenizatório com Sendas

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido provisionado de processos tributários é R\$115 (R\$104 em 31 de dezembro de 2019).

Grupo Êxito

A subsidiária Êxito e suas controladas discutem temas tributários relacionados ao imposto de valor agregado, imposto de propriedade e impostos de indústria e comércio no montante de R\$88 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2019).

22.4 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$303 (R\$319 em 31 de dezembro de 2019). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

22.5 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o montante da provisão para essas ações é de R\$34 (R\$68 em 31 de dezembro de 2019), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2020, o montante da provisão para essas ações é de R\$40 (R\$24 em 31 de dezembro de 2019).
- A subsidiária Êxito e suas controladas respondem a algumas ações judiciais relacionadas a casos de responsabilidade civil, processos por condições locatícias e demais temas no montante de R\$35 em 31 de dezembro de 2020 (R\$17 em 31 de dezembro de 2019).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2020 é de R\$36 (R\$36 em 31 de dezembro de 2019).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2020 é de R\$145 (R\$145 em 31 de dezembro de 2019).

22.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$10.081 em 31 de dezembro de 2020 (R\$10.829 em 31 de dezembro de 2019), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$473 em 31 de dezembro de 2020 (R\$453 em 31 de dezembro de 2019). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. Em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$575 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.055 em 31 de dezembro de 2019).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.940 de 31 de dezembro de 2020 (R\$2.022 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes de vendas financiadas e (v) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$5.572 em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.773 em 31 de dezembro de 2019), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta R\$143 de 31 de dezembro de 2020 (R\$123 em 31 de dezembro de 2019) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$374 de 31 de dezembro de 2020 (R\$403 em 31 de dezembro de 2019).
- A subsidiária Êxito e suas controladas possuem um montante de R\$4 de processos com probabilidade de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2020 (R\$72 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.432 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.409 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia (Via Varejo). Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido de processos tributários é R\$456 (R\$484 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido de R\$1.420, sendo tributário R\$1.378 e Cível e outros R\$42 (R\$ 1.382 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2020 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$174 (R\$205 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Tributárias	121	172	123	242
Trabalhistas	397	424	407	474
Cíveis e outras	27	43	33	79
Total	545	639	563	795

22.8 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Tributárias	733	843	10.022	9.162	10.755	10.005
Trabalhistas	-	-	613	539	613	539
Cíveis e outras	9	11	558	469	567	480
Total	742	854	11.193	10.170	11.935	11.024

O custo das garantias é aproximadamente 0,49% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai onde há cartas de fianças e seguros emitidos no montante de R\$ 201 em 31 de dezembro de 2020.

22.9 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da Cofins, em linha com a tese pleiteada pela Companhia.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração, todavia sem que houvesse a decisão final sobre o recurso interposto pela procuradoria. A Companhia e seus assessores estimam que a decisão sobre este recurso não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados desde o ingresso da ação em 2003. As subsidiárias que tiveram o processo transitado em julgado registraram no ano de 2019 o montante de R\$382, sendo R\$198 no resultado financeiro.

Em 29 de outubro de 2020, A Companhia obteve em julgado favorável na sua ação individual, resultando o registro de crédito tributário no montante de R\$1.609 (sendo R\$613 no resultado financeiro), líquido das provisões para parcelas que, eventualmente, consideradas não realizáveis. A Companhia efetuou os cálculos com base no entendimento de seus assessores legais. A compensação desse crédito tributário está sujeita a determinados processos administrativos junto ao Fisco Brasileiro e a Companhia estima realiza-lo em 5 (cinco) anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Da mesma forma, a Via Varejo obteve decisão favorável em maio de 2020, que inclui valor pelo qual o GPA tem direito a ser reembolsado, nos termos do acordo de associação firmado entre o GPA e a família Klein na transação que deu origem à Via Varejo. Os períodos que o GPA tem direito ao reembolso referem-se à subsidiária Globex (que foi incorporada na formação da Via Varejo) para os anos de 2003 a 2010. A CBD já reconheceu no exercício de 2020, com base na documentação analisada e validada até o momento, R\$ 231 de um crédito com a Via Varejo. O ganho relacionado é reconhecido no resultado líquido das operações descontinuadas. Além disso, a Companhia estima ter direito a um valor em aberto de R\$ 277, que está sujeito a certos ajustes e confirmação pela Via Varejo.

22.10 Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península ("Península" e o "Procedimento").

O Procedimento visa discutir o cálculo do valor locatício, assim como outras questões operacionais relacionadas às lojas de propriedade da Península, objeto de contratos de locação e acordos celebrados em 2005 (os "Contratos"). Os Contratos asseguram à CBD o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos, a critério exclusivo da CBD, e regulam os valores de locação.

O Procedimento trata também de questões derivadas da aplicação dos Contratos, e não afeta a continuidade das locações, contratualmente asseguradas. Os valores sobre os quais a Companhia está exposta não podem ser determinados com razoável segurança com base no estágio atual do processo arbitral. A Administração da Companhia determinou que as possibilidades de perda são possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos externos.

23. Operações de arrendamento mercantil

23.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 15 e 16), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$8.374 em 31 de dezembro de 2020 (R\$8.667 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	570	533	947	937
De 1 a 5 anos	1.921	1.663	3.053	2.936
Mais de 5 anos	3.467	2.725	4.374	4.794
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	5.958	4.921	8.374	8.667
Encargos futuros de financiamento	5.904	5.466	6.630	8.007
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	11.862	10.387	15.004	16.674
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	362	299	662	413
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	721	632	1.171	856

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 29. A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 9,41% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (10,73% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 5,63%. O prazo médio dos contratos considerados é de 14,4 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 6,11% com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,0 anos.

23.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	4.921	8.667
Captação	783	2.025
Remensuração	824	1.445
Provisão de juros	544	958
Amortizações	(923)	(1.680)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(185)	(698)
Transferência para subsidiária	(10)	-
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	433
Incorporação parcial - Sendas	4	-
Desconsolidação - Sendas	-	(2.776)
Em 31 de dezembro de 2020	5.958	8.374
Passivo circulante	570	947
Passivo não circulante	5.388	7.427

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	4.670	5.787
Captação	123	807
Remensuração	533	838
Provisão de juros	530	862
Amortizações	(843)	(1.498)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(92)	(116)
Aquisição de Sociedade	-	1.817
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	33
Desconsolidação Via Varejo	-	137
Em 31 de dezembro de 2019	4.921	8.667
Passivo circulante	533	937
Passivo não circulante	4.388	7.730

23.3 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Despesas (receitas) do período:				Reapresentado
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	38	10	40	19
Subarrendamentos (*)	(196)	(210)	(196)	(210)

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos fornecedores, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Compromisso de venda futura de imóveis	8	10	8	10
Garantias complementares ou estendidas	12	16	12	16
Contrato de prestação de serviço – <i>Allpark</i>	8	9	8	9
Receita com operadoras de cartão de crédito e bancos	-	42	80	84
<i>Back lights</i>	-	-	-	142
Cartão Presente	7	6	131	99
Outros	-	1	77	31
	35	84	316	391
Circulante	16	60	297	365
Não circulante	19	24	19	26

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 02 de março de 2020 foi concluído o processo de conversão das ações preferencias em ações ordinárias e o GPA passou a negociar no Novo Mercado. O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é representado por 268.352 (267.997 em 31 de dezembro de 2019) de milhares de ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência do processo de cisão da Sendas houve a redução de capital no valor de R\$ 1.432. Em 31 de dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 5.434 (R\$ 6.857 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de fevereiro de 2020, 24 de março de 2020, 13 de maio de 2020, 29 de julho de 2020 e 28 de outubro de 2020 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$9 (R\$32 em 31 de dezembro de 2019) mediante a emissão de 354 mil de ações ordinárias (1.152 mil ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019).

Direitos das ações

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação ao direito a dividendos, o Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.

b. Reservas de lucros

(i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

c. Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B5 e B6 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C5 e C6 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31.12.2020				
				Quantidade de opções (em milhares)				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B4	31/05/2017	31/05/2020	0,01	537	(450)	(55)	(32)	-
Série C4	31/05/2017	31/05/2020	56,78	537	(382)	(60)	(95)	-
Série B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	594	(152)	(49)	-	393
Série C5	31/05/2018	31/05/2021	62,61	594	(142)	(58)	-	394
Série B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	434	(13)	(29)	-	392
Série C6	31/05/2019	31/05/2022	70,62	331	(5)	(37)	-	289
				3.027	(1.144)	(288)	(127)	1.468

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, havia 239 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$75,05 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2020 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2020	31.12.2019
Quantidade de ações total	268.352	267.997
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.468	2.153
Percentual máximo de diluição	0,55%	0,80%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 36,52% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2020 é de 0,88 (1,50 anos em 31 de dezembro de 2019). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$58,78 (R\$56,41 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	
Em 31 de dezembro de 2019			
Outorgadas durante o exercício	765	30,55	
Canceladas durante o exercício	(126)	31,75	
Exercidas durante o exercício	(1.080)	21,55	
Expiradas durante o exercício	(161)	16,74	
Em aberto no fim do exercício	2.153	30,25	1,50
Total a exercer em 31 de dezembro de 2019	2.153	30,25	1,50
Em 31 de dezembro de 2020			
Outorgadas durante o exercício	-		
Canceladas durante o exercício	(69)	42,59	
Exercidas durante o exercício	(489)	23,93	
Expiradas durante o exercício	(127)	42,44	
Em aberto no fim do exercício	1.468	30,71	0,88
Total a exercer em 31 de dezembro de 2020	1.468	30,71	0,88

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$23 (R\$27 em 31 de dezembro de 2019).

25.1 Outros resultados abrangentes

Variação cambial de investimento no exterior

Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de (i) euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V gerando uma perda de R\$162 e de (ii) pesos colombianos para Reais, correspondendo ao investimento na subsidiária Éxito gerando um ganho de R\$1.732. O efeito na controladora foi de R\$1.570 (R\$151 em 31 de dezembro de 2019).

25.2 Reserva de subvenção

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017.

Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2019.

Em dezembro de 2020 a Companhia destinou mais R\$9 para reserva de incentivos fiscais a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.3 Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos no montante de R\$515 (R\$1,9217 - um real e noventa e dois centavos por ação), conforme demonstrado abaixo, considerando que não houve antecipações de juros sobre capital próprio no exercício de 2020.

	Dividendos propostos	
	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	2.179	790
Reserva legal	(109)	(39)
Reserva de incentivos fiscais	(9)	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>2.061</u>	<u>751</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	515	188
Dividendos adicionais	-	-
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	-	(32)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>515</u>	<u>156</u>

25.4 Dividendos distribuídos aos não controladores.

A Companhia através da sua subsidiária Éxito, possui investimentos com participação de não controladores em alguns empreendimentos imobiliários e no Grupo Disco del Uruguay S.A., conforme detalhado na nota 12. Em 31 de dezembro de 2020 foi declarado dividendos no valor de R\$143 aos não controladores.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receita de venda de bens e/ou serviços

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
	Reapresentado			
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	29.534	27.795	54.466	30.826
Prestação de serviços e outros	445	415	1.608	555
Devoluções e cancelamento de vendas	(214)	(204)	(342)	(216)
	29.765	28.006	55.732	31.165
Impostos sobre vendas	(1.769)	(2.199)	(4.479)	(2.327)
Receita líquida	27.996	25.807	51.253	28.838

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
				Reapresentado
Custo com estoques	(18.716)	(17.828)	(35.357)	(19.893)
Despesas com pessoal	(3.243)	(3.363)	(5.500)	(3.607)
Serviços de terceiros	(443)	(413)	(838)	(438)
Despesas funcionais	(1.180)	(1.230)	(2.214)	(1.361)
Despesas comerciais	(958)	(976)	(1.690)	(1.074)
Outras despesas	(611)	(485)	(1.248)	(550)
	(25.151)	(24.295)	(46.847)	(26.923)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(19.978)	(19.062)	(37.504)	(21.225)
Despesas com vendas	(4.495)	(4.492)	(7.755)	(5.166)
Despesas gerais e administrativas	(678)	(741)	(1.588)	(532)
	(25.151)	(24.295)	(46.847)	(26.923)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
			Reapresentado	
Parcelamento de impostos e contingências tributárias	(322)	(123)	(374)	(158)
Gastos com integração e reestruturação (*)	(362)	(167)	(454)	(267)
Resultado com ativo imobilizado (**)	427	60	378	39
Reorganização societária (****)	513	-	513	-
Gastos com prevenção – Covid-19(***)	(82)	-	(134)	-
Total	174	(230)	(71)	(386)

(*) valores relacionados a gastos de reestruturação das atividades, ou do portfólio de lojas e Centros de Distribuição, nas operações brasileiras e gastos no processo de aquisição do Grupo Éxito.

(**) O resultado de imobilizado foi impactado principalmente pelas operações de Sale and Leaseback no montante de R\$187 (vide nota nº1.3), alienação de 3 lojas na cidade de Curitiba no montante de R\$68 e a alienação de 2 imóveis non core na cidade de São Paulo no montante de R\$190 (vide nota nº32), R\$45 em 2019.

(***) As despesas incorridas como consequência da pandemia referem-se a compra de itens de proteção individual e de adequação das lojas, despesas com hora extra, gastos com comunicação interna e externa, gastos incrementais com transporte e com serviço de limpeza e higienização.

(****) Impactos relacionados ao projeto da cisão de Sendas totalizaram uma receita de R\$513 composta pela (i) reavaliação da participação remanescente da FIC pelo IFRS10 (50% pela participação detida pelo GPA foi transferida para o Assaí a preço justo) no valor de R\$573 (vide nota nº1.1) e (ii) custos relacionados a cisão (despesas de R\$60).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
			Reapresentado	
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(317)	(323)	(387)	(337)
Custo com antecipação de recebíveis	(57)	(100)	(58)	(101)
Atualizações monetárias passivas	(112)	(88)	(265)	(151)
Juros sobre passivo de arrendamento	(543)	(509)	(729)	(528)
Outras despesas financeiras	(87)	(78)	(198)	(107)
Total de despesas financeiras	(1.116)	(1.098)	(1.637)	(1.224)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	59	66	152	111
Atualizações monetárias ativas (*)	672	70	749	234
Outras receitas financeiras	4	7	8	8
Total de receitas financeiras	735	143	909	353
Total	(381)	(955)	(728)	(871)

(*) Em 29 de outubro de 2020, a Companhia teve o processo transitado em julgado a favor da Companhia, concedendo crédito tributário no montante de R\$ 1.609, líquido das provisões para parcelas consideradas não realizáveis sendo R\$613 no resultado financeiro.

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota nº19.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Conforme mencionado na nota 1.2, o processo de migração para o novo mercado foi concluído e por isso a Companhia passou a apresentar o lucro por ação considerando uma única classe de ações a partir de 2019.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2020	31.12.2019
	Ordinárias	Ordinárias
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. Continuadas	1.092	(287)
Lucro básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	1.087	1.077
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	2.179	790
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	268	267
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	4,07575	(1,07463)
Lucro básico por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	4,05709	4,03267
Lucro básico por milhões de ações (R\$) - total	8,13283	2,95804
Numerador diluído		
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. continuadas	1.092	(287)
Lucro diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	1.087	1.077
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	2.179	790
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	268	267
Opções de compra de ações	1	1
Média ponderada diluída das ações (milhões)	269	268
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	4,06984	(1,07337)
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	4,05120	4,02728
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) - total	8,12104	2,95391

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”/ “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls”.
- Grupo Éxito – inclui a companhia Éxito (Colômbia) e suas controladas Libertad (Argentina) e Disco (Uruguai). O Éxito também opera as marcas Surtimax, Super Inter, e Carulla, consequência da aquisição do Éxito em Novembro de 2019 (nota nº13).

Os segmentos eletroeletrônico e comércio eletrônico foram vendidos e estão apresentados como Operações Descontinuadas em 31 de dezembro de 2019. O segmento de atacado de autosserviços, Assaí, foi cindido aos acionistas da Companhia e é apresentado como operação descontinuada em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os outros negócios são compostos pelo resultado de James, Cheftime, Stix e Cnova N.V.. Esses segmentos são mantidos nesta nota explicativa para fins de reconciliação com as demonstrações financeiras consolidadas.

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.

As despesas relacionadas a aquisição do Éxito e o imposto sobre lucro auferido no exterior pago no Brasil são considerados no Grupo Éxito.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 16 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas no quadro a seguir:

Notas Explicativas Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Varejo		Grupo Êxito		Outros negócios		Operações descontinuadas		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
				Reapresentado				Reapresentado		Reapresentado
Receita líquida de vendas	29.170	26.654	22.034	2.151	49	33	-	-	51.253	28.838
Lucro bruto	8.219	7.005	5.508	609	22	(1)	-	-	13.749	7.613
Depreciação e amortização	(1.069)	(967)	(729)	(60)	(6)	(1)	-	-	(1.804)	(1.028)
Equivalência patrimonial	118	107	27	(6)	(47)	(99)	-	-	98	2
Lucro operacional	2.134	574	679	84	(184)	(155)	-	-	2.629	503
Resultado financeiro líquido	(386)	(815)	(340)	(57)	(2)	1	-	-	(728)	(871)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	1.748	(241)	339	27	(186)	(154)	-	-	1.901	(368)
IR e CSLL	(559)	121	(110)	(28)	7	2	-	-	(662)	95
Lucro (prejuízo) de op. continuadas	1.189	(120)	229	(1)	(179)	(152)	-	-	1.239	(273)
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	85	312	(1)	-	-	-	1.003	797	1.087	1.109
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.274	192	228	(1)	(179)	(152)	1.003	797	2.326	836
Ativo circulante	9.531	8.002	8.015	6.664	95	10	-	5.292	17.641	19.968
Ativo não circulante	16.672	15.568	18.930	15.438	52	26	-	7.475	35.654	38.507
Passivo circulante	8.573	11.557	9.729	7.252	181	9	-	4.317	18.483	23.135
Passivo não circulante	14.390	9.810	3.620	9.686	(5)	1	-	2.295	18.005	21.792
Patrimônio líquido	3.240	2.203	13.596	5.164	(29)	26	-	6.155	16.807	13.548

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita líquida total por região geográfica é apresentada a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Brasil		
Varejo	29.170	26.654
Outros	49	33
	29.219	26.687
Grupo Êxito		
Colômbia	17.062	1.694
Uruguai	3.746	350
Argentina	1.226	107
	22.034	2.151
Total de vendas líquidas	51.253	28.838

32. Transações não caixa

Durante 2020 e 2019 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota nº15.3;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota nº16.3;

33. Ativos não circulantes mantidos à venda.

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Controladora	31.12.2020	31.12.2019
	-	-
Imóveis/terrenos da controladora disponíveis para venda	78	171
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	78	171
Consolidado	31.12.2020	31.12.2019
	78	171
Imóveis/terrenos da controladora disponíveis para venda	31	52
Empreendimentos imobiliários Êxito	109	223
Total		

34. Operações descontinuadas

a) Via Varejo

Conforme divulgado nas notas nº 2 e 12.4, em 14 de junho de 2019, foi concluído o processo de venda da Via Varejo S.A. ("VV"), data em que o controle da subsidiária passou a ser exercido pelos seus novos controladores.

Seguem abaixo o balanço patrimonial e demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa resumidos da Via Varejo antes das eliminações, incluindo efeitos da alocação do preço de compra nas aquisições de Globex e Casa Bahia:

Balanço Patrimonial (*):

	31.05.2019
Ativo	
Circulante	
Total do ativo circulante	9.871
Não Circulante	
Total do ativo não circulante	16.266
Total do ativo	26.137
Passivo	
Circulante	
Total do passivo circulante	13.484
Não circulante	
Total do passivo não circulante	7.375
Patrimônio Líquido	5.278
Total do passivo e patrimônio líquido	26.137

(*) Antes das eliminações de saldos de partes relacionadas com GPA

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de Caixa:	31.05.2019
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(2.640)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(651)
Variação de caixa no período	(3.525)

Demonstração do resultado:

A composição do lucro das operações descontinuadas apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado da Companhia é a seguinte:

	31.05.2019
Receita Operacional Líquida	10.527
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	169
Imposto de renda e contribuição social	(119)
Lucro do período	50

b) Sendas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia perdeu o controle da subsidiária Sendas, em decorrência da cisão, o resultado líquido da Sendas está apresentado como operação descontinuada. Segue abaixo a demonstração de fluxo de caixa resumido e a demonstração de resultado:

Fluxos de Caixa:	31.12.2020
Caixa aplicado nas atividades operacionais	4.191
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(695)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.827)
Variação de caixa no período	1.669

	31.12.2020	31.12.2019
Receita Operacional Líquida	35.950	27.806
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.315	1.128
Imposto de renda e contribuição social	(312)	(367)
Lucro do período	1.003	761

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição das operações descontinuadas

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido – Via Varejo		50
Lucro Líquido - Sendas	1.003	761
Outros resultados das operações descontinuadas	84	(100)
Ganho na venda das operações descontinuadas (nota nº12.3)	-	398
Lucro das operações descontinuadas apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado da Companhia	1.087	1.109
Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	1.087	1.073
Participação dos acionistas não controladores	-	36

Adicionalmente, foi efetuada uma reclassificação de custos incorridos na Controladora principalmente relacionada a custos indenizatórios de contingências oriundas de períodos anteriores à aquisição, pagos a Via Varejo. Nos termos do IFRS 5, tais custos foram reclassificados para atividades descontinuadas no montante de R\$84 em 31 de dezembro de 2020 (R\$87 em 31 de dezembro de 2019). No montante de R\$84 está incluindo o valor de R\$231 correspondente ao direito do GPA de receber da Via Varejo o reembolso do benefício da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex, após o processo transitado em julgado, referente ao período de 2007 e 2010 (vide nota nº21.9).

35. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2020, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	16.246	16.438
Lucro	Lucros cessantes	7.695	13.110
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	271	337

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$ 100, responsabilidade civil administradores no valor de R\$ 134, coberturas de risco de proteção e fraudes (Crime) no valor de R\$ 44 e risco de proteção de danos e responsabilidade Cibernética (Cyber) no valor de R\$ 37. Totalizando o valor de cobertura R\$ 315.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição Acionária - 31/12/2020

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)					Posição em 31/12/2020 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Wilkes Participações S/A	94.019.178	35,04%	0	0,00%	94.019.178	35,04%
Jean-Charles Naouri	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Geant International BV	9.423.742	3,51%	0	0,00%	9.423.742	3,51%
Segisor	5.600.050	2,09%	0	0,00%	5.600.050	2,09%
Casino Guichard Perrachon	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
King LLC	852.000	0,32%	0	0,00%	852.000	0,32%
Hellico Participações Ltda.	581.600	0,22%	0	0,00%	581.600	0,22%
BlackRock, Inc.	13.396.829	4,99%	0	0,00%	13.396.829	4,99%
Nuveen LLC	13.495.892	5,03%	0	0,00%	13.495.892	5,03%
Conselho de Administração	563.804	0,21%	0	0,00%	563.804	0,21%
Diretoria	106.421	0,04%	0	0,00%	106.421	0,04%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Em Tesouraria	239.060	0,09%	0	0,00%	239.060	0,09%
Outros	130.072.988	48,47%	0	0,00%	130.072.988	48,47%
Total	268.351.567	100,00%	0	0,00%	268.351.567	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

WILKES PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em unidades	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Casino Guichard Perrachon*	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
Segisor*	223.698.566	100,00%	0	0,00%	223.698.566	100,00%
Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	223.698.568	100,00%	0	0,00%	223.698.568	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

SEGISOR					Posição em unidades	
QUOTISTAS	QTD QUOTAS	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
Casino Guichard Perrachon*	1.774.479.286	100,00%	0	0,00%	1.774.479.286	100,00%
TOTAL	1.774.479.286	100,00%	0	0,00%	1.774.479.286	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ONPER INVESTIMENTOS 2015 S.L.					Posição em unidades	
ACIONISTAS	AÇÕES ON	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
ALMANACENES ÉXITO S.A.*	3.000	100,00%	0	0,00%	3.000	100,00%
TOTAL	3.000	100,00%	0	0,00%	3.000	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ALMANACENES ÉXITO S.A.					Posição em (em unidades)	
ACIONISTAS*	AÇÕES ON	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
Companhia Brasileira de Distribuição	432.256.668	96,57%	0	0,00%	432.256.668	96,57%
Minoritários	15.347.648	3,43%	0	0,00%	15.347.648	3,43%
TOTAL	447.604.316	100,00%	0	0,00%	447.604.316	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Posição Acionária - 31/12/2020****POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO					Posição em 31/12/2020 (em unidades) Total	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Controlador	110.476.573	41,17%	-	-	110.476.573	41,17%
Administradores						
Conselho de Administração	563.804	0,21%	-	-	563.804	0,21%
Diretoria	106.421	0,04%	-	-	106.421	0,04%
Conselho Fiscal	0	0,00%	-	-	0	0,00%
Ações em Tesouraria	239.060	0,09%	-	-	239.060	0,09%
Outros Acionistas	156.965.709	58,49%	-	-	156.965.709	58,49%
Total	268.351.567	100,00%	-	-	268.351.567	100,00%
Ações em Circulação	157.635.934	58,74%	-	-	157.635.934	58,74%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO					Posição em 31/12/2019 (em unidades) Total	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Controlador	99.619.230	99,94%	10.857.343	6,45%	110.476.573	41,22%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	563.805	0,33%	563.805	0,21%
Diretoria	-	0,00%	212.054	0,13%	212.054	0,08%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.621	0,06%	156.451.785	92,95%	156.512.406	58,40%
Total	99.679.851	100,00%	168.317.573	100,00%	267.997.424	100,00%
Ações em Circulação	60.621	0,06%	157.227.644	93,41%	157.288.265	58,69%

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes em decorrência de cisão da subsidiária Sendas Distribuidora S.A.

Conforme mencionado na nota explicativa 2, em decorrência da cisão da subsidiária Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2020, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior das demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico NBC TG 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Realização de créditos tributários – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizaram R\$1.428 milhões na Controladora e R\$1.435 milhões no Consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 10. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria, pois os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020; e, a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre esse processo anual e sobre a elaboração das projeções utilizadas pela administração; ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; iii) o envolvimento de nossos especialistas em impostos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários; e (iv) a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas

demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Contingências tributárias com probabilidade de perda avaliada como possível

Conforme divulgado na nota explicativa 22.6, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências tributárias que totalizam R\$10.081 milhões, para os quais nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2020, uma vez que a probabilidade de perda foi avaliada como possível com base nas informações disponíveis nessa data.

A administração da Companhia usa julgamento significativo para determinar se os argumentos técnicos utilizados pela Companhia são mais prováveis que não de obter êxito na discussão judicial de tais processos nos tribunais, considerando a complexidade do ambiente tributário no Brasil e a falta de jurisprudência sobre certos assuntos tributários. Nessa avaliação, a administração da Companhia conta com a assistência de assessores jurídicos externos.

A avaliação da administração em relação à probabilidade de perda de contingências tributárias foi significativa para a nossa auditoria pois é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e regras legais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela administração, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários, para determinar se os argumentos técnicos utilizados pela administração são mais prováveis do que não de obter êxito nos tribunais; ii) a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia e utilizamos nosso conhecimento e nossa experiência sobre a aplicação da legislação tributária pelas autoridades fiscais para avaliar os julgamentos efetuados pela administração da Companhia sobre os processos tributários; iii) o envolvimento de nossos especialistas da área tributária para avaliar os argumentos técnicos apresentados pela administração e avaliamos uma amostra de opiniões ou orientações legais de assessores externos obtidos pela Companhia; e (iv) a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os julgamentos e avaliações de probabilidade de perda sobre os processos tributários avaliados como perda possível, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados para determinar a probabilidade de perda de tais processos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reorganização societária

Conforme divulgado na nota explicativa 1, nas assembleias gerais e extraordinárias da Companhia e de sua subsidiária integral Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), realizadas em 31 de dezembro de 2020, os acionistas de ambas as companhias aprovaram a proposta de reorganização societária anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresas.

Em decorrência dessa reorganização societária, a administração da Companhia desconsolidou, em 31 de dezembro de 2020, os ativos e os passivos da Sendas e apresentou o resultado das operações da Sendas como operações descontinuadas na demonstração do resultado e no período anterior correspondente. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à complexidade oriunda dessa reorganização societária, os aspectos relativos aos registros contábeis, à adequada apresentação do resultado das operações da Sendas como operação descontinuada e à adequada divulgação em notas explicativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a revisão do acordo de reorganização societária e todos os demais atos societários correlatos; (ii) a verificação dos registros contábeis e sua consistência com os documentos apresentados no protocolo de aprovação de assembleias gerais e extraordinárias; (iii) a revisão dos memorandos técnicos contábeis preparados pela administração da Companhia; e (iv) a revisão da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adequação do tratamento contábil dado à reorganização societária da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que o registro das transações e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras

ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou

regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2020 e emitiu parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho De Administração da Companhia.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

Libano Barroso - Presidente

Éric Martins – Conselheiro

Rafael Morsch -Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2020

Informações iniciais

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpari.com.br/>

Atividades do Comitê em 2020

REUNIÕES

O Comitê reuniu-se, no ano de 2020, em 30 sessões, sendo 12 delas ordinárias agendadas previamente, conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias. As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, auditora interna e outros gestores da Companhia e, em 9 delas, também dos auditores independentes.

O Comitê, ou por meio de seus membros, individualmente e/ou em conjunto, realizou também sessões com o Presidente da Companhia, seu Diretor Financeiro e o Co-Vice Presidente do Conselho de Administração, bem como com os Diretores responsáveis pelas Unidades de Negócios da Companhia, para conhecimento detalhado das operações e dos principais riscos e ações mitigatórias correlacionados a cada área respectiva.

O então Coordenador relatou, periodicamente, os principais temas tratados pelo Comitê em suas reuniões ao Conselho de Administração, acompanhado dos Auditores Externos sempre que aplicável.

INTERAÇÃO COM AS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Coordenador do Comitê do GPA/CBD interagiu com a Auditoria Interna do Grupo Casino, acionista controlador do GPA, visando à troca de experiências.

O Comitê atuou de forma intensiva junto à Diretora de Auditoria Interna da Companhia (acompanhada, quando aplicável, do coordenador da área de riscos), bem como com os sócios principais e equipe da Auditoria Independente EY. Exceto temas emergentes que surgiram, foi pauta permanente do Comitê nas interações com os Auditores, tanto interno quanto independentes:

- conhecimento da composição e do nível de experiência declarado das equipes alocadas;
 - programa de treinamento periódico dos auditores internos;
 - plano de trabalho semestral e/ou anual, conforme o caso, previsto para o desempenho de suas funções;
 - acompanhamento periódico, com indagações pertinentes de causas e medidas corretivas, sobre desvios aos planos de trabalho previamente apresentados;
 - conhecimento das conclusões, parciais ou finais, dos trabalhos executados ou em execução pelos auditores interno e independentes no exercício de seus mandatos; convocação do gestor responsável por itens relatados pelos auditores, quando aplicável, para prestar esclarecimentos e detalhamento de eventuais medidas corretivas;
- Tendo em vista o processo de aquisição da antiga co-controladora do GPA, Almacenes Éxito S.A. (“Grupo Éxito”), concluído no final de 2019, o Comitê manteve interações periódicas com os membros da Administração do Grupo Éxito e seus auditores independentes, com o objetivo de monitorar eventuais impactos na consolidação dos resultados financeiros em GPA..
- Ainda, o Comitê de Auditoria acompanhou o projeto de cisão da Companhia de sua subsidiária integral Assaí Distribuidora, concluído em 31 de dezembro de 2020 via deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

• Contingências e Provisões

Durante o ano de 2020, o Comitê realizou acompanhamento periódico acerca das contingências do GPA, monitorando os provisionamentos correlacionados e mantendo especial atenção ao andamento das demandas tributárias e trabalhistas.

• Questões Contábeis

Junto à Diretoria Contábil, o Comitê analisou e debateu, previamente à divulgação de cada resultado trimestral e dos resultados referentes ao exercício findo em 31/12/2020, as informações contidas nas Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, sempre com a participação da Auditoria Independente.

• Questões Tributárias

Ademais, os membros do Comitê mantiveram discussões trimestrais com a Companhia acerca das contingências fiscais, bem como acerca da metodologia de monetização de créditos fiscais, bem como continuaram monitorando, trimestralmente, o cumprimento do cronograma de consumo de créditos, com foco especial nos valores de provisionamento.

Compliance

Durante o ano de 2020, o Comitê manteve a supervisão da área de Compliance da Companhia, que teve como foco o monitoramento da base de fornecedores, para mitigar riscos de fraude, corrupção e conflitos de interesse, monitoramento dos acordos com governo e revisão do Código de Ética, para adequação ao Novo Mercado, e tomou conhecimento dos treinamentos e capacitações para os colaboradores e fornecedores do GPA realizados no ano.

Controles Internos

O Comitê manteve a supervisão constante dos trabalhos desenvolvidos pela área responsável por controles internos durante o ano de 2020, com foco nos cumprimentos das obrigações previstas em SOX.

Canal de Denúncias

O Comitê de Auditoria acompanhou com regularidade as denúncias mais relevantes recebidas por meio do canal de comunicação interna (Ouvidoria) de forma sigilosa e sem a identificação do denunciante.

Riscos

O Comitê de Auditoria realizou um extenso trabalho junto ao time da área de Gestão de Riscos, de forma a ser adotada uma metodologia para definição de uma Matriz de Risco, que foi recomendada pelo Comitê para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia no ano de 2020.

Sugestões do Comitê de Auditoria

As sugestões de aperfeiçoamentos em processos e procedimentos internos têm sido apresentadas pelo Comitê e endereçadas pela Companhia tempestivamente.

Conclusão

O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer e descritos neste Relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram auditadas pela EY, recomendando o seu encaminhamento para deliberação pelo Conselho de Administração e submissão à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da CBD.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

Eleazar de Carvalho Filho, Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro

Fernando Dal-Ri Múrcia – Especialista Contábil e de Auditoria

Renan Bergmann

Gisélia da Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

Diretoria

Christophe José Hidalgo
Diretor Presidente

Christophe José Hidalgo
Diretor Vice Presidente de Finanças

Christophe José Hidalgo
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020, emitido nesta data.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

Diretoria

Christophe José Hidalgo
Diretor Presidente

Christophe José Hidalgo
Diretor Vice Presidente de Finanças

Christophe José Hidalgo
Diretor de Relações com Investidores